

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL
DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

----- No dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas: -----

- A Senhora Deputada Municipal Amélia Maria da Silva Soares (justificada); -----

- A Senhora Deputada Municipal Ana Paula dos Reis Madeira (justificada); -----

- O Senhor Deputado Municipal Paulo Alexandre Dias Cardoso (justificada); -----

- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu (justificada); -

- A Senhora Deputada Municipal Ana Cristina da Costa Figueiredo Correia Duarte; -----

- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira; -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– O Senhor Deputado Municipal André Filipe Marques da Cunha remeteu email no qual solicita a justificação da sua falta à Sessão Ordinária da AM de 06 de fevereiro de 2023. ---

– Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----

– Foi efetuada troca de correspondência com a CMV para esclarecimento de situações colocadas. -----

– As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----

– Foram recebidas várias reclamações/queixas de cidadãos. -----

– A Exma. Sra. Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva solicitou o envio do teor da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” aprovada na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– A ANACOM remeteu resposta à Moção enviada “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu”. -----

– Foi recebido abaixo assinado entregue pelos empresários ligados à área da restauração e bares de Viseu, no qual apelam a uma revisão do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Esplanadas na Área do Município de Viseu”. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 26/04/2023. -----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão

Ordinária da AM de 26 de abril de 2023. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023. ---

– A FPC Fonseca Paiva, Carvalho e Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas remeteu email referente ao assunto: Documentos ROC - Prestação de contas. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

1 – Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara os seguintes documentos: -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu - Águas de Viseu para 2023 - Revisão nº 1. -----

– Depois de devidamente carimbado e assinado foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara o documento PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU - PROPOSTA TÉCNICA FINAL DE APROVAÇÃO. -----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 06-02-2023. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Ata referente à Sessão Ordinária da AM 19 de dezembro de 2022 aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 06 de fevereiro de 2023. -----

– Foram enviadas às diversas entidades comunicações com a informação das Deliberações que foram aprovadas na Sessão Ordinária da AM de 06-02-2023. -----

– Foi remetido à Exma. Sra. Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva via correio eletrónico o teor da Moção “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” apresentada pelo Bloco de Esquerda que foi aprovada na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Moção “Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores” aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 06 de fevereiro de 2023. -----

– Foi remetido via postal ao Exmo. Senhor Comandante Alexandre Ramos de Figueiredo Soares teor do Voto de Louvor que lhe foi atribuído, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor do Voto de Louvor atribuído ao Exmo. Senhor Comandante Alexandre Ramos de Figueiredo Soares, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 06-02-2023. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Moção “Pela descentralização de serviços para Viseu e por melhores serviços públicos” aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 06 de fevereiro de 2023. -----

– Foi enviado via CTT à Exma. Família do Exmo. Sr. Fernando Martins de Carvalho cópia do teor Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Fernando Martins de Carvalho, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– Foi remetida via EDOC ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor do Voto de Pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. Fernando Martins de Carvalho, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 06/02/2023. -----

– Foram remetidas ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara as várias reclamações/queixas enviadas por cidadãos. -----

– Foram remetidas aos Grupos Municipais as várias reclamações/queixas enviadas por cidadãos. -----

- Para conhecimento dos Membros da Assembleia Municipal foi remetida cópia da resposta da ANACOM à Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu”. -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu foi remetida cópia da resposta da ANACOM à Moção “Urgência de disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu”. -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu foi remetida cópia do abaixo assinado entregue pelos empresários ligados à área da restauração e bares de Viseu, no qual apelam a uma revisão do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Esplanadas na Área do Município de Viseu”. -----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais foi remetida cópia do abaixo assinado entregue pelos empresários ligados à área da restauração e bares de Viseu, no qual apelam a uma revisão do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Esplanadas na Área do Município de Viseu”. -----
- Para conhecimento dos Membros da Assembleia Municipal foi remetida cópia do email da FPC Fonseca Paiva, Carvalho e Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas remeteu email referente ao assunto: Documentos ROC - Prestação de contas. -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu foi remetida cópia do email da FPC Fonseca Paiva, Carvalho e Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas remeteu email referente ao assunto: Documentos ROC - Prestação de contas. -----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos. (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023. -----
- Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----
- Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 26 de abril de 2023 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----
- Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe).
- Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos. (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
- Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal Via Rápida, Edital para a publicação da Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023.
- Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das

vagas ocorridas na Sessão Extraordinária da AM Comemorativa o 25 de Abril de 2023 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----

Toda a correspondência recebida e expedida é arquivada na pasta da Sessão, estando disponível para consulta dos membros da Assembleia Municipal de Viseu. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Verificada a existência de quórum pelo registo de presenças já efetuado, vamos então iniciar os nossos trabalhos e cumpre à Mesa dar algumas informações ao Plenário. -----

Começamos por informar o plenário que, em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----

Assim: -----

A Deputada Municipal do PS, Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva, por impossibilidade de presença de Mauro Leandro Matos Pinto e por pedido de substituição deste, é substituída por Celina Lourenço Martins Ferreira. -----

A Deputada Municipal do PS, Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira. -----

O Deputado Municipal do PS, Bruno Luís Cardoso de Melo, por impossibilidade de presença de Ana Cláudia Carvalho Salgueiro e por pedido de substituição desta, é substituída por Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu. -----

O Deputado Municipal do PSD, Manuel Teodósio Martins Henriques, por impossibilidade de presença de Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes e por pedido de substituição desta, é substituída por Ana Paula dos Reis Madeira. -----

O Deputado Municipal do PSD, Paulo Jorge de Almeida Pereira, por impossibilidade de presença de Paulo Alexandre Teixeira de Almeida e por pedido de substituição deste, é substituída por Hélder Filipe dos Santos Viana. -----

O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Paulo Alexandre Dias Cardoso. -----

O Deputado Municipal do PSD, Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho, é substituído por Ana Cristina da Costa Figueiredo Correia Duarte. -----

Comunicámos a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, António de Almeida Jesus Lopes, informou que se faz substituir por José da Silva Pereira. -----

Informa-se ainda que recebemos a informação de impossibilidade de presença da Vereadora eleita pelo Partido Socialista, Marta Rodrigues. -----

Informamos também que algumas situações não são claras, e por isso, chamamos à atenção que, o facto de às vezes termos como resposta “irei pedir substituição”, isto não é substituição. A pessoa terá que formalizar. -----

Outras situações, e há abertura, até já discutida com os Grupos Municipais, as pessoas podem ser substituídas ainda antes no início das Sessões, gora não se pode é fazer uma substituição se eventualmente mandarem um pedido de substituição quando administrativamente não é possível, ou seja, compete ao partido se assim o entender fazer com a pessoa essa substituição no início dos trabalhos. Não podem é pedir à Mesa que faça todo o procedimento administrativo quando há uma impossibilidade administrativa de o fazer, ou seja, se mandarem durante a noite o pedido de substituição, isto é falta, porque não é possível a substituição dessa pessoa em termos administrativos, como devem compreender. Agora, se antes do início de os trabalhos aparecer o substituto e o partido

tiver este cuidado de antes do início dos trabalhos fazer a substituição, a Mesa, como é óbvio, terá em consideração essa situação por senão é uma pessoa que pede a substituição, mas que não é possível substituí-la, por isso na impossibilidade de substituição em termos legais é considerada uma falta justificada. É só para transmitir a todos esta situação. -----
Recordamos também aos Senhores Deputados que da correspondência recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados relevantes. -----
Foi também dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os Senhores Deputados a informação que foi remetida por Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas relativa à Certificação Legal das Contas do Município de Viseu e Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras dos SMAS. --
Informa-se também que foi atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo da correspondência recebida e expedida, sendo geralmente arquivada na pasta da sessão que se lhe segue, estando disponível para consulta no Gabinete de Apoio, sendo também acautelados todos os procedimentos para esclarecimento de situações colocadas. –
Foi também realizada como é do conhecimento de todos a Assembleia Municipal Infantil, refletir sobre “VIVER EM PAZ - COMIGO, COM OS OUTROS, COM O MUNDO” foi o desafio lançado à comunidade escolar para a 16.ª edição da Sessão Plenária da Assembleia Infantil, realizada em conjunto com a Câmara Municipal, visando também uma experiência de participação cívica e intervenção política por parte dos jovens, e contou com a presença do Senhor Presidente da Câmara Dr. Fernando Ruas e do Vereador da Educação Dr. Pedro Ribeiro. -----
Foi dirigida aos alunos do 4.º ano do ensino básico, envolveu os 5 Agrupamentos de Escolas, os dois Colégios e o Jardim Escola João de Deus. -----
Registamos também o nosso agradecimento a todos os Professores e Diretores pelo envolvimento na iniciativa, bem como aos alunos pelo empenho e interesse demonstrado. --
À Escola Profissional Mariana Seixas, que possibilitou a transmissão on-line da sessão via internet, o nosso agradecimento. -----
Quanto às comemorações do 25 de abril que aconteceram registamos com agrado mais uma vez, e foi feito o nosso agradecimento ao Presidente de Junta de Freguesia de Côta Joaquim Polónio pelo empenho na organização das Comemorações, e também ao Regimento de Infantaria nº14 que fez a deslocação da habitual Pandur para estas realizações. -----
Também um agradecimento a todos pelo “Reconhecimento dos Órgãos Municipais que foi feito em termos do Regimento de Infantaria pela sua relevância histórica na Revolução do 25 de Abril”, em que, todos fizemos o reconhecimento ao Regimento com a realização da já habitual deslocação do Executivo Camarário, Mesa e Membros da Assembleia. -----
Também um agradecimento ao convidado conferencista o Prof. Doutor João Pedro Antas de Barros que fez uma comunicação subordinada ao tema “25 de abril - Um caminho para o futuro”, e que, como todos, sentimos que foi também o reconhecimento de uma personalidade de Viseu que nos enriqueceu em termos da sua comunicação. -----
Por fim e não menos importante, um agradecimento a toda a população da Freguesia de Côta pelo simpático acolhimento e participação nas comemorações, registando-se que a visita efetuada que permitiu conhecer o património ambiental, natural e paisagístico, mas também recreativo e social existente na freguesia de Côta, e que deixou a todos nós uma sensação de satisfação pela sua diversidade, singularidade e qualidade. -----
E, ao Senhor Presidente Joaquim Polónio não podemos deixar de lhe dar os parabéns pela freguesia, pelo cuidado, pela beleza, mas também pelo muito trabalho que se vê da parte do executivo da freguesia e da câmara em deixar aquela freguesia, quase que podemos dizer, está um brinco. -----
No que respeita às intervenções no PAOD, serão feitas de acordo com o previsto no

Regimento em vigor, e de acordo com o alinhamento que os Grupos Municipais já entregaram à Mesa. -----

Fazíamos uma proposta, que para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal, que é para permitir que todas as deliberações sejam aprovadas em minuta, quer as do PAOD quer as da Ordem de Trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

Também em relação à Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 6 de fevereiro 2023, a Ata também foi disponibilizada a todos os Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. -----

Não chegou até nós qualquer observação sobre os documentos distribuídos, pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos. -----

Alguém quer usar da palavra sobre a Ata? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra, colocávamos à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada também por unanimidade*. -----

Vamos iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia. Já temos aqui algumas inscrições. Tenho aqui um pedido, é um pedido excecional pela confusão, confusão no bom sentido, pelo facto de um Deputado Municipal querer intervir sobre a sua Associação, e porque é Presidente da Direção. Há aqui um eventual conflito de interesses, mas atendendo à Associação que é, ele próprio pediu um carácter excecional para poder intervir sobre a sua Associação. Da parte da Mesa não vemos nenhum conflito, mas de qualquer maneira gostaríamos de colocar ao Plenário. Vamos dizer quem é, e por isso, tem a ver com a Associação Humanitária dos Bombeiros, e o Deputado Caiado queria fazer uma intervenção. Acho que da nossa parte não vemos nenhum conflito nem nenhum problema, de qualquer maneira ele gostaria de ter, no fundo, a prerrogativa excecional para não haver nada. Se ninguém levantar problemas eu daria também a palavra ao Senhor Deputado João Caiado para intervir e já sabem, ele vai intervir como Deputado Municipal sobre a sua Associação Bombeiros Voluntários. Ninguém vê nenhum inconveniente sobre isso? Senhor Deputado, João Caiado tem a palavra. -----

----- **UM – O SENHOR DEPUTADO JOÃO ALBERTO CHAVES CAIADO RODRIGUES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e demais Membros da Mesa; -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores; -----

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados; -----

Excelentíssimo Senhora e Senhores Presidentes de Junta; -----

Comunicação Social e demais presentes nesta Assembleia. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita que lhe agradeça a oportunidade de nesta Assembleia Municipal poder dar a conhecer aos nossos representantes políticos concelhios a realidade dos Bombeiros Voluntários de Viseu e solicitar que cada um, na sua esfera de influência e responsabilidade, melhor possa apoiar e contribuir para uma causa que é de todos. -----

As questões da proteção civil devem ser tratadas por todos, independentemente dos partidos que representam ou da ideologia que defendem, e de igual forma e com o mesmo empenho, razão pela qual solicitei excecionalidade nesta intervenção. -----

Senhor Presidente da Câmara, sendo o responsável máximo pela proteção civil no concelho, é conhecedor da realidade e tem apoiado na medida do necessário e possível aquilo que são as principais limitações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu. É pública e reconhecida a preocupação e atenção que nos dedica, e

diga-se mesmo em abono da verdade que tem em algumas circunstâncias a Autarquia colmatado a responsabilidade que cabe ao Poder Central. O Governo continua a demorar meses a fio na liquidação dos serviços prestados pelos Bombeiros e mantém um paradigma de financiamento das Associações pouco regular e em reduzidos valores para aquilo que são as missões e as despesas operacionais da Corporação, o que tem obrigado ao recurso à Banca, somando ao investimento realizado nas novas instalações, e em ambulâncias para transporte de doentes não urgentes e veículos de combate a incêndios também com empréstimos na banca e daí para cá o passivo atingiu valores de mais de meio milhão de euros, situação que, apesar de contas de gestão aprovadas, nos obriga a ter uma gestão rigorosa e exigente sem contudo colocar em causa a prestação de socorro e emergência. Agradecemos por isso, Senhor Presidente, que transmita aos Viseenses essa confiança e mantenha os Bombeiros na sua agenda para nos continuar a apoiar neste caminho. ----- Com a atividade que temos conduzido, a realização do Baile de Carnaval, da Gala, do Todo o Terreno, do apoio à equipa de fábrica da Toyota, em Bertelhe, da recuperação de património com o aluguer de 4 apartamentos recuperados e 1 loja, a recuperação de dívidas antigas, temos conseguido liquidar algumas das dívidas a fornecedores em atraso e aliviado a tesouraria. Desde janeiro que contamos também com o adiantamento da verba do programa Viseu Protege e acreditamos que da análise que fará das propostas já entregues na Autarquia resultará certamente um ainda melhor apoio. ----- O Senhor Presidente bem como todos os presentes nas comemorações dos 137 anos desta Instituição reconheceu a jovialidade dos nossos quadros, o que significa, no nosso entender, que a Associação (AHBVV) está bem viva e tem futuro. É necessário reter estes jovens com vontade de bem servir que chegam às fileiras. Para isso, temos que lhes disponibilizar condições e é nesse sentido que algumas das propostas por nós apresentadas e que Autarquia tem em estudo podem ter margem para se vir a tornar uma realidade. ---- O período de incêndios que se avizinha face à previsibilidade dos riscos já anunciados pelo Ministério da Administração Interna coloca-nos um problema, para o qual também já demos nota a V. Ex^a, que é a exiguidade de efetivos operacionais disponíveis no curto prazo para uma primeira intervenção rápida. Como sabe, a maioria dos voluntários só estão disponíveis fora do horário normal de trabalho e a existência de apenas 1 EIP – (Equipa de Intervenção Permanente) não garante a totalidade do serviço no período diário, não cobre as horas desejáveis e imprescindíveis e por isso, é nosso ensejo e necessidade a constituição de uma 2^a EIP. ----- Ora, o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Proteção Civil reconhecem a capacidade dos Bombeiros Voluntários de Viseu, os riscos da área geográfica onde nos localizamos, os desafios que a imensa mancha verde dos mais de 500km² do município nos colocam e nestas circunstâncias estarão disponíveis para financiar a constituição de uma 2^a EIP nos Bombeiros Voluntários de Viseu, desde que a Autarquia possa financiar os restantes 50%. Em 2023, afirmou o mesmo Ministério da Administração Interna que serão transferidos 31 milhões para as Associações Humanitárias em todo o território nacional, representando um aumento de financiamento permanente para as EIP. Por isso, gostaria aqui de propor que a Autarquia estudasse a possibilidade de alargar o apoio prestado à AHBVV com os 50% dos custos para a constituição da 2^a EIP nos Bombeiros Voluntários de Viseu, já para esta época de incêndios florestais que se avizinha. Deixo à consideração de V. Ex^a essa possibilidade, sabendo que é conhecedor do relativo e reduzido valor que isso implica no orçamento municipal. ----- Senhora e senhores Presidentes de Junta, parceiros fundamentais para a nossa instituição. Queria finalizar esta minha intervenção com um apelo e com a manifestação da reiterada

parceria com as Juntas de Freguesia e vontade de colaboração com as populações sob a vossa gestão. -----

Estaremos ao dispor para conduzir ações de sensibilização junto das populações para os cuidados com a floresta, ações de informação junto de idosos e nas escolas sobre a correta utilização do serviço 112 melhorando a rapidez de resposta, atividades de fiscalização das condições de segurança em lares e instituições da freguesia, e outros eventos que pretendam realizar. O meu telefone estará sempre à vossa disposição tal como a porta dos Bombeiros estará sempre aberta para vos atender em qualquer circunstância. -----

De retorno, gostaríamos de contar com as Juntas de Freguesia para se constituírem como associadas da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu (AHBVV) e para nos apoiarem na melhoria da cobrança de quotas junto dos associados na sede da freguesia, no aumento do número de associados, na captação e recrutamento de jovens e na maior obtenção de donativos junto de benfeitores e empresas estabelecidas na freguesia. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Termino com o desafio para que também se façam associados da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viseu (AHBVV), aqueles que o não são ainda e que nos apoiem encontrando formas criativas e ajudas em eventos e donativos que possam apoiar a causa dos Bombeiros Voluntários de Viseu. *Servir zelando* é o lema da atual direção da Associação (AHBVV). Que seja também o vosso e de todos em prol do concelho de Viseu. - Disse! -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Perceberam, e penso que, atendendo à Associação Humanitária que é a situação desta exceção. -----

Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

----- DOIS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): Muito bom dia. Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, restantes pessoas presentes e Comunicação Social. -----

Em abril comemoramos a conquista da salvaguarda dos Direitos Liberdades e Garantias e de facto, ver ali os cravos e fazer a comemoração anual como já nos habituou esta Assembleia e com os festejos como decorreram ontem é sempre uma grande alegria. -----

E, é exatamente dessa conquista de Direitos Liberdades e Garantias que eu vinha aqui fazer dois ou três apontamentos que me parecem muito importantes para salvaguardar o desenvolvimento do nosso território e do nosso concelho. -----

No passado dia 6 de abril eu intervim aqui nesta Assembleia onde apresentei uma Moção, onde entre outras questões falei sobre a perca de recursos naquilo que são os serviços prestados ao cidadão pelo Estado Central, e a reclamação que se impunha de salvaguardar o seu correto funcionamento e normal funcionamento. O que é certo é que, eu tenho que de novo que trazer este assunto aqui à colação e partilhar convosco este meu anseio, esta minha preocupação, porque a degradação dos serviços públicos em Viseu é uma realidade, e urge, até pelo palco que nós temos naquilo que é o mandato para o qual fomos eleitos, denunciar essa situação. Ontem à noite tive o cuidado de fazer assim um apanhado geral daquilo que me pareceu importante, porque muitos dos cidadãos não se apercebem desta angústia que é a prestação de serviços ao cidadão e que a comunicação social vai passando, mas que muitas das vezes ou com falha ou com pouca informação sobre o assunto, e por exemplo, falo da ASAE. Como sabem a ASAE é uma entidade reguladora fundamental para o exercício da atividade económica e que em Viseu nem sequer tem um balcão aberto, tem um em Tondela, e uma simples defesa de um cidadão em que tenha que demonstrar prova testemunhal não pode ser ouvido em Tondela, tem

que ir a Coimbra. Depois, a ASAE ainda há dias, a 14 de março fez questão de fazer uma denúncia pública nos órgãos de comunicação social, em que a Associação Sindical dos funcionários denunciavam o que aquilo que os consumidores e os operadores esperavam não corresponde à realidade, porque eles têm uma ausência total de meios e recursos. Esta é a realidade de uma entidade reguladora desta envergadura e desta importância. ----- Mas, posso falar também do SEF, outra angústia para aqueles que procuram Viseu para viver, Viseu para regularizar a sua situação no país, enfim, exercer os seus direitos de cidadania como qualquer emigrante ou migrante que se desloque para a nossa região e que nós os devemos acolher porque precisamos de um contributo forte para o desenvolvimento demográfico. E, veja-se o que se passou na Páscoa com a precaridade de recursos no Aeroporto de Faro. Portugal precisa de Turismo. Viseu também precisa. ----- A integração dos trabalhadores ou na Polícia Judiciária ou no Instituto de Registos e Notariado ou na futura APMA que ainda é uma utopia, ainda ninguém percebeu muito bem a integração destes trabalhadores, já não lhes bastava a falta de recursos, quanto mais esta integração que nunca mais é uma realidade. E, depois ainda há uns outros poucos funcionários que não têm cabimento em nenhum destes enquadramentos e também não há resposta. E o SEF, e bem, os funcionários continuam a reclamar uma falta completa de colaboração e de resposta para estes serviços. Nós próprios nos questionamos: então o SEF acaba ou não acaba? Portugal e Viseu precisa de uma resposta efetiva. Todos nós nos apercebemos da comunidade de imigrantes que nos rodeiam diariamente e eles precisam de uma resposta. Nós queremos evitar a clandestinidade, queremos evitar a falta de participação económica dessas pessoas, que querem contribuir para a economia do país, mas que pela precaridade da sua legalidade em Portugal não o conseguem fazer. ----- Mas podemos falar de outra questão. Instituto de Registos e Notariado, ainda na segunda feira estiveram em greve, como sabem. Eu denunciei na minha Moção de 6 de fevereiro, e na altura evoquei que um registo, um simples registo predial na Conservatória de Viseu estava a demorar 4 meses. Meus amigos, já vai em seis! Já vai em seis meses! Estamos a falar de atos essenciais para o desenvolvimento dos nossos negócios, para o exercício dos nossos direitos de cidadania, e não é por omissão dos funcionários que eles são extraordinários, impecáveis, empenhados, excelentes técnicos, é pela omissão de recursos. Eu exerço advocacia quase há 30 anos, os mesmos que lá estavam quando comecei, são os de agora, com as percas de vida que, entretanto, ocorreram... -----

Um Senhor Deputado intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.
- A Senhora Deputada Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana prossegue a sua intervenção dizendo: ... perdas, perdão, muito obrigada pela correção, ou por isso, ou pela mobilidade, ou por doença, ou pela reforma, porque todos os outros continuam a ser os mesmos. Agora abriu-se um concurso. Maravilha! Foi anunciado, e até se fez um workshop de equipas para anunciar o concurso. Sabem de quantos meus amigos? Duzentos e quarenta oficiais e cinquenta conservadores. Pensem um bocadinho, somos 308 municípios no país. Quantos funcionários cabe a cada município? É impossível, isto é uma demagogia completa. Nós não queremos workshops, queremos que os concursos se abram e que sejam diligentes no seu encaminhamento para que a curto prazo seja uma realidade nas nossas conservatórias e nos nossos notários. -----

Finanças? Outro serviço essencial à sociedade. Em março de 2023 anunciaram greve porquê? O mesmo que eu disse em relação aos Institutos de Notariado e às Conservatórias, replico em relação às Finanças. Esta semana tentei fazer um agendamento para a participação de um imposto de selo online em Tondela, a primeira vaga disponível era a 15/06. Em Viseu, para final de maio. Isto é compatível com aquilo que nós desejamos operacionalizar nestes serviços que têm que ter uma porta aberta permanente ao cidadão? Não é! É urgente, as vagas que são abertas, os concursos que aparecem é para nos

ludibriar, porque a grande maioria são de mobilidade, é tirar o problema de um lado e criá-lo no outro. -----

Por último, falo dos tribunais. Eu hoje até já tinha anunciado à minha bancada e ao Presidente da Mesa que às 11 horas tinha que me ausentar porque tinha uma diligência. Acabei de receber um telefonema, não se vai realizar, há greve. Esta greve nos tribunais e estão aqui alguns advogados, decorreu durante dois meses consecutivos. Está agendada agora para mais uma semana e o país parou. Foram 21 mil diligências adiadas. É a justiça naquilo que é o mais básico de acesso aos Direitos, Liberdades e Garantias de todos nós. O País para. Isto é admissível? Mas porque é que eu trago isto tudo? O Governo está a falar disto? O governo está a dialogar? Não está. Todas estas entidades denunciam a falta de diálogo e isto escandaliza-me. Isto escandaliza-me e este sentimento tem que ser partilhado por vós, e nós temos que erguer a nossa voz onde possamos, que é aqui, para denunciar esta situação. O país parou e o governo não liga. Não pode ser, isto é uma demagogia completa. Onde é que está o direito de participação que ontem celebrámos e queremos continuar a celebrar? O governo anunciou a digitalização dos serviços públicos em 20 de junho de 2022. Como é que está a ser operacionalizado. Onde é que está o rigor de intervenção destes serviços que pecam por defeito dos seus recursos, e obviamente que pecaram por falta de rigor. Ainda há dias nós nos apercebemos de um erro técnico crasso, vergonhoso para todos nós, porque nós é que somos o estado, nós é que somos essa instituição, e falo em concreto do parecer da Direção Regional de Cultura do Centro, quanto ao parque que o município deseja implementar na Silva Gaio. Isto é uma vergonha. Como é que um serviço técnico de excelência como é uma Direção Regional pode um dia emitir um parecer favorável e passado 48 horas, afinal enganámo-nos o parecer é condicionado com favorabilidade ao desenvolvimento do projeto, quando no Plano de Pormenor até já tinham dado um parecer favorável. Meus amigos, a culpa não é dos técnicos. A culpa é da gestão desses técnicos e da falta de recursos que condiciona todo o exercício da nossa democracia e que condiciona o exercício dos nossos direitos. É vergonhoso e nós temos que levantar a nossa voz porque nós precisamos de um estado forte, saudável, rigoroso, com portas abertas para o exercício destes Direitos Liberdades e Garantias. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Presidente de Junta da Freguesia de Repeses e S. Salvador Márcia Lima. -----

----- **TRÊS – A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE REPESES E S. SALVADOR MÁRCIA SOFIA GOMES DE LIMA (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimas Secretárias da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara e na sua pessoa cumprimentar todas e todos os Vereadores, Excelentíssimos Deputados Municipais, Caríssimos Presidentes de Junta, os meus respeitosos cumprimentos, Funcionários desta Assembleia, Público em geral e demais presentes. Muito bom dia a todos. -----

Gostaria de usar alguns minutos do tempo desta assembleia para apresentar uma Declaração de Reconhecimento Público. -----

“Como imagino ser do conhecimento de todos, no passado dia 1 de março viveram-se horas de aflição e angústia a que ninguém ficou alheio. -----

Encontrava-se em parte incerta uma Freguesa, uma cidadã, uma mãe, uma filha, uma amiga. -----

Podia ser a minha, a sua, a vossa ou a nossa... afinal todas e todos merecem a nossa preocupação e solidariedade. -----

Esta aflição durou cerca de 48 horas. -----

Facto é que, perante esta grave situação assistimos a uma mobilização de dezenas e dezenas de pessoas, na procura desta Senhora. -----

E mais uma vez, de forma concertada e determinada, pudemos, todos, felizmente, contar com as autoridades que, como sempre, se colocaram em campo e tudo fizeram para encontrar a nossa Caríssima Freguesa. -----

Assim, -----

Porque tão nobre comportamento, profissionalismo e empenho não passou, nem podia passar, despercebido. -----

Vimos honrar, desta forma todas as forças da autoridade que, de uma ou de outra forma, todas importantes e determinantes ajudaram a que este drama acabasse por ter um final feliz. -----

Todavia, não podia deixar passar este momento para realçar o trabalho, empenho e preocupação de todas e de todos os agentes da Polícia Municipal de Viseu. -----

Na pessoa do Senhor Comandante da Polícia Municipal, Marco Almeida o nosso “Bem-haja”. -----

Aproveito para, e estando no uso da palavra, realçar uma pessoa que é por todos nós, reconhecida e estimada, que já foi alvo de inúmeras homenagens e referências. -----

Acredito que as homenagens de reconhecimento pelos feitos e valor dos nossos, devem ser feitas em vida. -----

O nosso Carlos Alberto de Sousa Lopes, Campeão Olímpico Português, e “trabelo” um dos melhores da sua geração e uma referência mundial do atletismo de longa distância. ----

Muito nos orgulha, muito nos enriquece. -----

Bem sei que o nosso Campeão Olímpico já está gravado na nossa Toponímia, e já foi agraciado com inúmeras homenagens, mas, numa altura em que passará por uma fase menos boa da sua saúde, precisará de todo o apoio e incentivo para continuar a superar as dificuldades com que se depara. -----

Bem sabemos que emoções boas trazem mais saúde, e por isso acreditamos ser o momento para atribuir o seu nome ao equipamento onde outrora foi muito feliz e fez muito feliz todas e todos os Portugueses. -----

Refiro-me à pista de atletismo no Fontelo. -----

Estou certa de que lhe daríamos uma grande satisfação, não só a ele, mas também a todas e todos os que lhe reconhecem valor. -----

Sei que o Senhor Presidente é um homem sensível a estas matérias e estou bem certa que irá considerar o nosso pedido. Obrigada. -----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes. -----

---- **QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):**

Bom dia. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as Excelentíssimas Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Vereadoras, Vereadores, caríssimos colegas Deputados e Deputadas, Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta, Funcionária, Funcionário, Público e Comunicação Social. -----

Na continuação da data que celebrámos ontem, mas tendo também já em vista uma data de importância inegável que se aproxima, o 1º de Maio, trago-vos como propostas um Voto de Saudação. -----

Há cinquenta anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem, sabendo que haveria cargas policiais, feridos e prisões, não desistiram, exprimindo a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. -----

Menos de um ano depois, chegou o 25 de Abril de 1974. Comemorámos este ano o

quadragésimo nono aniversário desta data, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O 25 de Abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que, modelou aquilo que vivemos, modelou nosso presente. -----

A explosão de democracia marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados como os cuidados de saúde públicos, a educação, a habitação, e direito laborais nomeadamente o direito ao trabalho e ao salário, o reconhecimento às férias e respetivo subsídio, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3300 escudos. Foi também ainda após esta data que se consagraram o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como a organização de Comissões de Trabalhadores (CT). -----

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, sabemos que continua a crescer. As recentes notícias de um ligeiro abrandamento apenas confirmam o prolongamento da perda de poder de compra de salários e pensões. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares. A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. -----

Num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadoras e trabalhadores de todos os setores têm-se manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação, sendo mais do que nunca importante assinalar e valorizar o 25 de Abril, assim como o 1.º de Maio - Dia Mundial do Trabalhador, lembrando que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure a quem trabalha e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. -----

Assim, proponho para deliberação desta Assembleia Municipal três pontos: -----

1. Evidenciar o 49.º aniversário do 25 de Abril como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação; -----

2. Saudar o 1.º de Maio, as lutas das trabalhadoras e trabalhadores dos setores público, privado e social, e a coragem de todas e todos, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todas as pessoas; -----

3. Arremessar o teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e às Centrais Sindicais. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Está em discussão este Voto de Saudação “Reforçar Abril, defender os direitos de quem trabalha”. -----

Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. ---

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. -----

Cumprimentar a Mesa, cumprimentar Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e os Senhores Vereadores, a Senhora e os Senhores Presidentes de Junta, os Membros da Assembleia e o Público presente. Dizer que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a esta Moção nas suas conclusões, nos pontos que são votados de saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, no entanto, seria só apenas essa a conclusão que deveria remeter aos Grupos Parlamentares uma vez que reconhecemos que há unanimidade da sala para valorizar estes dois momentos da nossa vida coletiva. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo eu passaria a ler só a parte da conclusão. ----- Assim, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária em 26 de Abril de 2023, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

1. Evidenciar o 49.º aniversário do 25 de Abril como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação; -----

2. Saudar o 1.º de Maio, as lutas das trabalhadoras e trabalhadores dos setores público, privado e social, e a coragem de todas e todos, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todas as pessoas; -----

3. A remessa o teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e às Centrais Sindicais. ----- Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Viseu Diamantino Santos. ---

----- **SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos. Um

primeiro cumprimento para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, as Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, um cumprimento muito especial para a Senhora e para os Senhores Presidentes de Junta, meus caros colegas, cumprimento também os Membros desta Assembleia, porventura Público, Trabalhadores desta Casa e a Comunicação Social. -----

Senhor Presidente, permita-me aqui deixar, ou dizer-lhe que o meu discurso é um pouco antagónico aquilo que a minha cara companheira de bancada Ana Paula Santana aqui transmitiu relativamente às responsabilidades do Governo. E eu vou falar das responsabilidades municipais, do Poder Local e vamos poder perceber como elas são perfeitamente antagónicas, isto é, sempre acreditei que o Poder Local é um pilar de proximidade e que faz. O Governo tem maiores dificuldades, é uma máquina mais pesada, sabemos-lo, mas porventura não tem a sensibilidade, e não delega em nós autarcas locais, porventura a responsabilidade de fazermos de acordo com aquilo que são as nossas responsabilidades e a nossa sensibilidade para executarmos. E, é sobre isso que eu vou falar Senhor Presidente, mas gostava também que aqui me fossem permitidas uma constatação e uma preocupação. A constatação foi aquilo que vivemos ontem na... e o Senhor Presidente já o referiu aqui, que vivemos ontem na Comemoração dos 49 anos do 25 de Abril, e em particular numa freguesia que embora seja a freguesia mais periférica do nosso concelho, demonstrou a todos nós o que é efetivamente o trabalho do Poder Local, o que é o trabalho em sintonia da administração municipal e das juntas de freguesia. -----

Eu queria aqui deixar um profundo agradecimento e parabéns ao nosso colega Joaquim Polónio pela forma como tem de facto a sua freguesia. E, eu até lhe vou dizer mais uma coisa: por aquilo que eu conheço do meu amigo e pelo tempo que tem estado aqui, alguém poderá ter questionado ou pensado assim: se calhar é porque era dia de festa. Eu não acredito, com toda a franqueza, e conhecendo-o a si como conheço acho que é alguém que todos os dias se preocupa com o seu território, pelo bem-estar dos seus fregueses, e deixou-nos aqui de facto... e eu enfim, fiquei ontem encantado com aquilo que vi em Côta, e aqueles que não viram, convidou-os a que vão de facto ver, porque aquela mancha verde,

aquela coroa ambiental é de facto um bom exemplo para nós e é uma motivação para aquilo que vou dizer a seguir. A preocupação está aqui, num dia como hoje, as condições climatéricas verdadeiramente anormais e que merecem que nós olhemos para este estado de coisas de uma forma proativa, e é essa proatividade que eu aqui hoje gostaria de falar relativamente a três ou quatro situações muito concretas que a nossa Administração Municipal tomou em mãos. -----

Primeiro, toda aquela revalorização de um parque fantástico, um parque que tem uma utilidade absolutamente notável da nossa comunidade, que é o Parque Urbano de Santiago. A adjudicação da empreitada da rearboração daquele parque com a colocação de mais cerca de três centenas e meia de árvores é um bom exemplo de como o nosso município se preocupa com a coroa ambiental, neste caso urbana, mas também toda a coroa ambiental e florestal que este nosso concelho tem. -----

Senhor Presidente, esta é de facto uma boa notícia para todos nós, valorizar um espaço de excelência para a fruição da nossa comunidade e nós queríamos deixar aqui isto bem patente, bem latente, do trabalho cuidado que o Senhor Presidente da Câmara e a sua Administração estão a colocar no cuidado a ter com o espaço público, porque ao fim ao cabo é o espaço que nós fregueses, que nós munícipes utilizamos, e é o espaço que nós queremos sempre em condições de o podermos usufruir. -----

É também de relevar nesta reabilitação ou nesta requalificação do Parque Urbano, a questão da utilização dos recursos hídricos. É de facto um grande objetivo Senhor Presidente, e há-de ser um desiderato nós evitarmos a utilização para rega daquela que é a nossa água da rede pública e, portanto, esta utilização dos poços, dos furos e o reservatório dessa mesma água num reservatório a construir parece-nos uma excelente ideia e esperemos bem que ela seja de facto replicada nos outros espaços verdes que possuímos. Claro que há aqui um aspeto que também não nos podemos esquecer, a fruição do parque necessita claramente de mais sombras, em particular nestes tempos mais difíceis, e obviamente com o crescer, que não é um crescer espontâneo, é um crescer que leva o seu tempo, com mais sombras, melhor fruição iremos ter também para os nossos utentes. -----

Gostava também, em linha com o que atrás disse Senhor Presidente, falar aqui da disponibilidade que a nossa administração municipal vai colocar ao serviço da população da Quinta do Serrado. Um local bem perto de nós, um local de uma centralidade absoluta, e um local que obviamente é na minha perspetiva uma utilização que deve ser feita, e em particular daquilo que é património, não é o caso, mas em particular daquilo que é o património público, do estado, mas também a capacidade de negociar com os privados, e podermos colocar à disposição da nossa população um local emblemático, mais um pulmão desta cidade, e de facto tê-lo à nossa disponibilidade, à disponibilidade da comunidade é sem dúvida uma mais valia e um motivo de satisfação. Ainda por cima Senhor Presidente, realmente a sua sensibilidade e a sua perspicácia em pretender inaugurar este espaço, ou pelo menos disponibilizá-lo à nossa população no dia 1 de junho é de facto uma data muito simbólica e que relevamos muito porque sabemos que vão ser as crianças, seja com as famílias, seja em grupo, seja com as escolas que vão ser seguramente uma das principais utilizadoras daquele espaço. -----

Deixo-lhe um desafio Senhor Presidente, há seguramente na freguesia outros espaços onde provavelmente com a sua capacidade negocial e a sua sagacidade, podemos eventualmente replicar aquele exemplo e alocarmos para a nossa mancha arbórea ainda mais espaços como aquele. -----

Finalmente um destaque para uma coisa muito singela, muito simples, mas que valorizou particularmente os arruamentos em causa. Falamos daquele arranjo, eu vou-lhe chamar, ajardinamento e embelezamento da Rua dos Combatentes, da Rua da Paz e da Rua Formosa. Uma solução encontrada que vai tornar porventura o usufruto pelos peões com

mais segurança, com mais tranquilidade e também com mais beleza. Esta é a forma de tornarmos ainda mais bonitas artérias fundamentais da nossa cidade. -----

Queria também dizer-lhe Senhor Presidente, que eu acho que este é o caminho certo para termos uma cidade mais acessível, uma cidade mais bonita, mais sustentável, seguramente a cidade que vai continuar a ter o selo da melhor cidade para viver. -----

Por fim, Senhor Presidente da Assembleia apenas e só um pedido, porque temos também que valorizar os nossos espaços, mas com certeza também a nossa comunidade, os nossos cidadãos, se me permite, um convite muito singelo a todos os que aqui estão presentes para que visitem na sede da Freguesia de Viseu uma exposição de aguarelas do nosso Jorge do Carmo. É de facto um retratista, um paisagista da cidade de mão cheia, com 82 anos continua com uma atividade muito ativa, temos neste momento uma exposição na sede da Junta de Freguesia, aqui fica o convite. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Iria intervir agora o Senhor Deputado André Cunha. -----

----- SETE – O SENHOR DEPUTADO ANDRÉ FILIPE MARQUES DA CUNHA (PS): --- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhoras e Senhores Vereadores, caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta, Comunicação Social, os Serviços. ----- A todos muito bom dia. -----

Nos termos do artigo 15.º n.º 1 e 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Viseu ainda em vigor em consonância com a Lei e a Constituição vimos propor a esta Assembleia que delibere sobre a Moção e/ou a Recomendação subsequente afim de que a Câmara Municipal de Viseu tome posição e possa dar-lhe cumprimento em prol das suas competências e atribuições. -----

Nos últimos meses têm chegado ao Grupo Municipal do Partido Socialista com assento nesta Assembleia a inquieta preocupação de centenas de munícipes e outros utentes sobre a necessidade de instalação de sinalização por semáforo no limite da Travessa José Relvas e entrada na Estrada da Circunvalação N229 – N2. -----

Não se pode esquecer que o lugar sobre que recai tal preocupação é uma zona de elevado tráfego e onde se localizam duas instituições de cuidado e ensino para crianças, sendo elas, o Infantário N. Senhora de Fátima e Jardim Escola João de Deus. Torna-se imperioso por razões de segurança e prevenção de acidentes tal medida uma vez que o sentido descendente da estrada 229 nesse local é feito por duas vias e a saída de viaturas com crianças nomeadamente dessas instituições fica muitas vezes prejudicada. Porque por um lado existe um congestionamento gravoso em relação à Travessa José Relvas e por outro potencia-se a sinistralidade por razões óbvias. -----

Na situação presente ocorrem inúmeras infrações ao código da estrada, com todos os problemas que lhe estão associados, têm existido acidentes rodoviários, como já referi, congestionamentos de tráfego, atrasos no movimento de pessoas e bens, perda total ou parcial de bens, sinistros com danos físicos em pessoas e perda de vidas humanas. (esta última situação que ainda não se verificou e que em toda a linha se pretende evitar). -----

Como sabemos, a segurança das pessoas é, e deve ser, uma das principais preocupações na implementação de políticas de controlo de tráfego e redução da sinistralidade, com objetivo nesse aspeto. -----

Segundo estudos efetuados e que me escusarei aqui de enunciar, e também dados estatísticos obtidos, um dos fatores chave, e penso que, como todos sabemos, é a imperiosa redução da velocidade, pelo que a velocidade a que se deslocam os veículos nomeadamente quando colidem são efetivamente o mais gravoso. -----

Eu iria aqui invocar um latinismo: -----
“*Quod Abundat Non Nocet*” porque efetivamente a segurança nomeadamente em termos

rodoviários e também dizer que tanto somos responsáveis pelas nossas ações, como também pelos nossos silêncios. -----

A partir deste momento Vossas Excelências, todos nós, temos que deliberar sobre este assunto. Se eventualmente a partir deste momento acontecer algo que seja o que se pretende evitar, todos seremos responsáveis morais, e políticos por isso. -----

Tudo considerado Senhor Presidente, tudo considerado, propõe-se a aprovação da moção/medida seguinte: -----

- Instalação de sinalização por semáforo no limite da Travessa José Relvas e entrada na Estrada da Circunvalação N229 – N2. -----

Tenho aqui um anexo que, se eventualmente, caso não consigam situar-se, tenho aqui um anexo que pode facilitar a vossa visualização. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, é nosso entendimento que é proposta de Recomendação que iríamos enviar ao Executivo Camarário. -----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: A Proposta de Recomendação não tem discussão, mas de qualquer maneira-----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves torna a intervir do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Certo. -----

----- OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar aqui os cumprimentos e dizer aqui uma coisa. Acho que o populismo anda mesmo na vida política. Nós já sabíamos que a razão do populismo era o socialismo, agora temos a confirmação. Ó Senhor Deputado, eu não fico aqui minimamente responsável se houver acidentes naquela rua por aquilo que aqui veio dizer, ou então o senhor é responsável e o seu governo por todos os acidentes, por todas as mortes e todos os danos que houver no IP3 porque não duplicou a estrada nem há uma autoestrada feita, por isso mesmo, um bocadinho de responsabilidade e fazer as coisas com mais um bocadinho de sentido de estado. Chegar aqui e dizer que eu tenho responsabilidade se nada for feito nos acidentes... todos os que aqui estamos não temos nenhuma responsabilidade, a responsabilidade é de quem conduz os carros e se alguém tem que regular o trânsito é a PSP não somos nós. Por isso mesmo um bocadinho mais de tino quando a gente vem aqui fazer uma intervenção, um bocadinho mais de sentido de responsabilidade, isto não pode valer tudo em política. Quanto ao resto, a Recomendação está feita, tudo bem, mas um bocadinho de respeito por todos os que aqui estamos. -----

Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Mais ninguém quer intervir? Então tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Bodiosa Rui Ferreira. -----

----- NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD): Muito bom dia. -----

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caros Colegas. Eu venho aqui, também é uma situação muito rápida, e vem na sequência da intervenção da Dra. Ana Paula Santana relativamente ao estado dos serviços centrais aqui em Viseu. Portanto, nós Junta de Freguesia, nós, e também falo aqui pelo meu colega do Campo, fizemos um protocolo em novembro do ano passado com o Estabelecimento Prisional de Viseu para a colocação de reclusos em regime aberto. Esse protocolo foi firmado, o Estabelecimento Prisional tem um documento, uma circular, que foi emitida pelo governo, distribuída por todos os

estabelecimentos prisionais do país, em como podem inscrever reclusos em regime aberto no Centro de Emprego e serem enquadrados no contrato CEI+, contrato de emprego de inserção mais, que na própria medida diz que era para reclusos em regime aberto. Só que o Estabelecimento Prisional e nós vimo-nos bloqueados porque aqui em Viseu não sabem como é que isto funciona. Apesar de na lista dos Centros ir indicada quem é a pessoa responsável pelo processo, nem elas, nem pelos vistos quem está acima sabe como é que este protocolo se coloca no terreno em Viseu. Este protocolo está em funcionamento em diversos Estabelecimentos Prisionais do país, foi-lhes dada a indicação para tentarem saber junto dos outros Centros de Emprego como é que podem articular isto, mas estamos a falar de novembro, estamos a entrar em maio e até agora as candidaturas terminaram, terminou o prazo das candidaturas, teremos que fazer novas, mas aqui em Viseu continuamos sem resposta, quer nós, quer o Estabelecimento Prisional. Portanto, é isto, a gente tenta dar alguma dignidade ao trabalho que as pessoas querem fazê-lo para a comunidade, apesar de estarem a cumprir uma pena, veem-se impedidas disso por causa das limitações governamentais que não são transmitidas aos serviços locais e infelizmente pelos vistos parece que calha sempre a Viseu. Muito obrigado a todos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais ninguém quer intervir? Então tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Bodiosa Rui Ferreira. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Francisca Damião. -----

----- **DEZ – A SENHORA DEPUTADA MARIA FRANCISCA DAMIÃO LOUREIRO (PPD/PSD):** Muito bom dia. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia. -----

Um ano depois da minha primeira intervenção nesta Assembleia, quero salientar de novo, o grande orgulho e sentido de responsabilidade que sinto por poder estar neste púlpito, expressando, sem censuras, os meus ideais, sobretudo, sendo uma jovem e mulher. -----

A democracia foi e é uma enorme conquista. -----
O tema que me traz aqui hoje prende-se com a Cultura e a política municipal em prol da mesma. -----

Por instinto, acredito que muitos dos presentes, neste momento, pensem que já sabem o que venho aqui dizer, o que venho aqui proferir. -----

Que de facto, todos nós reconhecemos ou deveríamos reconhecer que a prática artística desempenha um papel fundamental nas nossas vidas. -----

Que a cultura promove a coesão social e o desenvolvimento das sociedades e que contribui de forma flagrante para a nossa economia. -----

No fundo, que a Cultura é um pilar fundamental na edificação de sociedades mais justas, inclusivas e democráticas. -----

Este é o tipo de argumentação que todos nós conhecemos e com a qual todos nós devemos, suponho eu, concordar. -----

Contudo, são ainda muitos os que percecionam a Cultura como um elemento insignificante. O combate a essa desvalorização deve ser um desafio constante perante a crescente digitalização e padronização da sociedade. -----

É por isso fundamental que se implementem políticas públicas, ao nível estatal e autárquico, que obedeçam a uma visão estruturada, integral e sustentada da Cultura, nas sociedades que estamos a construir. -----

O Município de Viseu soube e sabe fazê-lo. -----

O Município sabe que a cultura nos define enquanto povo e que esta acontece em cada território a que está ligada, em cada Freguesia e nas suas gentes. -----

Utilizando a expressão de Zeca Afonso - a revolução cultural não é ir tocar a vários sítios, mas sim, ir aos sítios e ouvir a música de lá. -----

Esta é génese da diferença entre a cultura popular e a cultura de massas. A cultura popular é feita à medida das suas gentes, dos territórios, dos contextos, enquanto que a cultura de massas é igual em todos os territórios, nada acrescenta, é igual em Viseu, em Lisboa ou em Faro. -----

O Município de Viseu soube e sabe bem assumir esta diferença porque o que importa mesmo é essa cultura identitária, viseense e importa fazê-la brotar e chegar aos 4 cantos de Portugal e do mundo. -----

Com o caminho traçado o Município de Viseu soube e sabe bem promover e apoiar eventos nesta linha de entendimento. -----

O Município implementou um programa de apoio municipal à cultura, por concurso, que é raro no panorama nacional. -----

Um Programa de Apoio em que o Município disponibilizou para o ano de 2023 cerca de um milhão de euros, ao qual os agentes promotores culturais do nosso Concelho podem concorrer, tendo assim a oportunidade de pelo segundo ano consecutivo concretizar os seus projetos, seja na área da criação e programação artística, seja nos chamados emergentes, seja para projetos de apoio quadrienal, não esquecendo também a vertente não financeira de cedência de espaços e outras. -----

Face ao estado de arte da economia nacional e dos municípios em geral é uma aposta diria bastante arrojada, mas assente na convicção que a cultura é a trave mestra para o desenvolvimento, para a cidadania e para o fomento económico do nosso concelho. -----

Aquele Programa de Apoio Municipal à Cultura apoia, entre outros, os referidos projetos quadrienais, projetos de renome, já consolidados e com várias edições, como é o caso dos Jardins Efémeros cuja nova edição que se realizaria em julho próximo, está comprometida e em sério risco de não acontecer. -----

Um projeto que foi excluído do apoio da DGArtes; -----

Um projeto que o júri do concurso pontuou como merecedor do apoio sustentado às artes, ou seja, tinha pontuação suficiente para lhe ser atribuído o referido apoio, contudo por falta de verba, por falta de dinheiro, foi excluído; -----

Um projeto âncora para Viseu, para a região, que o Município prontamente apoiou e se comprometeu de forma indiscutível a continuar a apoiar em complemento ao financiamento proveniente da DGArtes. -----

Está então assim posta em causa a realização de um evento relevante na programação cultural da cidade, um evento com forte repercussão a nível nacional e internacional que dignifica Viseu e que em muito contribui para o seu desenvolvimento em todos os setores, sobretudo o económico. -----

E, portanto, o que têm os digníssimos membros do partido do governo a dizer sobre esta terrível falha? -----

São muitas para não dizer demasiadas coincidências. -----

Viseu é permanentemente afetado, negativamente, por decisões ou interpostas decisões deste governo. -----

Estamos perante uma partidarização da cultura? Eu espero bem que não. -----

O Município não pode substituir-se ao Estado de forma permanente e em todos os setores, o Município não pode de forma permanente continuar a remendar as constantes falhas a que este governo nos tem habituado, tornando Portugal uma autêntica manta de retalhos.

Termino como iniciei, a democracia foi e é uma enorme conquista, mas está ameaçada, está frágil. -----

Saibamos dar-lhe o vigor de que necessita, para bem de todos e sobretudo para bem dos jovens, mesmo daqueles que hoje “parecendo” alheados amanhã dirão que ainda bem que

ela se mantém. -----
Viva a democracia. Disse. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Tem a palavra o Deputado Jorge Adolfo. -----
----- **ONZE – O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e demais Público presente. -----
Folgo muito em ver esses cravos tão viçosos à sua frente Senhor Presidente da Assembleia num dia imediatamente a seguir às comemorações dos 49 anos do 25 de Abril, e eu antes de ir diretamente ao assunto que aqui me traz, em nome da bancada do Partido Socialista queria dar os parabéns a três pessoas, sem desprimor para os restantes participantes, mas em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Junta Joaquim Polónio pela muito boa recepção nas Comemorações do 25 de Abril, dos 49 anos do 25 de Abril na sua freguesia, na Freguesia de Côta, também à minha camarada Paula Dias em nome do Partido Socialista, que fez uma intervenção brilhante sobre o papel da mulher e as conquistas de Abril sobretudo pelas mulheres portuguesas, que é sem dúvida nenhuma uma das grandes conquistas do tal desenvolvimento que tantos apregoam, que, enfim, que está em causa, e em último lugar ao Dr. Mota Faria Presidente da Assembleia Municipal que fez também uma intervenção extremamente importante e não podia deixar aqui de sublinhar em meu nome pessoal e também em nome da bancada do Partido Socialista as suas palavras de ontem, que são extremamente importantes e pedagógicas, aliás, no sentido que o Senhor Presidente da República ontem também usou na Assembleia da República nas Comemorações Nacionais dos 49 anos do 25 de Abril. -----
Eu gostaria de dizer também, para concluir este preâmbulo que de facto as Comemorações do 25 de Abril de ontem, foram talvez as mais vibrantes dos últimos 48 anos. Recordo que ontem também fez 48 anos que foram as primeiras eleições democráticas em Portugal para a Assembleia Constituinte e que é uma data sem dúvida nenhuma que nós devemos sublinhar, mais a mais que estamos aqui perante fotografias de alguns Deputados Constituintes, no caso concreto do PSD, na altura do PPD e, portanto, não gostava de deixar passar este momento sem fazer este sublinhado. -----
Senhor Presidente da Câmara, queria-lhe colocar 3 questões que me assaltaram nos últimos tempos, nos últimos dias, nas últimas semanas e que são as seguintes; -----
Primeiro, folgo muito em ter constatado a visita que fez na companhia do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Presidente da República, ao chamado Bairro da Cadeia, Bairro Municipal. Folgo muito em ter constatado isso pela televisão, vi-o na televisão, foi de facto um momento extremamente importante, porque como é sabido aquele Bairro tinha outro destino, mas em bom tempo se corrigiu o rumo que ele iria ter, e naquele dia, pode ser feito de alguma maneira aquela visita, não será ainda a inauguração porque ainda há muita obra para fazer, mas nos últimos dias fui visitar, como cidadão interessado por estas coisas, fui visitar o Bairro, e vi lá dois placards, dois outdoors, até com os valores do investimento, e fiquei na dúvida, e era a questão que eu gostaria de lhe colocar, até de alguma maneira para ficar aqui claro perante a Assembleia. -----
Qual é o investimento que foi feito no âmbito do PRR e qual foi o investimento que a Câmara Municipal fez? Portanto, é uma pergunta que acho que é fácil de responder. -----
O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que por si foi dito. -----
- O Senhor Deputado Jorge Adolfo de Meneses Marques prossegue a sua intervenção dizendo: Não, não, quero só saber... é só esta pergunta. -----
A segunda questão é também a preocupação que eu senti e penso que todos os viseenses

sentiram com as notícias de algumas pedras na engrenagem, algumas areias na engrenagem relativamente à construção da residência para alunos do ensino superior, penso que é o único propósito, na Rua do Gonçalinho. O Senhor Presidente penso que terá feito sentir o seu desagrado porque a obra está de alguma maneira condicionada, pelo que eu percebi da leitura que fiz na Comunicação Social, está condicionada por trabalhos prévios, trabalhos prévios de estudo arqueológico, como aliás é de lei seja em Viseu seja em qualquer outra do território português dado que estamos no Centro Histórico de Viseu e, portanto, ao longo dos anos como sabe, como o seu antecessor e também antes dele o Senhor Presidente, todos os trabalhos que são feitos no Centro Histórico seja por privados ou por entidades não privadas têm que obedecer a esses trâmites legais. Isso é muito importante para nós sabermos a história da nossa cidade. Nos últimos anos tanto se tem apregoado de que Viseu é uma cidade com 2500 anos de história, isso não foi um dia de manhã que o Senhor Presidente da Câmara se lembrou de dizer, Viseu é uma cidade com 2500 anos de história, olha que este é um slogan bonito. Não, foi porque houve um trabalho extremamente meticuloso e prolongado no tempo. Portanto, relativamente a este assunto, em que ponto é que estamos? É muito importante a construção da Residência para Estudantes, é muito importante, é muito importante que aumente a oferta para residência de estudantes e é muito importante que seja requalificada também aquela zona da cidade, penso que é uma política que tem estado na linha da frente das preocupações municipais e, portanto, em que ponto é que estamos relativamente a isso? -----

O terceiro ponto que também me tem preocupado relativamente a notícias que têm saído também na comunicação social a que o senhor também já respondeu, mas que gostaria que ficasse aqui mais clarificado, e prende-se com o Museu do Quartzo. O Museu do Quartzo foi uma obra que foi inaugurada nos seus mandatos anteriores. -----

- *O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo:* Não foi inaugurada, foi feita. -----

- *O Senhor Deputado Jorge Adolfo de Meneses Marques prossegue a sua intervenção dizendo:* pois, feita e inaugurada, certo. Vamos lá ver, se essa obra demorasse 24 anos a ser feita também seria muito tempo, portanto, foi uma obra que foi feita e inaugurada. Pronto. Muito bem, feita e inaugurada, a quem foi atribuído o nome da pessoa que pensou de alguma maneira o programa museológico do sítio, o Professor Galopim de Carvalho, e nos últimos tempos houve um problema, pelo que vi na comunicação social, houve um problema com uma empresa que fazia a assistência da parte tecnológica e que, portanto, surgiu aí uma areia naquela engrenagem tão importante que é aquele Museu, e que é um Museu que eu visito, onde levo pessoas de fora e que estudam cá a visitar, é um Museu extremamente importante, é um Museu sui generis, e, portanto, neste momento tem efetivamente um problema que foi publicitado de alguma maneira, enfim, de forma bastante sonora pelo Professor Galopim de Carvalho num artigo que ele publicou no Jornal Público, e o Senhor Presidente já respondeu, dizendo que tudo estava a ser feito nesse sentido. Portanto, a minha preocupação, e penso que a preocupação de todos, e penso que é uma preocupação que também estará no seu pensamento e também da Senhora Vereadora da Cultura, portanto, efetivamente o que é que se passa porque há uma série de equipamentos lá que não estão disponíveis e aquele Museu é tecnológico, é muito tecnológico. Portanto, se nos pode dizer aqui se vamos ter uma saída, uma resolução deste problema nos próximos tempos porque de facto é um museu de excelência no quadro dos museus municipais. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Abraveses Rui Pedro Almeida. -----

Não está presente, então tem, a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta Joaquim Polónio. -----

----- DOZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados desta Assembleia, Caros Presidentes de Junta, Funcionários desta Casa, Comunicação Social e Público presente. A todos, bom dia. -----
Começo por agradecer as referências aqui feitas, quer pelo Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia, quer por todos os intervenientes que vieram aqui dar os parabéns na minha pessoa à Freguesia de Côta. Penso que é apanágio da Freguesia de Côta receber bem, umas vezes corre melhor, outras vezes corre pior, como é óbvio, pelos vistos, fico muito satisfeito pelas referências, afinal deve ter corrido bem. Dizer-vos que estaremos sempre de braços abertos quer nas funções que desempenhamos politicamente ou na vida pessoal para receber qualquer um de vós. -----
Mas, o que me trouxe aqui foi precisamente um desagrado em relação a uma situação. -----
Na reunião de 19 de dezembro de 2022 aprovámos aqui uma Moção a reivindicar a urgência da disponibilidade de acesso às redes digitais de comunicação nas freguesias de Viseu. Todos estão recordados. O Senhor Presidente, a Mesa e claro quem dá apoio a esta Assembleia fez o trabalho e enviou a quem de direito essa Moção, e fiquei espantado, alguns de vós devem ter lido esta resposta, fiquei espantado com a resposta da ANACOM. A ANACOM tomou aqui um papel mais de advogado das operadoras de rede do que defesa dos consumidores e senão, se ninguém teve esse cuidado, façam o favor de analisar a resposta dada, que eu atrevo-me a classificar quase de vergonhosa. Eu no lugar de regulador, não tendo os conhecimentos que eles têm a obrigação de ter, não daria esta resposta. Vem nos dizer que a ADSL é exportada em cabos ou em pares de cobre. Isso já todos nós sabemos. É uma rede que está completamente obsoleta, é uma rede com anos e anos, foi a primeira rede que foi instalada na nossa região. Em muitos casos eles nem sequer cuidam dela, em muitos casos ela está partida, com postes caídos, com cabos caídos, com pinheiros em cima e por aí a diante. Que serviço é que pode chegar através desta rede? Quase nulo! Esta é a realidade. Depois vêm-nos dizer que através do Decreto-Lei n.º 66/2021, de 30 de julho, foi criada a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à Internet em banda larga fixa ou móvel a disponibilizar por todas as empresas que oferecem este tipo de serviços. Eu gostava de saber aonde é que ele está a funcionar? Não está a funcionar! Meus caros, vocês ontem tiveram, todos nós tivemos a oportunidade ao estar em Côta de verificar que ela não funciona, e não funciona só em Côta, não funciona em muitos lados até aqui próximo da cidade, porque eu sou de Côta, mas também tenho vida na Cidade de Viseu e de quando em vez, e ainda muito recentemente precisei de fazer um trabalho aqui bem próximo e a rede não me permitiu, não consegui, aqui bem próximo e posso-vos dizer onde, junto ao Campo de Repeses. Portanto, afinal não é só em Côta, e, no entanto, todos nós viseenses, não só os Côtenses pagamos exatamente a mesma tarifa que se paga em Lisboa, que se paga no Porto. É assim que temos equidade no país? Não, não vamos lá, por esta via não vamos. Depois vêm admitir que se nota ainda alguma dificuldade na disponibilização disto, do serviço da ADSL e vêm dizer que depende muito da distância. Pois depende da distância. Então se eles têm consciência disto, façam com que as operadoras resolvam a situação, ou coloquem mais centrais, porque por exemplo, na minha freguesia... depois eles referem aqui, portanto, têm aqui uma referência na ordem dos 5 km, na minha freguesia e certamente noutras, da central não são 5 km, eu tenho aldeias a 8 km quase 9 km da central, como é que lá pode chegar o sinal se a 5 km já não chega em boas condições? Mais adiante, também dizem que, os operadores não estão obrigados a garantir a cobertura total do território e da população nacional. Então o que é que anda a fazer o governo? Então não somos todos cidadãos por igual? Porque é que as operadoras, e quando lhe concedem as licenças não obrigam a que haja uma cobertura de

igualdade para todo o território? Ou continuamos a fazer aquilo que se tem dito, dividir o território em 3 faixas e só uma é que é Portugal? Assim não vamos lá. O governo, penso que tem obrigação de olhar para o território nacional como um todo em situação de igualdade. O cidadão que está no mais interior dos interiores é um cidadão igual aquele que está no Terreiro do Paço em Lisboa. E, se o é para pagar os impostos, se o é para pagar as taxas, também o deve ser nos direitos. Os cidadãos que estão no interior não estão lá por mero acaso, estão lá porque noutros tempos da nossa história foram lá colocados a quando do povoamento, e, senão, recuemos um pouco na história. Por isso, penso que temos todos os mesmos direitos, e gostaria que tomássemos aqui uma posição conjunta de dizer a esta gente que não está a cumprir com as suas obrigações. Depois vêm-nos dizer que: “assegurar a cobertura de todo o território nacional por redes Gigabit até 2030”. Lamentamos, mas em muitos dos casos nomeadamente na minha freguesia e noutras é demasiado tarde. Neste momento já estamos a perder fixação de muita gente por causa disto. Como eu dizia ontem, hoje esta rede, uma boa rede digital é mais importante do que uma autoestrada, e todos temos consciência disso. Todos nós utilizamos e precisamos de utilizar, utilizamos se calhar às vezes também um bocadinho por diversão, mas hoje muito do nosso trabalho passa por aqui. Na minha freguesia, fruto da emigração de outros tempos, hoje com filhos com formação um pouco já alta, por assim dizer, está a acontecer um fenómeno. Essa geração está a querer regressar a Portugal e à minha freguesia para trabalhar a partir de casa para o mundo inteiro, gente ligada a multinacionais. O que é que está a acontecer na freguesia? É que eles não conseguem trabalhar a partir de lá, e podiam estar a aproveitar a casa que é dos pais, que é dos avós, e tem que vir ou para aqui, e eu não tenho nada contra, é a minha cidade, mas têm que vir para aqui, e muitas das vezes para outros sítios, porque depois a tendência é irem para as grandes urbes, para Lisboa ou para o Porto, pagar uma renda para poderem trabalhar, quando poiam trabalhar perfeitamente de Côta e ajudar a povoar aquele território. ----- Não me alongo mais. Mais uma vez obrigado pelo reconhecimento da forma como correram ontem as celebrações do 25 de Abril, e solicito que tomemos uma posição conjunta em relação a isto, que é o nosso bem que está em causa, é o direito dos nossos cidadãos que nos elegeram para estarmos aqui. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Em relação a esta questão, se for entendimento e todos estiverem de acordo a Mesa assume o envio de uma nova posição, dando conhecimento a todos previamente como é óbvio, uma posição sobre esta temática. Penso que é uma temática muito importante em termos de deixar-se de falar só sobre a desertificação e despovoamento. Nós queremos é medidas concretas. Se assim o entenderem, nós iríamos tomar uma posição que daremos conhecimento a todos. Há esta posição já de princípio, ela seria votada, dávamos um voto de confiança, nós daríamos conhecimento da tomada de posição, e depois se os grupos estivessem de acordo nós enviaríamos. Concordam com esta situação? Então em conjunto com o Senhor Presidente de Junta, nós iremos elaborar um texto tomando posição junto das entidades sobre este assunto e daremos conhecimento a todos. Certo? -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Abraveses Rui Pedro Almeida. -----

----- **TREZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE ABRAVESES RUI PEDRO OLIVEIRA DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. -----

A saúde, e nomeadamente a saúde mental são muito importantes para o desenvolvimento humano. -----

Abraveses sempre sofreu de um estigma pela coexistência de um Hospital Psiquiátrico. ----

Mas, para além desse estigma com o qual convivemos durante décadas, mais grave é certamente o facto desse hospital há anos que se encontra obsoleto, degradado, mal cuidado pelo proprietário. O Estado Central. -----

Lembro mesmo as palavras do Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos numa visita às atuais instalações do Hospital de Abraveses, em outubro de 2020, onde mostrava preocupação pelas condições indignas para os utentes e para os profissionais. -----

Foi preciso a Assembleia Municipal de Viseu aprovar por unanimidade uma Moção a exigir ao Governo obras na Área da Saúde na cidade, nomeadamente na construção de novas instalações para o Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, para que o Estado previsse verbas financiadas pela Comunidade Europeia através do PRR. -----

A pergunta que faço é: -----

Para quando a realização dessas obras no edifício? -----

Para quando a realização de obras de requalificação do espaço existente? -----

Não chegará certamente fazer um novo edifício. É necessário requalificar o edifício existente e tratar do espaço envolvente. -----

Não posso deixar de manifestar a minha preocupação sobre este tema, que se prolonga por anos e anos e que, apesar de ter sido encontrada uma solução, ela tarda em aparecer no terreno, prejudicando o desenvolvimento da freguesia. -----

À boa maneira do Estado Central, a solução vem sempre com muitos e muitos anos de atraso. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Já não há mais nenhuma inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

----- **CATORZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Bom dia. Muito obrigado Senhor Presidente. Peço que me relevem pelo facto de não fazer os cumprimentos habituais para não digamos, juntar mais tempo, mas cumprimento todos os que os intervenientes anteriores cumprimentaram. o Senhor Presidente da Assembleia naturalmente e todos os presentes. -----

Permitam-me que dê algumas respostas sobre aquilo que me foi colocado. -----

Inicialmente sobre os Bombeiros Voluntários, eu conheço naturalmente a situação dos Bombeiros e conheço também a intenção dos Bombeiros de uma 2ª EIP. Naturalmente que não é fácil esta avaliação, nós temos Bombeiros Sapadores como é sabido, uma 2ªEIP dos Bombeiros equivale a dizer que nós temos Bombeiros Sapadores e uma EIP por inteiro. Portanto, aliás, a legislação aconselha mesmo a que se dê prioridade aos concelhos que ainda não tenham 1ªEIP. Naturalmente que nós vamos estudar a situação, mas embora eu seja o responsável pela Proteção Civil, e é fácil indicar pessoas para serem primeiros responsáveis, mas depois são necessários os meios que temos que ver naturalmente com racionalidade, mas gostaria de dizer ao Eng.º Caiado que vamos ver este assunto. Também gostaríamos de continuar a ver os Bombeiros Voluntários com contas saudáveis, mas têm que resolver algumas coisas a montante. Eu sou o responsável máximo da Proteção Civil, mas não é função propriamente que fuja às obrigações do Estado Central que tem inclusivamente membros do governo para essa área e, portanto, têm que começar primeiro por solicitar por exemplo que não haja impostos sobre os combustíveis que pagam, é uma vergonha e, portanto, isso são contributos que a Administração Central pode também dar, mas queria-lhe dizer que sempre estivemos disponíveis para dar apoio aos Bombeiros, foi connosco que nasceu o quartel que neste momento dispõem e, portanto, estaremos também prontos para ver esta situação. -----

Sobre a questão que colocou aqui a Dra. Ana Paula Santana, de facto é um problema que nos preocupa. O Estado Central tem aqui os seus serviços, mas depois não lhes dá condições, nós próprios tivemos que fazer, porque tem implicações no trabalho do

município, uma reunião com o notariado, exatamente porque também as nossas coisas sofrem atrasos consideráveis e, portanto, eu gostaria que fizéssemos... há naturalmente pessoas que podem fazer esta ressonância destas declarações no sítio próprio que é naturalmente junto do executivo e da Assembleia da República, é aí que devem saber também que os Serviços Centrais não chegam aos territórios. -----

A Senhora Presidente da Junta de S. Salvador veio aqui fazer um reconhecimento legítimo. Bem, não sei! Penso que não foi propositado. Fez um agradecimento ao Senhor Coordenador da Policia Municipal, mas também aqui o responsável máximo da Policia Municipal é o Presidente da Câmara, possivelmente não saberia isso, eu gostaria também de receber esse reconhecimento em nome da Câmara, da Câmara e da Policia Municipal de que eu sou responsável também. Não para mim o agradecimento, mas para a instituição que eu represento, não há Policia Municipal autónoma, é da responsabilidade do Município, criada exatamente por nós e curiosamente por este criador, de maneira que, saberá que há apenas 40 e tal municípios que têm Policia Municipal, nós somos um deles, portanto, também não gostaria, porque quando há problemas com a Policia Municipal é a mim que se dirigem, portanto, gostaria também de receber esse louvor e esse agradecimento ou para eu endereçar à Policia Municipal. -----

Depois, faz aqui uma proposta de atribuição da toponímia, neste caso, ao campeoníssimo Carlos Lopes. Eu queria-lhe dizer que nutro por o Campeão Carlos Lopes uma amizade muito especial embora como é sabido não temos nenhuma afinidade política, é do conhecimento público, mas sempre que tive oportunidade lhe dei, e ele sabe disso, ele e a esposa, sempre tivemos uma relação de amizade, mas vocês têm que se entender, têm que falar com Vereadores do Partido Socialista na Câmara, porque há bem pouco tempo propuseram, há pouco tempo, mesmo muito pouco tempo, o nome do Vasco Chaves para a Pista, a não ser que seja Carlos Lopes e Vasco Chaves, é uma coisa fora do normal, portanto, entendam-se primeiro, mas queria-lhe dizer, tirem isso da cabeça, o responsável pela toponímia sou eu, portanto, sou eu termos legais, sou eu que vou atribuir, por que senão corremos este risco de se saber, entre duas personalidades com quem eu tive o melhor relacionamento, ter eu que escolher entre o Vasco Chaves e o Carlos Lopes. Um já está falecido, infelizmente e, portanto, têm que resolver este problema, mas é entre vocês. - Depois, a intervenção da Deputada do Bloco de Esquerda, de facto não tenho, antes pelo contrário, há muita gente que seguramente não falou sobre o 25 de Abril e sobre o 1º de Maio, são os tristes juro da idade, mas tive a oportunidade de participar nesses acontecimentos, portanto, não me foram relatados, porque às vezes não chegam a nós com o mesmo grau de veracidade, mas deixou também os direitos que foram retirados ainda no tempo da troika. É verdade foram retirados alguns direitos por culpa de quem estava na altura, de quem nos levou até lá, mas já podiam ser repostos. Foram retirados, há 10 anos que podiam ter repostos isso. O apelo era para isso, eu percebi. -----

O Senhor Presidente da Junta de Viseu trouxe aqui, digamos, os agradecimentos ao Polónio, já lhe fizemos ontem, de facto foram umas Comemorações do 25 de Abril com muita dignidade e eu queria apenas deixar, não para ter nenhum papel relevante nessa ação, mas para dizer que a decisão das reuniões descentralizadas e das Comemorações do 25 de Abril pelas freguesias foi da nossa responsabilidade. Não era assim há uns anos, nós é que descentralizámos as Comemorações e em boa hora pelos vistos. -----

Bem, o Presidente Diamantino trouxe ainda aqui algumas coisas que são importantes. ---- A rearboração do Parque Urbano de Santiago. Já agora também, não quero... o Parque Urbano de Santiago também o criámos em bom tempo, também foi da nossa responsabilidade e agora temos é o grato prazer de o rearborear com 300 e tal árvores de espécies diferentes, uma plantação científica, não é nada ao acaso, foi feito por quem sabe portanto, é um investimento com alguma dimensão e que tem 56 dias para ser

concretizado, e, portanto, depois esperemos que as pessoas tenham cuidado com a rearborização e que o Parque de Santiago continue a ser um pulmão ainda mais importante do que é hoje. Mas depois falou também no aproveitamento das águas residuais. Nós temos muito cuidado em relação a isso, aliás, coloquei o problema ao Senhor Ministro do Ambiente, no reaproveitamento, ou melhor no aproveitamento porque neste momento não tem reaproveitamento nenhum das águas residuais, por exemplo da ETAR Viseu Sul. Não faz nenhum sentido que um equipamento que devolve ao rio águas tratadas e com uma quantidade enorme não sejam reaproveitadas. Portanto, nós temos uma proposta de fazer um sistema autónomo que permita por exemplo que as regas dos jardins seja água resultante daí, tanto mais que elas neste momento estão a ser utilizadas inclusivamente por empresas fora do concelho, com esta particularidade, mas que os loucos de Lisboa, como eu dizia no outro dia, também já nos habituaram. Não podemos tirar diretamente a água da ETAR, mas podemos ir apanhá-la 50 metros à frente no rio que já não há problema nenhum, portanto, vamos ter que resolver este problema digamos, estas coisas que ninguém entende. -----

Depois o espaço público cuidado. É isso mesmo! Nós queremos mesmo o espaço público cuidado, e tenho pena de não conseguir tanto quanto eu queria tratar do espaço público. Nós não chegámos a esta condição de concelho que é olhado com, digamos, com a importância que tem de qualquer maneira, foi exatamente por cuidarmos do espaço público, e nós não temos assim tanta coisa, temos uma história riquíssima, mas as pessoas notam no espaço público, as pessoas notam quando as ruas não estão bem pavimentadas e, portanto, todos os dias os meus colaboradores me ouvem em relação ao pavê nas estradas, em relação às estradas por pintar, e havemos de lá chegar. Nós queremos exatamente que seja um modelo e, portanto, vamos deixar de fazer algumas coisas que se calhar davam mais nas vistas, atraíam mais televisões. Deixamos de fazer por exemplo almoços no Rossio, para ver se pavimentamos mais algumas estradas, corrigir alguns pavês e, portanto, é mesmo isso, é nossa preocupação. -----

Como por exemplo a Quinta do Serrado, e que fique claro, a Quinta do Serrado continua a ser particular, nós fizemos um protocolo, e que queria também aqui relevar a abertura dos titulares, e vamos no dia 1, no dia 1 de junho, no Dia da Criança, exatamente pôr aquele pulmão da cidade, mais um pulmão, podem ter a certeza, nós vamos pô-lo numa forma inicial, não há lá trabalhos enormes neste momento porque a conceção que temos daquele espaço é para fazer, mas ele é essencialmente destinado a crianças. Quando o abrirmos no dia 1 de junho as crianças já podem ir com os pais seguramente entrar num lugar lindíssimo onde podem repousar, e queremos transformar aquele espaço nomeadamente com a requalificação da casa que vai ser da responsabilidade dos proprietários, destiná-la essencialmente às crianças. A Senhora Vereadora tem esta incumbência da minha parte e, portanto, no dia 1 de junho seguramente vão ver que vale a pena digamos, passar ali por aquele espaço, porque é mais, como dizia o Presidente da Junta, mais um elo na coroa circular que tanto preservámos. -----

O embelezamento das artérias da cidade. Eu sei que há gente que não gosta das soluções. Bem, mas há gente que não gosta de nada. Houve quem achasse que aquele material era ferro velho, mas pronto, os meus que se calhar “picharam” (este é um termo brasileiro), que grafítaram o trabalho que fizemos na Cava de Viriato, mas pronto, mas também se vão adequar, dentro de pouco tempo seguramente vão dizer que aquilo que está bonito e que se sentem bem sentados na Rua Formosa. Vamos esperar. -----

Depois apenas uma nota, também aprecio muito, ainda não tive oportunidade de lá passar, o Jorge do Carmo de quem tenho alguns trabalhos também, e mal tenha oportunidade irei ver a exposição. -----

Depois o Deputado André Cunha deixou aqui uma... não sei se nos queria responsabilizar

por alguma coisa. Quase que nos disse, se houver algum desastre o Presidente da Câmara é o senhor responsável. Ó Senhor Deputado, o senhor ainda não tinha nascido já eu frequentava aquele espaço. Depois deixou aqui curiosamente, ... “não sei se conseguiu localizar”. A duplicação daquele espaço, o embelezamento, foi feito por mim, por mim naturalmente enquanto responsabilidades também. A dizer, saber o espaço onde está o Jardim de Infância João de Deus? Conheço aquilo como as minhas mãos, por amor de Deus, agora não me responsabilize se houver algum... até podia acontecer que alguém para me responsabilizar se atirasse de cabeça, era o que faltava. Está limitado à velocidade do espaço urbano, ela já está limitada por si, é jurista sabe isso. Então e que mais? Olhe, eu folgo muito em saber, também não é por isso, ou melhor, é por isso também que temos a mesma ideologia e o mesmo alinhamento. O Deputado Pedro Alves veio aqui trazer, mas eu tinha logo aqui, e o IP3? Foi a primeira coisa que eu apontei, e o IP3? Então? Naturalmente que eu vou ter isso em conta e vou ver o que é possível fazer, mas nada de nos responsabilizar. Está bem, mas se acontecer lá alguma coisa é convosco. É pá, por amor de Deus, mas vamos ver a dificuldade daquilo. -----

O Presidente da Junta de Bodiosa, o Rui, trouxe aqui outra situação curiosa, que de facto, sai a legislação, depois como fazer o protocolo? É complicado, de vez em quando também nos acontece isso nos municípios e, portanto, eu não sei, mas se precisar do envolvimento da câmara para saber como é que o protocolo se faz, naturalmente que temos todo o gosto em ajudar. -----

Depois a Francisca, a Deputada Francisca, peço desculpa, foi só por... a política cultural do município. Nós estamos muito satisfeitos com a política cultural do município. Eu sei que há algumas pessoas aí que não gostam, mas pronto. Como dizia aqui um viseense ilustre, aqui há uns anos, aconselhava-me a ir à varanda do município para acalmar os cultos, e dizer, vocês são todos cultos. Mas eu gostei muito de ver essa... que nós seguimos à risca, não estou propriamente alinhado com o pensamento político do Zeca Afonso, mas nós fizemos isso ontem. Ontem, aquele grupo que ouvimos em Nogueira de Côta, foi exatamente isso, nós fomos ouvir lá a cultura local, um grupo que nós apoiámos, num programa que a câmara fez em tempos. -----

Sobre os Jardins Efêmeros, esse é de facto é um problema e que eu gostaria que alguém mais o levasse a quem de direito. Os Jardins Efêmeros têm da parte da câmara, no orçamento Municipal o seu montante, o governo assobia para o lado e não dá o montante que sempre deu. Eu só tenho uma palavra a dizer ao governo. Já que não apoia não estorvem. Chega-nos isso. Se não apoiarem, não estorvem, que nos deixem fazer a nossa atividade, mas não é possível é, deixarem criar durante muito tempo alguma coisa que fez o seu caminho, que deixou raízes, que teve comentários altamente elogiosos, possivelmente também teve algumas críticas na comunicação social sobretudo naquela da especialidade, a ligada às atividades culturais, e depois de repente, por falta de meios... nós podíamos apontar aqui uma série de exemplos onde os meios não faltaram. Portanto, também é uma forma aqui de facto fazer descentralização. -----

As questões que o Deputado Jorge Adolfo aqui me colocou. Então vamos lá ver se eu lá chego. Primeiro, para não haver nenhuma dúvida, que eu não gostava que houvesse. Eu vou acabar o Bairro Municipal como foi concebido ultimamente, mas gostava de deixar claro que eu não sou a favor daquele tipo de obra, aliás trouxe-o aqui, fui aplaudido pela Assembleia Municipal quando eu estava em funções, com outra solução, e se quer saber, podia estar aqui a assobiar para o lado, defendia outra vez essa solução, que eu vou repetir qual era: era, digamos, propriedade horizontal, com cêrceas baixas, aliás, de acordo com o edifício que lá está, e deixar algumas casas para memória futura, estava até definido o número, eram 10 casas, que seriam exatamente para, sei lá, o jardim de infância, a biblioteca, e portanto, ficava preservada a memória, se é que aquilo tem valor

arquitetónico, que me parece ter, ficava preservada a memória. Agora há uma coisa que nenhum viseense percebe. Se por acaso fizéssemos aquele tipo de ocupação do solo em toda a cidade, a cidade chegava a Santa Comba. Essa é que é a grande verdade. Eu gosto muito de ver uma família instalada com um jardim à frente, mas esse é um esforço da comunidade. Sabe que por exemplo que cada inquilino, ou cada ocupante paga um euro de renda até 6. É entre 1 e 6. Isto era possível? E, portanto, eu defendia uma solução que desse memória ao Bairro, que as pessoas soubessem, este Bairro foi construído desta forma, mas que desse uma ocupação mais integral aquele espaço, e já agora dizer uma coisa, podia também refrear isto e não o dizer. As pessoas devem obrigação à comunidade que suporta aquela posição, não pode ser aquele tipo de posição, parece que a comunidade é que lhes deve tudo. Eu tenho muito respeito pelas pessoas do Bairro, mas têm que saber isto. Eu ouvi por exemplo, uma pessoa que vive sozinha, onde foi requalificada uma casa com hall de entrada, uma cozinha, um quarto, e um quintal, dizer: isto é casa para alguém morar? Por amor de Deus, eu estive 3 anos na Assembleia da República e morava num quatinho. Também quero transmitir às pessoas qual é o esforço que a comunidade faz para os ter assim, e de cada vez que a gente não diz, bem, ouvimos aquilo que lá ouvimos, claramente. Eu não quero confessar algumas coisas de responsáveis que me disseram senão a situação ficava muito mais esclarecida. -----
Portanto, resumindo: nós vamos concluir o bairro tal como foi alterado, e tinha toda a legitimidade para o alterar outra vez, se foi alterado de uma situação que eu tinha, agora com a legitimidade que me assiste podia alterá-lo outra vez. Não o faço! Vou concluí-lo até porque o estágio de desenvolvimento é de tal maneira que rever a situação era complicado. A mesma coisa aconteceu com o Mercado. Também toda a gente sabe que eu decidi e disse publicamente que ia acabar o Mercado, mas que se fosse eu a tomar a decisão não o tinha feito, e deixe-me dizer que estou a rezar, iria a Fátima a pé outra vez, para que aquilo tenha o maior sucesso, e vamo-nos empenhar para que tenha o maior sucesso, mas tenho que dizer, que aquela solução não é a solução que eu faria. -----
Bem, perguntou coisas mais concretas. Quanto é que lá está investido? 6,8 milhões de euros. Podem fazer contas, estão a ver a quantas pessoas estamos a dar resposta. 6,8 milhões de euros, e que são, 2 milhões fruto de empréstimo, que a câmara tem que pagar, são 2,4 milhões a fundo perdido, e são 2,4 milhões dos arranjos exteriores, portanto, que resultam diretamente do Programa do PEDU, mas que são fundos comunitários que a câmara teria e que podia destinar a outro sítio. Este é o investimento! Portanto, eu tenho a responsabilidade, é muito bonito lá ir e ouvir as pessoas, e dizer isto é uma maravilha, mas pronto, e as pessoas têm que o dizer, é de facto, mas custou isto! Têm que saber onde é que eu aplico os dinheiros. Portanto, esta é a minha responsabilidade, e quantas pessoas é que foram absorvidas, ou que são abrangidas por esta requalificação. Eu não sei se ficámos claros sobre aquilo, já agora sobre uma outra coisa, sobre as pedras na engrenagem que eu disse, sobre a Arqueologia. Entendamo-nos, eu nunca contrariei a Arqueologia, agora, se calhar, estará de acordo comigo, nós temos essa convicção. Viseu é uma cidade com uma grande história, então façam o favor de a estudar e não a estudem só quando a gente vai começar as obras, o que está a acontecer e é contra isso que eu me insurjo. Nós sabemos que temos um Centro Histórico, então destinei para lá os sabedores dessa situação, os Arqueólogos, estudem aquilo de uma vez. Mas o que é que está a acontecer? Queremos fazer um trabalho, lá aparecem as hortas, os pomares e não sei quantos mais, depois aparece a muralha romana, depois aparece... está a ver o que é que aconteceu? Fomos nós que preservámos a muralha romana da Rua da Vitória, mas ela só apareceu aonde? No espaço público. No espaço privado há alguma muralha? Conhecem alguma? E aparecem logo uma série deles, e demoram os trabalhos que não é brincadeira. Pudera, alguns são bem pagos. Quantos lá andam a numerar as pedras? É trabalho, naturalmente

que eu estou de acordo com isso, agora não estou de acordo que seja só quando a gente está para começar as obras, porque depois o que é que está a acontecer? Vocês precisam de casas para estudantes universitários, fomos o único município que se candidatou a casas com capital do município para estudantes universitários, quando queremos fazer as obras é que aparecem os Arqueólogos para contar as pedras, para as marcarem, para não sei quantos mais. Então não têm à disposição o território para estudarem? Estudem agora, está lá. Estudam só quando a gente vai fazer a obra? É por isso, penso eu que não encontram nenhum achado nos particulares, não entram lá. Bem, isto é o que estamos a fazer, é o que estamos a fazer. Penso que deveria haver algum cuidado com isto, porque depois somos, digamos, confrontados com essa ideia: então as obras nunca mais acabam? Claro! Então se lá andarem a fazer os trabalhos, que se calhar são necessários, mas também que tenham alguma, eu diria, alguma lógica para o cidadão perceber porque já vimos até, sabem da história, eu nem sequer vou falar em pessoas, de alguém que espalhou aí as patacas, como usavam antigamente, e o Arqueólogo chegou lá, descobriu aí o tesouro. Foi aqui! Bem, vamos lá ver se a gente... nós não queremos inviabilizar o trabalho dos Arqueólogos, mas caramba façam-no com tempo para a gente também começar a trabalhar. Vejam o que se passou com este parecer da Cultura sobre o parque que queríamos fazer no Centro Histórico. Então, foi preciso nós dizermos vamos fazer o parque, para aparecerem logo a fazer o parecer negativo, porque outrora havia aí pomares e havia não sei o quê, e o correto é que aquilo tivesse pomares e não sei quantos. Uma zona que está com silvas e coisas. Bem, concluindo e para não me alongar com isto. Não levantaremos nenhum problema, antes pelo contrário, apoiaremos, a câmara até tem um polo arqueológico, portanto dá conta da valorização que damos, mas que não seja para empatar, que não seja para a empatar, façam esse trabalho com tempo que nós cá estamos para apoiar. -----

Depois uma outra coisa também me perguntou e que eu acho importante, foi a posição do Professor Galopim de Carvalho. Queria-lhe dizer que temos o máximo de consideração pelo Professor Galopim de Carvalho e acho que ela que é recíproca. Por exemplo não deram conta, mas o Professor Galopim de Carvalho integrou sempre as minhas Comissões de Honra da candidatura à Câmara. Portanto, é alguém por quem tenho muita consideração e que sei que é recíproca, mas não foi connosco que o Museu chegou aquele estado. Agora nós vamos ter que levantar aquilo, fomos nós ... afinal é o pai da criança que quer aquilo em ordem, portanto, nós que temos o único museu de um só mineral digamos, da Europa, vamos ter que o preservar, agora, nós não o deixámos chegar aquele estado, vamos ter que repor aquilo que estava quando abandonámos funções. -----

Bem, depois uma outra posição que foi aqui colocada pelo Presidente Polónio e que tem a ver com a ANACOM. Nós inclusivamente na penúltima reunião descentralizada de juntas, levámos lá um elemento da ANACOM para discutir connosco e pelos vistos na altura digamos, havia muita facilidade em resolver o problema, temos que o voltar a convidar, eu já disse inclusivamente ao Presidente Polónio que não só estava disponível para convidar estas entidades outras vez, mas para irmos lá ao local, em vez de ser numa reunião descentralizada de juntas é, agora venham connosco a Côta, liguem lá o telemóvel a ver se isso dá. Porque eu sei que isto é necessário digamos, a cobertura, mas foi-nos prometida, e é prometida, mas não teve a resposta adequada. -----

Bem, sobre a última intervenção, que o Presidente da Junta, o Presidente Rui aqui trouxe, teve a ver com o Hospital Psiquiátrico. Para quando essas obras? Bem, nós estamos à espera de outras obras que têm uma definição e foram temporalmente referidas e que não começam, portanto, são as obras da Administração Central que nos são prometidas. Elas não-de aparecer alguma vez, arrastam-se no tempo depois não-de aparecer alguma vez, mas a única arma que está à nossa disposição de facto é pela via da pressão, ir

perguntando quando é que estas obras se fazem porque, há obras que nós temos documentação que já devia estar prontas em 2008. Nós temos documentação, não é nada que seja só de boca. Há documentação, inclusivamente documentação fotográfica de obras que deviam começar. Eu tenho uma fotografia aqui de um ex-Primeiro-Ministro na zona a cumprimentar os particulares e a dizer: agora é que vai pá, acho que era assim, agora é que vai pá, portanto, vocês têm a autoestrada para Coimbra nos próximos tempos. Acho que o senhor que ele cumprimentou já faleceu, há outros que estavam presentes que ainda estão vivos, mas que se esqueceram disso e, portanto, se em 2008 a autoestrada tivesse começado como foi ali prometido “pá” seguramente que já a tínhamos, mas pronto, não houve cumprimento das promessas e isso responsabiliza em primeiro quem as prometeu e responsabiliza todos aqueles que as ouvimos e que às vezes silenciamos. Era tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia cumprindo todas as regras regimentais e agradecemos a colaboração de todos. -----

Íamos então iniciar a Ordem de Trabalhos. Lembrávamos que antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, cumpre informar os membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas Resolução n.º 3/2022-PG. -- Assim, alertamos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência no seu lugar durante os trabalhos especialmente durante as votações. -----

Antes de iniciarmos também a apreciação dos pontos agendados recordamos que já aprovámos no início dos nossos trabalhos, que para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

Também informamos que a informação do Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos foi divulgada a todos os Senhores Deputados e constará integralmente da Ata desta Assembleia. -----

Por isso, dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos INFORMAÇÃO MUNICIPAL. -----

----- **QUINZE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Bom dia. obrigado Senhor Presidente. Os meus cumprimentos de novo. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhores Deputados, -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apresento a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

A sessão de Assembleia Municipal de abril, como habitualmente, tem a apreciação e tem também a votação das Contas do exercício do ano transato. -----

Não querendo por isso alongar a minha apreciação sobre as mesmas, até porque vamos fazê-lo no ponto próprio, é importante, no entanto, que destaque alguns dos aspetos das mesmas. -----

Desde logo, a verificação do equilíbrio orçamental que está refletida na poupança corrente. A receita corrente bruta foi superior à soma das despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de Médio e Longo Prazo, no montante aproximado de 14,1 milhões de euros. -----

É com a poupança corrente que se pode criar naturalmente as condições para a realização de investimentos de capital. -----

É mesmo daí que resulta a designação de "regra do equilíbrio orçamental" para a avaliação deste indicador. -----

Destaco ainda, o resultado antes das depreciações e gastos de financiamento (EBITDA) foi incrementado em 27,3%, tendo atingido os 12,1 milhões de euros, que são mais 2,6 milhões de euros do que no ano anterior. -----

É esse indicador que permite que o Resultado Líquido do Período se cifre em cerca de 2,4 milhões de euros, o que em termos comparativos com o ano anterior dá um crescimento de 336,8%. -----

A análise mais crítica e exaustiva dos restantes indicadores como disse, será feita, no ponto próprio agendado para o efeito, mas não poderia deixar de referir os principais indicadores nesta minha informação. -----

E, faço-o, para reiterar e confirmar o rigor que queremos sempre colocar na gestão que fazemos e a necessidade de continuarmos a ser criteriosos na aplicação dos dinheiros da comunidade no desenvolvimento do nosso Concelho. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhoras e Senhores Deputados -----

Retomo um tema que tenho trazido também aqui a esta Assembleia, dando conhecimento do avanço do mesmo e dos passos já tomados. -----

Refiro-me ao problema do abastecimento de água à Região. -----

Há cerca de um ano, referi que uma das prioridades da Região é, reconhecidamente, o abastecimento de água à mesma e a necessidade que temos de objetivar e sobretudo concretizar um projeto que seja agregador. -----

Hoje, podemos dizer, neste período, ao contrário do que tínhamos feito nos últimos anos, demos passos firmes nesse sentido. -----

Recebemos, há poucos dias, a proposta de adesão ao sistema de abastecimento de água "em alta" das Águas do Douro e Paiva. -----

Uma solução que tem o envolvimento dos Municípios da Região e que será apresentada para 9 Municípios. A saber, Viseu, Vouzela, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e ainda um Concelho do Distrito de Aveiro, Vale de Cambra. -----

Uma solução que prevê um investimento de 100 milhões de euros, que será da responsabilidade das Águas do Douro e Paiva. -----

Reitero o que já me ouviram dizer. Estamos perante a solução mais barata, temporalmente mais rápida e com mais garantias de estabilidade e sustentabilidade para a Região. -----

Para vos poder dar uma ideia da racionalidade da solução que agora apresentada, a proposta apresentada tem valores de aquisição de água em alta consideravelmente mais barata que o estudo que tinha sido feito para a criação de uma empresa plurimunicipal. ---

É uma solução de integração numa empresa de capitais públicos sob a alçada das Águas de Portugal. -----

Portanto, que se retire daí a ideia de que estamos a privatizar, como já ouvi, tentar privatizar a água, a não ser que estas duas empresas não sejam públicas e que passassem a privadas, o que desconhecemos. -----

Senhor Presidente da Assembleia, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

A verdade é que não podíamos continuar a desperdiçar tempo e a correr o risco que tivemos em situações como aquelas que vivemos em 2017. -----

Reforço o que já me ouviram dizer, também por mais que uma vez. -----

Estamos perante a solução mais barata de abastecimento de água em alta à região. -----

Mas, mesmo que eventualmente isso não acontecesse, o que não poderíamos deixar de ter é

a quantidade de água necessária para suprir os períodos de seca. -----
Os Municípios não compreenderiam que por questões económicas ou mesmo por visões economicistas as suas carências hídricas não fossem supridas. -----
Mesmo perante este cenário favorável, para a redundância do sistema, é necessário continuar a exigir que Estado a concretização das suas tarefas e competências. -----
A Construção da Nova Barragem de Fagilde é uma das competências a que o Estado tem que dar seguimento. -----
Reforçaremos isso mesmo junto do Senhor Ministro do Ambiente, com quem foi assumido esse compromisso político. -----
Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Aproveito ainda, esta minha informação escrita para referir o orgulho que tivemos nos mais de 850 alunos que foram distinguidos na Cerimónia de Reconhecimento Municipal por Mérito Educativo. -----
Foram reconhecidos mais de 850 alunos, e eu refiro isto que também dá uma ideia da nossa comunidade educativa, estudantes de 17 instituições escolares do Concelho de Viseu. Alunos dos cinco Agrupamentos de Escolas (Grão Vasco, Viseu Norte, Viso, Infante D. Henrique e Mundão), os Colégios da Imaculada Conceição e Via-Sacra e ainda o Jardim-Escola João de Deus, as Escolas Secundárias Alves Martins, Emídio Navarro e Viriato e ainda das Escolas Profissionais Mariana Seixas, Projeto Plural e Profitecla, assim como a Universidade Católica, o Instituto Piaget e o Instituto Politécnico de Viseu. -----
Fiz esta descrição também para que tenhamos presente a impressionante rede que temos de estabelecimentos de ensino a todos os níveis no nosso concelho. -----
Foram distinguidos, por ciclo, 280 alunos do 4º ano, 69 do 6º ano, 90 do 9º ano, 282 do 12º ano, 45 do ensino profissional e 84 do ensino superior. -----
É portanto de destacar, o trabalho realizado em rede pela comunidade educativa viseense, desde os professores, os diretores ou presidentes das instituições, os auxiliares de educação e, claro, os próprios alunos e também com grande destaque para as famílias, para os encarregados de educação respetivos. -----
Destaco, ainda, a rede de infraestruturas educativas, que fomos construindo ao longo dos anos e, que servem atualmente de suporte a todo este trabalho da comunidade educativa. -
A cerimónia em si, celebra o empenho, a capacidade de cooperação, a dedicação e o esforço dos alunos reconhecidos, e comprova o trabalho e devoção daqueles que se dedicam a formar as gerações futuras e elevam o nível e qualidade da Educação no nosso concelho. -----
Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Destaco, ainda, a 16ª edição do Programa Atividade Sénior. -----
Para conseguir dar uma ideia da importância deste programa municipal, referir apenas que no ano passado estiveram inscritos 2180 participantes que foram divididos por 115 grupos de atividade distribuídos pelas nossas freguesias. -----
Destes, 35 grupos foram integrados em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas. -----
Foram envolvidos 60 Promotores Locais e 8 Parceiros Estratégicos, a saber, a ARS Centro/ACES Dão Lafões; a Associação Beira Amiga; a Universidade Católica; o Instituto Piaget, a Escola Secundária Alves Martins, a Escola Secundária Emídio Navarro e as Obras Sociais (através do Centro Apoio Alzheimer Viseu). -----
Também à semelhança do que fiz há bocadinho, dar conta desta rede social que temos na nossa comunidade. -----
Evidenciam-se, e gostaria que este número fosse interiorizado, 320 aulas por semana, incluindo as atividades complementares de Boccia, Dança, Atletismo, Yoga, Pilates e

Futebol a Caminhar (Walking Football), totalizando cerca de 10314 horas/atividades, incluindo 10260 aulas de exercício físico, 38h de atividades pontuais e ainda 16h destinadas à sensibilização. -----

É um investimento direto apenas de cerca de 120 mil euros, mas que é aplicado em protocolos aos promotores locais a comunidade viseense, contribuindo assim para a promoção para um envelhecimento saudável e para um envelhecimento ativo. Um investimento direto numa atividade que usufrui, ainda, da rede de equipamentos desportivos de que o Município se apetrechou ao longo dos tempos e que estão ao serviço de todos. -----

O investimento na educação e no envelhecimento ativo é determinante, como é sabido, no contributo para que continuemos a destacar Viseu como “Melhor Cidade para se Viver”. - Aproveito ainda a oportunidade, e gostaria de reforçar este ponto, aproveito a oportunidade, para referir que, conforme já tinha dito na última Sessão da Assembleia, reuni com os serviços municipais e com a equipa de consultadoria do PDM, para dar a indicação expressa de que se iniciem no mais curto prazo possível uma Revisão ao nosso Plano Diretor Municipal. -----

Foi promessa que fizemos, não tivemos responsabilidades diretas na alteração que acabou por ser aqui votada, dissemos que mal ela entrada em vigor e que a legislação o permitisse iríamos propor a revisão, é isso que estamos a indicar aqui, e dar conhecimento que já demos essas orientações aos serviços competentes. -----

Para concluir, -----
Senhor Presidente, -----

Deixamos à consideração através das folhas em anexo, as matérias que são tipificadas no n.º1 e n.º4 do art.º 35º da Lei n.º 75, já aqui referida, e que tem a ver com: -----

- a situação financeira; -----
- também a informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local; -----

- os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes; -----
enfim, esta matéria, portanto, que nos obrigamos a trazer como conhecimento à nossa informação e que é regulada pela Lei 75. -----

É tudo Senhor Presidente. -----
(Anexo 1 – páginas 183 a 191). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. -----

Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos? -----

Tem a palavra a Senhora Presidente de Junta de Repeses Márcia Lima. -----

----- DEZASSEIS – A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE REPESES E S. SALVADOR MÁRCIA SOFIA GOMES DE LIMA (PS): Permitam-me

que reitere os cumprimentos que fiz na intervenção anterior e dirigir algumas palavras ao Senhor Presidente de Câmara. Creio que já todos sabem que eu não tenho qualquer tipo de problema em me retratar publicamente quando, ou não faça alguma coisa bem, ou digo alguma coisa menos correta. E, portanto, pedir desculpa ao Senhor Presidente pela minha falha e dar-lhe os parabéns então pela criação da Polícia Municipal, contudo, vou manter o meu sincero reconhecimento à Polícia Municipal e aos seus operacionais. -----

Já que, e permita-me Senhor Presidente fazer uma correção, porque já não é a primeira vez que acontece, eu não sou Presidente de Junta de S. Salvador. Eu sou Presidente de Junta de Repeses e de S. Salvador. Já tem acontecido algumas vezes e parece-me que é importante fazer esta correção. -----

Depois em relação à sugestão que eu apresentei, eu informei-me, efetivamente no dia 30 de março foi apresentado um Voto de Pesar ao Vasco Batista Chaves e pelo que eu sei nesse Voto de Pesar não foi sugerida qualquer atribuição de toponímia da pista de atletismo do

Fontelo. Foi sim, referido efetivamente que em 91, no dia da inauguração da pista de atletismo que muitas foram as vozes que se levantaram para que aquela pista, fosse dado o nome do Vasco Batista Chaves e, portanto, tendo em conta isto, e esclarecida aqui esta pequena confusão, mantenho a minha sugestão, porque eu sei que é o Senhor Presidente que em última análise decide sobre a toponímia deste concelho e, portanto, foi apenas uma sugestão, mantenho o pedido de que a pista de atletismo venha a ter o nome do nosso tão honroso Carlos Lopes. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Presidente de Junta. Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes. -----

----- **DEZASSETE – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Bom dia novamente. Reitero os cumprimentos já anteriormente feitos Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente dá-nos a saber, nas suas informações escritas, que surgiu há poucos dias, a proposta de adesão ao sistema de abastecimento de água “em alta” das Águas do Douro e Paiva. -----

O Bloco de Esquerda quer desde já colocar a seguinte questão: -----
quais são as garantias de que uma solução deste tipo não terá um impacto negativo para os consumidores, no sentido de aumentar os custos? -----

No momento em que vivemos, com a inflação e o aumento generalizado do custo de vida, não podemos deixar de colocar esta questão. De modo nenhum, o acesso à água deve ser colocado em causa. -----

Não podemos deixar de referir que, olhando para os dados mais recentes (DECO, que reportam a 2021), entre os 15 municípios com as faturas de água mais caras do país, no consumo até aos 120 metros cúbicos, 6 fazem parte da Águas do Douro e Paiva (Gondomar, Baião, Amarante, Arouca, Paredes e Oliveira de Azeméis). -----

Assim, reforçamos que este deve ser um aspeto a ser considerado e que devem ser tomadas as devidas salvaguardas para evitar que Viseu figure em listas como esta. -----

Numa segunda nota, entendemos que deve ser ainda salvaguardado que a Águas do Douro e Paiva não venha a ser aberta a capitais privados. Temos vindo ao longo dos anos a expor os perigos de abrir as portas à concessão da água a privados. Mafra foi o primeiro município do país a fazê-lo, em 1994, para resolver os problemas de falta de água no concelho e, passados mais de 20 anos, foi também o primeiro a acabar com essa concessão, que vigoraria até 2025, e a 'remunicipalizar' o serviço, devido aos elevados custos para os munícipes. Aqui mais perto também é conhecido o caso da contestação popular às Águas do Planalto, com preços exorbitantes quando comparados com os praticados noutros concelhos do distrito de Viseu. Partilhámos estes mesmos receios aquando a proposta de transformação do SMAS em Empresa Municipal Águas de Viseu, solução que acabou por ser chumbada pelo Tribunal de Contas. -----

Portanto, tenho ouvido muito esta expressão, quanto à água “Viseu não é um oásis”, tem de facto um problema com escassez de água, concordamos que é necessário resolvê-lo.-----

Colocamos desde já estas preocupações em cima da mesa para que possam ser consideradas a montante. -----

E se Viseu não é um oásis quanto a isto, certamente que neste momento até como jardim começa a levantar dúvidas, com a febre do abate de árvores a voltar, mais uma vez, ao nosso espaço público. Nos últimos tempos têm desaparecido árvores em vários pontos da cidade, nomeadamente: Avenida Cidade de Salamanca, Avenida Infante D. Henrique e Rua das Ameias. -----

A Rua das Ameias, era ainda um dos poucos espaços com sombra natural da zona histórica, foram abatidas as árvores que ainda lá restavam, dotadas ao abandono, é verdade, sem tratamento para evitar doenças e fungos, visto que há mais de 10 anos foi

abatida a primeira árvore dessa linha e que nunca foi substituída. Os avisos dos abates falam na substituição por outra espécie, mas no Jornal do Centro, o Senhor Presidente já anunciou que essa substituição não vai acontecer. -----

Não há justificação para as árvores que por todo o município estão a ser abatidas e se juntarmos a isto os vasos, o Senhor Presidente falou numa questão de gosto, bem, popularmente eles já são apelidados de ‘*mangedouros*’, que têm sido colocados pela cidade, podemos começar até a questionar se há aqui alguma nova atividade económica prioritária em Viseu que necessita de investimento em novas plantas e mobiliário urbano, pois no século XXI já é mais que sabido que árvores com dezenas de anos não são substituíveis por vasos. -----

No, entretanto, foi anunciada a plantação de mais 335 árvores no Parque de Santiago, ainda bem, parabenizamos desde já a decisão, também é um assunto que já foi falado aqui. Pois de facto, uma cidade do futuro, ainda mais se reclama para si o epíteto de cidade jardim, tem de ter mais árvores e não menos. -----

No entanto, sublinho que, as árvores que plantamos hoje vão demorar dezenas de anos a substituir nos seus benefícios as que estão a ser cortadas hoje. Com cada árvore abatida, estamos a privar Viseu, no seu imediato, de todas as suas funções em meio urbano, nomeadamente na capacidade de fazer sombra, na diminuição da poluição sonora, na regulação da temperatura, na purificação do ar e filtração de água, na retenção de humidade e ainda na manutenção da biodiversidade, como alimento e *habitat* de outras espécies. Portanto, também por aqui Viseu não é um oásis. -----

E ainda no tema oásis, li este mês um texto de opinião que dizia que Viseu não é um oásis cultural, afirmação com a qual, de acordo com aquilo que tenho conversado, testemunhos que me têm chegado, tenho de concordar olhando para o que tem sido o panorama da Cultura do município. -----

E, vou elencar exemplos que me chegam, não fui eu que os inventei, portanto, são coisas que acontecem. -----

Quanto ao Eixo Cultura, a ausência de divulgação clara e pública da constituição do júri, o facto de o mesmo não ser totalmente independente, integrando elementos da Câmara Municipal de Viseu, a demora no anúncio dos resultados e, ainda com a divulgação dos resultados, a redução do número de estruturas apoiadas. -----

Quanto ao Festival de Teatro, que está agora com inscrições a decorrer, temos um regulamento que condiciona a criatividade e há a preocupação quanto ao júri não ver não assistir aos espetáculos ao vivo, apenas à gravação. -----

Mas, ainda, a não contratação das associações locais para eventos, como nas animações de Natal; a falta de diálogo com as estruturas existentes e o problema transversal da falta de espaços para grupos de teatro, grupos musicais, promotores de eventos culturais ou para a realização de espetáculos. -----

Concluindo, de diversos pontos de vista Viseu não é um oásis, nem entendemos que esse deva ser um objetivo, devemos procurar ser parte de um ecossistema, do ponto de vista da capacidade de resiliência e do ponto de vista da coesão. Disse. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral. Os meus cumprimentos a todos e até na senda do que a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador aqui veio demonstrar alguma humildade, também começo por aí, e para assumir aqui uma falha perante toda esta Assembleia que teve que ver com o desencontro e algumas ausências de

última hora na nossa bancada, mas para todos os efeitos enquanto coordenador da mesma quero aqui assumir, quero pedir desculpas a esta Assembleia, mas sobretudo quero pedir desculpas à memória do Senhor Vasco Chaves. Sei bem que há uma tradição nesta Assembleia de apresentarmos Votos de Pesar consoante as proximidades ou afinidades. o Senhor Vasco Chaves não era militante do Partido Socialista, mas para todos os efeitos, há umas dezenas de anos foi candidato a uma Junta de Freguesia da nossa cidade. Efetivamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha intenção, de resto à semelhança do que os Senhores Vereadores fizeram, de apresentar um Voto de Pesar a esta Assembleia, volto a dizer, por este desencontro, digamos, de última hora, isso não nos foi possível que tenha acontecido no Período de Antes da Ordem do Dia aliás, não quis estar a alterar o decorrer normal dos trabalhos e não fiz esta intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia justamente para não estar a criar aqui algum entorpecimento nos trabalhos, mas faço-o agora e, portanto, é no fundo para pedir a esta Assembleia a compreensão que na próxima Sessão da Assembleia Municipal tencionaremos apresentar o Voto de Pesar que era suposto hoje termos aqui apresentado, e julgo que a memória do Vasco Chaves independentemente de afinidades ou simpatias, julgo que haverá aqui seguramente muitos transversalmente que reconhecem o contributo que o Senhor Vasco Chaves deu de facto, não só ao atletismo concretamente, ao desporto de uma forma geral, mas portanto, enaltecer essa dedicação. Fá-lo-emos como digo na próxima Assembleia Municipal, e as nossas desculpas por isso. -----

Depois, estando aqui também agora no exercício desta minha intervenção queria apenas deixar uma nota às informações que o Senhor Preesidente da Câmara Municipal nos trouxe hoje, enfim, que não é nada de muito especial se nós quisermos assim ver com um olhar pouco atento, mas que na verdade encerra em si uma preocupação que julgo que nos deve unir também a todos. O Senhor Presidente da Câmara fala sobre a iniciativa do Reconhecimento Municipal do Mérito Educativo, evidentemente que a todos nos orgulha quando temos jovens, e neste caso estudantes a cumprirem bem a sua missão que é estudar e terem resultados e, portanto, evidenciar o seu mérito por aí e obviamente que o Partido Socialista cumprimenta esta iniciativa que a Câmara Municipal leva a cabo, eu não posso é deixar de fazer aqui uma referência que é, paralelamente a Câmara Municipal deve também ter uma atenção especial aos apoios sociais que nós temos que dar e às condições que devemos proporcionar aqueles que não evidenciando este tal mérito educativo, não deixam de ter muito mérito também. Há nos últimos anos, e eu não quero estar a filosofar muito à volta disso, mas nas últimas décadas criou-se um bocadinho esta ideia do mérito, aliás, como um autor muito conhecido norte americano fala sobre “a tirania do mérito” não é, quer dizer, nós acharmos que o mérito é que com vontade cada um de nós pode fazer e mudar o mundo e tal, mas é preciso perceber quais são as condições de partida, as condições de base. Quem é que tem mais mérito, aquele aluno que vive numa família perfeitamente estruturada, com posses económicas, que têm até se calhar apoios e explicações, em tirar 18 vamos supor a matemática, ou aquele outro que no seio de uma família destruturada enfim, onde eventualmente até pode haver episódios de violência doméstica, de alcoolismo enfim, de tantas dificuldades, de quartos partilhados, de não ter sequer uma secretária para estudar, se calhar o 10 ou o 11 que esse mesmo aluno tem a matemática representa do ponto de vista do mérito um esforço tão ou maior do que aquele que noutras condições consegue tirar o 18 ou 19 e que a Câmara Municipal, não ponho isso em causa, reconhece, mas é bom que, diria, até do ponto de vista da sociedade que estamos a construir que não nos esqueçamos que há outros que podem não atingir os mesmos resultados, volto a dizer, e até fazendo aqui uma analogia com a memória que o Vasco Chaves já aqui tantas vezes referido, quer dizer, uma coisa é eu conseguir correr 100 metros num determinado tempo começando no zero, e há outros que começam um

bocadinho mais à frente, diria assim, e portanto, a verdade desportiva obviamente, quem parte para uma corrida de 100 metros no metro 50 é mais fácil evidentemente de atingir, e, portanto, esta era a minha sugestão, cumprimentar de facto a Câmara Municipal por esta iniciativa, mas paralelamente continuarmos a fazer um esforço para no fundo criarmos as melhores condições para que todos possam também evidenciar esse mérito que tem. -----
Senhor Presidente da Câmara Senhor Presidente da Assembleia, eram estas as sugestões nesta minha intervenção e fico muito agradecido por isto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS):** Muito bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, Público presente e Comunicação Social. -----

Está em funcionamento desde 2019 o Projeto de Musicoterapia - Música Ativa para Seniores - que envolve quase 20 instituições do Concelho de Viseu e mais de 500 utentes. ---
Dizia a Câmara Municipal de Viseu em abril de 2021 e passo a citar "A 'Música Ativa para Seniores' é um dos programas de que mais nos orgulhamos. Promove novas descobertas e aprendizagens, proporciona uma vida mais dinâmica e harmoniosa e estimula a ocupação adequada do tempo". Fim de citação. -----

Os benefícios da musicoterapia são inúmeros, desde a redução do stress à prevenção de doenças cardiovasculares, passando ainda pelo incremento da concentração e raciocínio lógico e da atividade psicomotora. -----

Este projeto mesmo durante pandemia foi mantendo alguma atividade, através de gravações de vídeos de música, visualizados pelos seniores nas referidas instituições, minimizando assim o seu isolamento. -----

Senhor Presidente, trago duas questões que são muito simples: -----

A Câmara Municipal de Viseu pretende ou não prorrogar este programa que se tem revelado de extrema importância para os Seniores envolvidos? Esta é a primeira questão. -
Este é segundo sabemos, um projeto com um custo de cerca 20 mil euros para a Câmara Municipal de Viseu. Não julgamos que seja um valor exagerado tendo em conta os benefícios já enunciados anteriormente. Não temos dúvidas de que, para atingirmos a desejada qualidade de vida, é necessário adotarmos um estilo de vida sadio, daí que o objetivo seja ter uma população sénior cada vez mais saudável e mais feliz. -----

Mesmo assim Senhor Presidente, e esta é a segunda questão, porque é que a Câmara Municipal de Viseu solicitou às instituições que custeassem metade deste valor, dos cerca de 20 mil euros? -----

Para nós, a alegria dos nossos Pais e Avós não nos parece que tenha qualquer preço. Disse!

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado André Cunha. --

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO ANDRÉ FILIPE MARQUES DA CUNHA (PS):** Senhor Presidente, reitero os cumprimentos. -----

Vou utilizar a precedência de certa forma como uma Defesa de Honra e por outro lado também, um registo de congratulação, e esse precedente foi aqui hoje aproveitado pela Senhora Presidente de Junta a Dra. Márcia. -----

Dizer o seguinte: -----

Senhor Presidente de Câmara, fico muito contente e registo, sobre a nossa Recomendação. A Recomendação que trouxe aqui, a proposta, a medida, como queiram. Fico mesmo muito contente e sei que V. Ex^a saberá cumprir a sua palavra porque tenho-o como tal, e todos temos. -----

Por outro lado, não podia deixar que passasse incólume aqui uma mensagem injustificada que o Senhor Deputado Pedro Alves acabou por dirigir quanto ao populismo e à nossa bancada. O Senhor Deputado está a rir-se e com todo o respeito pessoal, democrático, com certeza que conhece uma obra mais ou menos recente sobre o populismo de Roger Eatwell e Matthew Goodwin que se chama “A revolta contra a democracia liberal” e também com toda a certeza, e o Sr. Dr. é um homem também das humanidades, eu indiretamente, mas também venho de lá, deverá perguntar a si próprio quem é que está mais próximo desta luta. -----

Por outro lado, o Senhor Deputado muitas vezes parece quase, e sem qualquer desprimor, pelo contrário, o Catão, que a história conhece, como quase a reserva moral dos Senatus Populusque Romanus, mas nós estamos aqui na Assembleia Municipal de Viseu, e não há aqui reservas morais, e também não aceito que o senhor me aponte o dedo para dizer que eu tenho é que ter tino. Repare, apesar da questão dos romanos, o Sr. Dr. depois em termos de argumentação vai mais para os gregos, para a escola sofisticada, e sabe porquê? Porque comparar coisas incomparáveis, apesar de uma ténue semelhança ofende-nos a inteligência e ofende, não é a mim próprio, ofende os nossos municípios, os nossos utentes, na questão em apreço. Porque repara, comparar a questão estrutural do IP3, questão da qual eu não tenho responsabilidade nenhuma, e repara, eu não sou procurador do governo, sou um simples cidadão que está aqui, simples, despido de qualquer veste, apenas um cidadão, e comparar uma situação que se poderá resolver com dois semáforos com o problema estrutural do IP3, por amor de Deus. -----

Portanto, com o devido respeito, pessoal e democrático, tenha isto em consideração. -----
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, muito obrigado. -----

Eu não estava à espera de vir aqui. -----

Eu não dou lições nem recebo lições de ninguém, ó Senhor Deputado. Não dou nem recebo lições de ninguém. Estas coisas são assim, não é? O senhor é que veio aqui fazer afirmações e depois tem que as assumir, se não as assume... o senhor veio aqui dizer-nos que se houvesse algum acidente, todos aqui teríamos responsabilidade. Não tenho responsabilidade nenhuma! E, foi isso que eu lhe disse. O senhor a mim não dá rigorosamente lição nenhuma, e quanto a populismos volto a dizer isto com toda a franqueza, não tenho problema nenhum em assumi-lo. Não havia partidos populistas antes deste governo socialista. Não havia. O pai e a mãe do populismo é o Partido Socialista e a geringonça, foi a partir daí que a reação à gestão e à governação socialista, bloquista e comunista que apareceu um partido populista no regime. Foi esta a razão, ou ainda têm dúvidas disto? A reação foi a quem? Não foi à troika. Quando foi da troika não aconteceu rigorosamente nada disto, antes pelo contrário, a partir do momento em que se subverteu tudo aquilo que foi o resultado eleitoral que aconteceu em 2015, deu azo a que tudo pudesse acontecer no espectro político português, e por isso é que acontecem de vez em quando este tipo de reações que vêm para aqui tentar criar condições para que nós tenhamos responsabilidades naquilo que não é nossa responsabilidade. Eu gostava de ter visto o Senhor Deputado a ter dito outro tipo de coisas, nomeadamente a preocupação que há, se calhar, é pá, com algumas situações que acontecem no Centro Hospitalar Tondela Viseu, com a incapacidade que há de realizar um conjunto de exames dentro do hospital em que os utentes têm que ir ou para Coimbra ou para Santa Maria da Feira porque não há investimento público. O problema que existiu ao longo deste tempo todo e que certamente me traz aqui a mim esta preocupação maior com a nossa comunidade, é a total

ausência de investimento público ao longo destes anos todos, isto é que fez com que houvesse reação populista porque os viseenses como os portugueses estão a ter maus serviços públicos, mas em todo o lado, e agora vêm aqui dizer que um semáforo vai resolver o problema todo. Peço-lhe imensa desculpa e agradeço-lhe todas as palavras, eu não sou aqui a moral de quem quer que seja, agora, defendo os interesses dos viseenses e defendo-os sempre da mesma forma, estou sempre no mesmo sítio, não é só quando me convém. Eu aqui, não é só por estar nesta Assembleia que deixo de vestir o meu papel de cidadão de Viseu, e de Viseu no seu todo, não é só perante as responsabilidades do município, é perante toda a responsabilidade do estado que tem que ter com todos os viseenses, e aqui nunca acontece isto do lado da Bancada do Partido Socialista, e mais uma vez se veio notar isto. Gostava de o ter visto aqui solidário, diz que não tem nenhum problema, não defende, não... devia defender, está eleito por um partido e esse partido tem responsabilidade na gestão do país e não tem feito nada para Viseu. Diga-me um investimento estrutural. Vem-me dizer inauguraram as urgências foi? As urgências nada têm a ver com o Governo Central, rigorosamente nada a não ser no atraso, a não ser no atraso, porque a opção política e estratégica foi definida em 2014/2015. Mais uma vez e há pouco tentou-se aqui ensaiar nomeadamente num investimento que está a ser feito no Bairro Municipal como se fosse o PRR, como se fosse uma opção do Governo. O Governo traz zero! Não há um único euro do orçamento de estado, que seja do governo, é tudo fundos comunitários e orçamento municipal, e eu não vi aqui este reconhecimento. Tentar perceber como se o governo dessa alguma coisa, o governo não dá nada a ninguém. Quem dá no PRR foi uma pandemia, ou é o dinheiro dos europeus, não há nenhum dinheiro do orçamento de estado. O que é que há do orçamento de estado em Viseu? Foi no aumento do serviço de urgência? Na ampliação do serviço de urgência? Quanto tempo demorou? Cinco anos de atraso e pelo meio houve uma pandemia. Se tivesse sido construído até 2018, se calhar tinha dado resposta à pandemia de outra forma, e os viseenses teriam sido melhor servidos. Não foram por culpa do Partido Socialista, e esta é a verdade. Aos senhores custa-vos reconhecer, se calhar, o trabalho que fazem na defesa do vosso projeto político porque ele não traz nada a Viseu, rigorosamente nada. Digam um investimento público. Se me disserem um, um só, que seja da responsabilidade da Administração Central eu ficarei satisfeito. E um só onde o governo tenha implicado todo o investimento via orçamento de estado. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra a o Senhor Presidente da Câmara para responder aos Senhores Deputados. -----

----- VINTE E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Senhor Presidente. Também não tenho muitas respostas a dar, mas alguns esclarecimentos. ----- Em 91 fui eu também enquanto Presidente da Câmara que inaugurei a primeira pista, e curiosamente estava lá o Senhor Vasco Chaves pessoa com quem tive excelente relações. Presidente da Associação de Atletismo durante anos, juntamente com outro viseense notável, o Carlos Costa. Neste momento nós poderíamos estar aqui a arranjar um naipe de nomes para atribuir à pista. O Vasco Chaves já se viu que era digamos, elegível, o Carlos Costa, o Anacleto Pinto, eu sei lá, o Manuel de Oliveira, tudo gente... e o Carlos Lopes seguramente. Também deixem que quem tem responsabilidades pela toponímia faça também o seu trabalho e, portanto, mais, nesta qualidade não é só as responsabilidades da toponímia, eu não quero ter apenas o papel de padrinho. Padrinho é um papel importante, mas também, pai e padrinho. Também é muito chato ao pai não ter nenhuma responsabilidade no nome dos filhos, deixar só aos padrinhos, isso é complicado e, portanto, como fomos nós os progenitores também queremos dar o nome respetivo. Há-de ser sem paixonetas porque nós com a figura em causa que muito prezamos demos-lhe já, e

já nos manifestámos antes de ninguém, a Praça Carlos Lopes é conhecida. A estatuária que está na Praça Carlos Lopes foi exatamente por causa do nosso campeoníssimo, e das relações que ele tem connosco. -----

Bem, isso foi esclarecido e, portanto, deixemos isso para quem tem responsabilidades na toponímia apareça a dar nome ou não. Não foi por falta de nome que a Pista do Fontelo não cumpriu as suas obrigações, nem me espanta nada que seja a Pista de Atletismo do Fontelo. Qual é o problema? Então, não é? Pista de Atletismo do Fontelo não está bem? É honroso para todos nós. -----

Bem, sobre aquilo que veio dizer a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Ó Senhora Deputada, a senhora fez aqui... eu achei piada porque os senhores têm digamos, uma cassete de que não se desprendem e essa é a razão porque os portugueses não confiam em vocês. A Senhora Deputada que é muito nova ainda, já percebeu porque é que vocês não têm nenhuma Câmara Municipal? -----

A Senhora Deputada Ana Carolina Damas Gomes intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ó Senhora Deputada eu sei que não gosta, mas pronto, tem que aguentar. Ó Senhora Deputada, como eu tive aqui que a ouvir, e veja lá as asneiras que disse, e eu estive aqui a ouvi-la, uma jovem a armar, e eu estive aqui também a ouvi-la pacientemente, agora não fique também complicada porque agora vai ouvir, mas vai ouvir. A senhora acabou de arranjar aqui uns títulos curiosos, nomeadamente queria que eu lhe dissesse quais são as garantias de que não aumentam os custos. Por amor de Deus, acho que isso é possível a alguém, num sistema, ó Senhor Presidente dê aí a garantia de que não aumenta os custos da água. Ó, ó, então, mas isto é possível? Isso nem é pergunta... portanto, passemos à frente, mas vou-lhe responder a tudo o que perguntou. -----

Se as Águas de Portugal não venham a ser abertas a capitais privados? Também sou eu que lhe tenho que responder? Por amor de Deus, então não vimos o que se passou na TAP, eram capitais públicos, depois privados, depois públicos depois volta outra vez a privados. Está-me a perguntar a mim? Os responsáveis das Águas de Portugal que são do Partido dos Deputados que tem aí ao lado é que têm que responder. Eu sei lá se vai abrir a capitais privados ou não? -----

Depois diz uma outra coisa, e essa eu lhe garanto que nunca disse. Que não havia reposição de árvores. Nem admito ao Bloco de Esquerda que tenha mais gosto pelas árvores do que eu. Senhora Deputada, não recebo nenhuma lição de vocês. Eu fiz montes de aberturas de avenidas, não há nenhuma que não esteja devidamente arborizada, fomos nós os responsáveis por isso. Agora o que me está a dizer é que... ó Senhora Deputada, não sabe. A Câmara Municipal de Viseu foi honrosamente contactada para dar um apoio aos serviços do Metro do Porto e sabe porquê? Porque nós temos um tomógrafo que vai acompanhado com a respetiva engenheira exatamente para dar resposta às árvores do Porto. Porque é que é isto? Porque o tomógrafo mede as árvores que estão doentes. Então, se se chegar à conclusão de que uma árvore está doente deixamo-la ficar? As árvores podem ser abatidas, têm é que ser repostas por outras. Agora há uma coisa que eu nunca disse, que não havia nenhuma reposição. Isso são os técnicos que nos têm que dizer. Sabe porque é que lá ficaram aqueles... não sabe, olhou para lá, se calhar também viu aquilo muito inestético, eu também vi, porque é que lá estão aqueles tocos? É porque aquilo devia ser esventrado com aquelas máquinas de perfurar, e não deixam exatamente porque pode lá haver vestígios arqueológicos, é só por isso, porque se fosse por nós, por decisão nossa já estava aquilo tudo certinho e, portanto, não vale a pena vir com isso. ----- Agora, gostei de ouvir, eu não sei de onde é que isso veio, chamam aquilo manjedouras. Bem, veja lá o que é que está a chamar aos viseenses, eu não, eu não sei, eu não sei. Eu

carneirinhos da vossa parte conheço há muito tempo agora manjedouras para ali, acho que é longe de mais, não sei, mas pronto, espero lá não ver muita gente sentada à espera. Diz que leu, que alguém disse que Viseu não era um oásis. Seguramente, então e depois? Foi alguém que disse? Se calhar alguém dos contemplados anteriormente que agora não foi. Deu-se ao luxo de ver isso? Ó senhora, têm que ver isso tudo. Depois diz que Viseu não é um oásis. Eu estou de acordo consigo, nisto podemos completar esta frase. Viseu pode não ser um oásis, mas os senhores do Bloco de esquerda são um completo deserto. Esta é que é a grande verdade. -----

Depois o Deputado João Paulo Rebelo. Já falámos sobre o Voto de Pesar, eu não voto nesta Assembleia, mas votaria o Voto de Pesar com todo o empenho, aliás, associei-me quando o Partido Socialista o propôs na Câmara, portanto, se há pessoa a quem reconhecia capacidade de cooperação e que fez um excelente trabalho foi exatamente o Vasco Chaves e, portanto, o Voto de Pesar é mais que merecido. -----

Depois as considerações que fez sobre os alunos, eu estou de acordo com isso, aliás, só peca por defeito a cerimónia que nós fazemos, porque ao fazer-se a Cerimónia de Mérito Educativo, nós deixamos de fora alunos que são bons alunos, portanto, nós estamos a premiar alunos excecionais, e toda a gente sabe que para além dos alunos excecionais há bons alunos que depois até no final do curso têm digamos, um percurso melhor do que estes alunos. Tinha que haver algum critério e acho que é bom que as pessoas tentem atingir o máximo da classificação, e é só por isso. Agora deixem-me dizer, não me perguntaram, mas deixem-me dizer isto: eu acho que, quando nós dizemos, às vezes exageradamente, outros poderão querer travar esta apreciação, quando nós dizemos que Viseu é a melhor cidade, tem muito a ver com isto, tem muito a ver com a forma como os nossos alunos estão a evoluir, seguramente. Uma comunidade que tem 8 mil e tal alunos com notas de 5, é preciso isso, tem que ser boa, tem que ser boa e, portanto, esta é semente ideal, eu enquanto puder estarei disponível para suportar e para dar à estampa estes eventos que temos trazido nomeadamente com a comunidade. -----

Depois o Deputado Gonçalo Ginestal. Música Ativa para Seniores, nós também queremos. Só dar-lhe uma resposta a uma pergunta que pôs aqui. Faz todo o sentido, mas as finanças são limitadas. Quando perguntou, porque é que nós pedimos alguma... foi para estabelecer algum critério, porque não tenha dúvida, se por acaso todas as instituições aderissem a esta iniciativa nós não tínhamos financiamento para elas todas e, portanto, tínhamos que fazer algum corte. Como é que entendemos isto? Então, perguntámos a quem é que queria cofinanciar, como fazem as Direções Gerais da Arte e de Espetáculo. Quando o Município quer um evento pede. Comparticipa? Foi o que nós fizemos com estas instituições, agora nós não queremos cancelar esta iniciativa porque a achamos também extremamente importante. Portanto, o problema só é de 20 mil euros porque queríamos buscar o cofinanciamento e o cofinanciamento não era por causa deste montante. Nós temos de facto algumas realizações que é uma ínfima parte da importância que esta tem e que gastamos mais, portanto, não tem a ver com isso, temos que ter um critério para ver que instituições é que aderem a esta situação para conseguir pô-las em prática. -----

Depois o Deputado André Cunha, só para dizer que, fiquei muito feliz por saber que tem opinião, e, não sei se é essa, generalizou, ainda fiquei mais feliz, de que os viseenses me têm como um homem cumpridor de palavra, e isso gostei. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. -----

Íamos então passar ao PONTO DOIS (2) e proponha que o PONTO DOIS (2) e o PONTO TRÊS (3) fossem apresentados em conjunto e votados separadamente. Se ninguém se opusesse e se o Senhor Presidente estivesse de acordo. -----

Então PONTO DOIS (2) e o PONTO TRÊS (3) serão apresentados em conjunto e votados separadamente. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Ver se consigo rapidamente também dar sequência a esta maratona agora, eu que estive tanto tempo sentado da parte da manhã, mas agora vou compensar. -----
Eu numa primeira consideração em relação às Contas, o que queria dizer era que as Contas não tiveram nenhuma apreciação negativa no executivo. São Contas aprovadas sem votos contra e, portanto, têm esse significado, não houve votos contra. -----
Eu podia destacar daquilo que apurei das Contas o seguinte: a nossa Receita é 92,8 milhões de euros, a Receita Corrente 66,2 milhões de euros, a Receita de Capital tem um montante superior a 8 milhões de euros, as Receitas Próprias 37,6 milhões de euros. -----
Depois gostaria de fazer ênfase no financiamento bancário para dizer que se registou uma redução no valor de 1.2 milhões de euros no financiamento bancário. -----
Gostaria também de enfatizar um outro aspeto, que tem a ver que no ano de 2022 a receita global foi superior à despesa global em mais de 20,8 milhões de euros, deste modo, a receita representou 128,9% da despesa. -----
Sobre a Despesa Corrente ela foi de 52,7 milhões de euros. -----
A Despesa de Capital 19.3 milhões de euros. -----
Sobre o equilíbrio orçamental, já aqui falámos, a receita corrente bruta foi superior à soma das despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 14,1 milhões de euros. -----
Fizemos também uma análise à Demonstração dos Fluxos de Caixa e concluímos que, o saldo de gerência orçamental teve um incremento de 14,6% face ao verificado no ano anterior. -----
Uma reflexão também sobre a execução das Grandes Opções do Plano, para dizer que as GOP tiveram uma taxa de execução de 61,1%, sendo que em termos absolutos, o montante executado ultrapassou os 45,9 milhões de euros. -----
Também uma referência às Funções, quer às Funções Sociais, quer às Funções Económicas, quer ainda às Funções Gerais, para dizer o seguinte: -----
Registámos boas performances na Função Social de Educação, na Função Social, no Ordenamento do Território, no Ambiente, na Cultura, Desporto, Atividade Física e Juventude. -----
Nas Funções Económicas também posso constatar que o Desenvolvimento Económico e Energia, a Mobilidade, os Mercados e Feiras e Turismo, na nossa perspetiva o rácio também é agradável. -----
As Funções Gerais alcançaram um montante de 6,9 milhões de euros, sendo que os mesmos foram repartidos entre a subfunção da administração geral e a Proteção Civil e luta contra incêndios e a Polícia Municipal. -----
Depois passando à análise da Situação Económica e Financeira. -----
Devo referir que o ativo do Município de Viseu no ano de 2022, atingiu 298,8 milhões de euros, registando-se um aumento de 4% comparativamente com o ano de 2021. O valor do ativo não corrente foi de 242,9 milhões de euros, um incremento de sensivelmente de 7,5 milhões de euros face ao ano de 2021. -----
Passando ao Património. O património líquido do Município, ascendeu a 249 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 0,8% quando comparado com o ano transato. -----
O Resultado Líquido do Período, como já foi referido, teve um montante positivo no valor de 2,4 milhões euros. -----
Fazia agora referência a alguns indicadores financeiros, para dizer que em relação ao Rácio de Autonomia Financeira fixou-se quase nos 84%; -----
O indicador da solvabilidade, em 500,7%; -----
E a liquidez geral atingiu os 162,1%. -----
Na Demonstração de Resultados, no ano de 2022, o Resultado Líquido do Período foi de,

sensivelmente, 2,4 milhões de euros, o que em termos comparativos, como já foi dito, tem um aumento de crescimento de 336,8%. Eu apenas acentuava aqui uma situação que naturalmente os Senhores Deputados que fizeram essas declarações terão que resolver, é que no ano passado e eu tenho aqui a Declaração de Voto, fomos altamente, eu não diria criticados, mas apontados por termos um resultado negativo, essa foi a tônica, foi a tônica, e eu disse que não era da nossa responsabilidade, agora sim é da nossa responsabilidade e, portanto, resultado negativo que agora passou a positivo, mas também não podemos aceitar o argumento na Reunião de Câmara de que não devíamos ter resultado positivo e devíamos distribuir. Isto foi aquilo que eu enquanto gestor financeiro nunca tinha ouvido, mas pronto foi isto que nos foi apresentado. O Senhor Vereador Miguel Pipa foi o autor desta proposta, está a ouvir o que estou a dizer e ainda bem. -----

Portanto, Senhor Presidente, em suma esta é uma apresentação sumária das Contas, mas que estamos naturalmente disponíveis para algum esclarecimento que os Senhores Deputados entendam necessários. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):** Bom dia a todos. -----

Senhor Presidente da Assembleia; -----

Senhoras Secretárias; -----

Senhor Presidente da Câmara; -----

Senhoras e Senhores Vereadores; -----

Senhora Presidente de Junta, Senhores Presidentes de Junta; -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais; -----

Público, Comunicação Social, Funcionários desta Casa. -----

Voltamos a votar aqui hoje um documento fundamental do Município. -----

Voltamos a debater as contas e a atividade do Município. -----

Antes de mais, aquilo que o Senhor Presidente me estava a pedir para não o fazer, em termos de análise, estava a conferenciar ali com o meu colega João Paulo Rebelo, é exatamente aquilo que o PSD também pede a nível nacional. -----

Portanto, não leve a mal alguns comentários que farei daqui para a frente. -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Deputado José Pedro Esteves Gomes prossegue a sua intervenção dizendo:* -----

claro, a economia não é matemática, não deixa de ser uma ciência social, portanto, são opções políticas. -----

Senhor Presidente da Câmara, o que é que lhe trago hoje? -----

Não trago nenhuma surpresa. -----

E, por isso: -----

Trago-lhe a abstenção do grupo municipal do PS. -----

Trago-lhe alguns comentários. -----

E trago, no fundo, a nossa análise relativamente ao que foi feito no ano de 2022. -----

Antes de mais, saudar o formato deste Relatório. -----

Há uma evolução relativamente ao anterior, incluindo nos dados que são transmitidos. ----

Não queremos deixar de assinalar isso, bem como fazer também referência positiva, à apresentação, se quisermos, do sistema de contabilidade de gestão, que nos parece muito importante apesar de, penso que ainda não é obrigatório, mas foi apresentado. -----

Dizer-lhe que apesar não trazermos nenhuma surpresa, queremos ser claros e objectivos. -

Por isso, vale a pena fazer referência a alguns dados. -----

E as palavras-chave são: pouca ambição, algum tacticismo, e não execução. -----
Não se verificam novos investimentos. Não há novidades. São obras projetadas pelo
passado. -----
Centro de Mobilidade, Mercado 2 de Maio; Área de Acolhimento Empresarial de
Lordosa; Bairro Municipal; Estádio do Fontelo; Rotunda do Matadouro; Mercado de
Produtores, etc. -----
Não se projeta mais nada, como disseram também na Reunião de Câmara: gere-se,
acompanha-se, dá-se sequência. -----
Foi um ano focado em apresentar resultados, isso foi claro, no caso, um resultado líquido
de 2,4 milhões de euros. Foi a opção do executivo, em detrimento de uma orientação mais
focada nas pessoas e nas empresas, com mais distribuição, mais coesão, mais atratividade,
mais desenvolvimento. -----
Se é verdade que foi gerada uma poupança corrente de 13,5 milhões de euros, também é
verdade e isso é legítimo dizer, que isso é um sinal de não execução. 30% da despesa
orçamentada ficou por realizar. -----
O que queremos dizer aqui, é o seguinte: -----
Onde se vê poupança, depende dos olhos, também se pode ver incapacidade. Incapacidade
de executar, incapacidade de realizar o que estava previsto. -----
O mesmo se pode dizer no SMAS. Voltamos a ter resultados positivos, mas só foi realizado
65% do investimento. -----
O mesmo se pode dizer no Plano Plurianual de Investimentos, que só foi executado em
46%. -----
O mesmo se pode dizer nas Grande Opções do Plano, em que a taxa de execução é de
apenas 60%. E aqui estamos a falar, afinal, nas áreas que o executivo escolheu como
estratégicas para realizar! -----
Metade do que o executivo apresentou no orçamento para 2022, ficou por executar, e isso é
provado pela execução de 50% nas despesas de capital (investimento). -----
Apetece até dizer aqui que isto é como imaginar que o executivo trabalhou apenas 6
meses! -----
Mas temos também de alertar para alguns indicadores económico-financeiros, o Senhor
Presidente também falou neles. -----
Achámos curioso que este relatório não faz uma comparação entre 2022 e 2021 neste tipo
de indicadores. Apenas informa quais são os valores, ou melhor, as percentagens. Talvez
seja, porque em todos eles, Viseu está pior. -----
Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento, Liquidez Geral, Liquidez
Reduzida, Liquidez Imediata. Todos eles. -----
Não digo que seja alarmante. Mas são factos. -----
Tal como ano passado, continuamos a olhar também para a lista de dívidas existentes a 31
de dezembro. -----
Falamos em dívidas ao Município! -----
E continuamos a ver milhares de linhas, milhares de euros, algumas com mais de 15 anos.
Voltamos a questionar tal como fizemos no ano passado: assumindo que uma boa gestão
recomenda que se assegure a cobrança das importâncias devidas, o que tem sido feito para
cobrar estas importâncias? -----
Senhoras e Senhores Deputados. -----
Senhor Presidente, -----
As contas, como se costuma dizer, são o que são. -----
Espelham, e acreditamos também que sim, espelham a realidade. -----
Agora, podemos questionar e discutir aqui o seguinte: -----

Esta situação prejudica ou favorece os viseenses? -----
Esta situação prejudica ou favorece a Câmara Municipal? -----
Na nossa opinião, não favorece os viseenses e até desacredita a Câmara Municipal, tendo em conta o orçamento que tinha sido aprovado e não foi realizado. -----
Senhoras e Senhores Deputados. -----
Senhor Presidente, -----
Continua a faltar inovação. Rasgo. Ímpeto. -----
Por exemplo: -----
Falta abertura por parte do executivo para avançar com algumas propostas como um novo regulamento de licenciamento de ocupação do espaço público, publicidade, no fundo, a isenção das taxas de esplanadas, que já foi apresentado pelos Vereadores do PS. -----
Falta também iniciativa para melhorar, para alargar as bolsas de estudo do ensino superior. -----
E, nem quero falar também aqui na discussão que poderíamos ter sobre a participação variável no IRS e na possível revisão também dessa percentagem e, pelos vistos, a margem para medidas como estas, existe! -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Sr. Presidente, -----
Em resumo, afinal, a Câmara Municipal recebeu mais, e investiu menos. -----
Não queremos usar a expressão cativação ou cativações. -----
Mas a verdade é esta, Câmara Municipal recebeu mais, e entregou menos. -----
E sim, estamos a olhar todos para o mesmo documento. -----
Sim, estamos a olhar todos para bons resultados, e para um bom resultado líquido. -----
A questão não é essa. A questão é outra. -----
Os resultados são conseguidos à custa de quê? -----
Usando um conceito de Economia do Ensino Secundário: Quais são os custos de oportunidade que aqui estão? -----
É nossa obrigação falarmos disso aqui. -----
É isso que nos é exigido, enquanto representantes dos viseenses, ainda para mais, estando na oposição. -----
E foi isso que também tentei fazer aqui. -----
Certamente, o executivo estará disponível para registar, pelo menos, algumas destas críticas. -----
Certamente, aproveitará para corrigir algo, no futuro. -----
E, se assim for, cá estaremos para o assinalar e para o relevar. Obrigado. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Alberto. -----
----- **VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD):** Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e as Digníssimas Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhor Vereador, Caros colegas Deputados Municipais, Comunicação Social e demais elementos presentes. -----
Bom, por onde é que eu vou começar? Eu tinha aqui uma coisa escrita, mas não vale a pena, por que eu de alguma forma vou falar das mesmas coisas que já foram aqui ditas, portanto, falar um pouco da questão das Contas. -----
Mas, reparem, eu estou nesta Assembleia e falo exclusivamente das Contas desde 1996, do tempo em que ainda trazíamos aqui apenas a Contabilidade Orçamental. Passámos por várias alterações legislativas, passámos pela introdução de vários elementos, portanto, pela Contabilidade Financeira, pela Contabilidade de Gestão, e é nessa tríplice perspetiva que nós temos de ver hoje as Contas, não só numa perspetiva de receita e despesa, não só numa

perspetiva não de custos e de proveitos, mas de gastos e rendimentos como agora se diz tecnicamente, e no fundo, é pegarmos na estrutura das Contas apresentadas nos mapas financeiros, no balanço, nas demonstrações de resultados e todos os anexos, e fazer aqui uma atividade de engenheiro, ou seja, pegar na estrutura financeira do balanço e verificar se as Contas estão ou não estão equilibradas, porque há regras, há normas há princípios, há todo um conjunto de coisas que foram introduzidas, nomeadamente pela Lei do Enquadramento Orçamental, pelo SNC-AP pelo Sistema de Normalização Contabilística das Entidades Públicas que tem de ser respeitado. E, depois dizer-vos também que eu tenho alguma responsabilidade e alguma confiança nestas Contas, porque durante todo o meu tempo que terminou, durante a minha atividade que terminou no dia 1 de março de 2021, eu tive a oportunidade de lecionar para muitos daqueles que são hoje os verdadeiros fatores destas Contas, e tenho plena confiança neles, porque quer ao nível da Contabilidade Geral, da Contabilidade de Gestão, da Gestão Financeira, foram meus alunos grande parte deles, portanto, tenho plena confiança neles, por outro lado, tenho confiança também nos Presidentes de Câmara com quem eu estive sempre, quer com o Dr. Fernando Ruas que foi meu digníssimo colega de curso e que lhe reconheço competências nesta área, quer com o Dr. Almeida Henriques que não sendo especialista desta área, teve alguma gestão destas coisas na sua atividade profissional. Portanto, este é um trabalho eminentemente técnico que está sujeito aquilo que são as regras da transparência, da harmonização e da comparabilidade, e um dia destes, portanto, em junho vamos ter aqui as Contas Consolidadas do Município, portanto, que são no fundo a Consolidação, que não é a soma aritmética de tudo isto, mas será a apresentação num documento único de todas as empresas do perímetro municipal, desde a Câmara, os Serviços Municipalizados, Habisolvis, Viseu Marca e etc., etc., etc. Portanto, não adianta estarmos aqui a escapelizar números porque há regras quer do IPSAS quer do IPSAR quer de Normas Internacionais de Contabilidade que estão aqui englobadas, portanto, há todo um conjunto de coisas que nós deveremos analisar, e do ponto de vista técnico as Contas estão corretíssimas. -----

As opções? Ai as opções são de quem gere meus caros, e quem gere é que tem a responsabilidade de fazer as diversas opções, mas a discussão que aqui foi trazida pelo meu digníssimo colega do Partido Socialista foram mais questões relacionadas com o Orçamento e o Plano do que com as Contas propriamente ditas. As Contas são aquilo que são, não podemos fazer rigorosamente nada, elas são o espelho da gestão, portanto, são aquilo que são e têm de ser feitas de acordo com as regras, com as normas que estão legalmente instituídas e não podemos fugir daí. -----

Ora bom, o que é que eu vou dizer? Vou dizer que do ponto de vista orçamental temos níveis de execução superiores a 60% praticamente em todas as rubricas, quer na Receita Global em que temos uma execução de 82.3%, ao nível do valor global das receitas correntes 71%, enfim, temos aqui índices de cumprimento bastante grandes, num período de incerteza que atravessamos. Reparem, nós temos de ver também a Contas no contexto em que elas foram desenvolvidas, e se até há bem pouco tempo falávamos da pandemia agora temos de falar daquela guerra que nos martiriza e que nos veio trazer toda esta inflação importada que não é exclusiva da nossa responsabilidade, porque os custos dos fatores de produção aumentaram, logicamente que os preços têm que aumentar, e por mais subsídios que nós queiramos dar não podemos de forma nenhuma compensar aquilo que foi o agravamento dos gastos que houve. -----

Bom, todos os números que eu tinha aqui para referir, toda a decomposição da despesa, mas eu queria aqui referir duas questões que são fundamentais. Em primeiro lugar, é no que concerne aquilo que se chama a Lei do Equilíbrio Orçamental. Está perfeitamente espelhado aqui. E, no próprio Balanço, e há aqui Engenheiros Cívicos com certeza, portanto, a gestão financeira não é mais do que um equilíbrio daquilo que as pessoas fazem quando

querem construir um edifício. Tem de ter os pilares sólidos e tem de ter as cargas distribuídas, não é ó Senhor José Fernandes, as cargas distribuídas pelas placas de forma a que não possam estar demasiado centradas num só pilar porque ele pode derrubar e cair e vai a estrutura toda. Portanto, há aqui um equilíbrio fundamental entre aquilo que são os capitais próprios, porque o balanço é o mapa de origem de aplicação de fundos. Onde é que vamos buscar os fundos para os aplicar. Depois no passivo e nos capitais próprios, são as origens, do financiamento próprio, são os capitais alheios, e há aqui uma coisa que é perfeitamente equilibrada, é que o passivo não corrente, é mais do que financiado pelo passivo não corrente, ou seja, ultrapassa em muito aquilo que é o passivo não corrente, portanto, há aqui toda uma estrutura equilibrada da prestação de contas. ----- Depois, em relação aos rácios, à liquidez geral, à liquidez reduzida: isto vale o que vale e porque vale o que vale nós temos de ver estes rácios tendo em atenção o tipo de atividade que a instituição desenvolve, isto, reparem, se nós avaliarmos as Contas do Continente visto numa perspetiva apenas dos hipermercados, nós vemos que eles têm uma estrutura financeira desequilibrada, e porquê? Porque pagam a 90 dias e recebem a pronto, o que lhes permite criar capacidade financeira para investir noutros negócios, por isso é que os grandes grupos normalmente têm associadas empresas do capital produtivo onde são necessários grandes investimentos para reproduzir capital, que são bastante mais lucrativos, é evidente, por isso é que muitas vezes eles vendem, não fora a Autoridade da Concorrência, podiam vender abaixo do preço de custo porque o valor do capital gerado vai os compensar nisso tudo. Portanto, estes rácios valem em função daquilo que é a atividade que nós... (agora as tecnologias agora foram abaixo, estão-me a trair, mas pronto, também não é necessário). Bom, portanto, tudo isto tem que ser visto nesta perspetiva e as Contas estão bem elaboradas. Há capitalização de receitas correntes para despesas de capital, portanto, todas estas regras do equilíbrio orçamental estão definidas. As regras do equilíbrio financeiro corrente estão perfeitamente salvaguardadas quer em relação à Câmara quer em relação aos Serviços Municipalizados. ----- Os Serviços Municipalizados apresentaram um relatório com 984 páginas, ok, portanto, tudo perfeito e devidamente composto, portanto, não há que criticar aquilo que está, e apresenta valores. Agora, relativamente à distribuição, aqui não há distribuição de resultados, isto não é uma empresa privada que vá distribuir resultados. Eles vão ser aplicados depois como uma forma de financiamento, aliás, os resultados líquidos fazem parte dos capitais próprios, serão incorporados numa conta de património, no caso das empresas são os resultados transitados que depois hão-de servir de fontes de financiamento, para além disso, para além deste resultado, se nós virmos a Demonstração de Resultados numa perspetiva mais financeira temos que lhe acrescer aquilo que são as amortizações e as depreciações que não são despesa efetiva, aquilo são gastos que não são despesa, como tal também servem como fonte de financiamento para as atividades que a câmara tem de desenvolver. Portanto, não há dúvida nenhuma meus caros, e depois há os pareceres técnicos reputados, portanto, não só o controle interno da própria instituição que funciona e que tem que fazer as suas avaliações periódicas e sistemáticas, mas há ainda as auditorias externas que normalmente são feitas pelos Revisores Oficiais de Contas ou pelas Sociedades de Revisores, e a Câmara tem um relatório, não vi reservas, não vi quaisquer não conformidades portanto, como tal nós estamos aqui para aprovar as Contas, tecnicamente está bem elaboradas, tecnicamente não há que lhe apontar porque elas satisfazem tudo aquilo que é a legislação em vigor, portanto, nesse sentido não como não aprovar, agora, podemos é evidente pôr aqui a questão política, mas na questão técnica não há nada que fazer. Portanto, a nossa proposta meus caros, é que possamos fazer..., eu poderei depois disponibilizar a minha intervenção que tinha aqui escrita, mas enfim, já é a segunda vez que eu me deito tão tarde depois de ontem ter dormido um

soninho em Braga a ver um jogo de futebol, depois ter de vir e ter de redigir qualquer coisa, e vir no caminho a pensar o que é que eu vinha trazer para aqui, valia mais ter estado a dormir porque não estava aqui tão rouco hoje e com tão mau aspeto. -----
Muito obrigado a todos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Carolina Gomes. -----

----- **VINTE E SEIS – A SENHORA DEPUTADA ANA CAROLINA DAMAS GOMES (BE):** Reitero novamente os cumprimentos anteriormente proferidos. -----

Sem me alongar muito, até porque concordamos com a análise apresentada pelo PS. Quanto ao relatório de Gestão da Câmara Municipal de Viseu referente ao Exercício Económico de 2022. Salientar algumas coisas que já foram faladas nessa análise, portanto, não se verificam novos investimentos, há assim uma continuidade do que já vem de trás, cerca de 30% da despesa orçamentada ficou por realizar, demonstrando uma incapacidade de concretizar o previsto, uma incapacidade que de resto é reforçada entre outros indicadores pela taxa de execução das GOP, das Grandes Opções do Plano que ficou pelos 60% e enfim, dizer ainda a forma como tudo isto, esta incapacidade de execução também já se começa a sentir no concelho e como as pessoas demonstram preocupação com alguma falta de dinâmica. -----

Salvaguardar ainda o seguinte: numa análise mais superficial de facto, este é um documento sobretudo técnico, mas a verdade é que espelha uma aplicação do que foi orçamentado, reflete as escolhas do executivo, a linha/estratégica política seguida, ou seja, nesse sentido, estes documentos são documentos políticos porque representam ideias, representam um programa e nesse sentido o nosso voto será de natureza política em concordância com esta análise. Disse! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma intervenção dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos Senhores Deputados. -----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. De facto os intervenientes neste ponto facilitam-me sempre a vida. Por razões que já foram aqui ditas, o Deputado Dr. José Alberto, eu diria que fez bem melhor do que aquilo que eu podia ter explicado, mas há aqui uma sintonia em relação às análises, mas também aquilo que gostaria de evidenciar para dizer ao Deputado José Pedro que eu tenho em atenção as críticas que fez e as críticas que fazem, naturalmente, há aqui uma confusão. As considerações deviam ser feitas no Orçamento que era um documento previsional, aí sim, agora as Contas são o que são. Ou estão bem ou foram digamos, marteladas senão temos esta discussão duas vezes, aquando da apresentação do Orçamento e agora nas Contas. O que temos que saber é se as Contas estão bem ou não. Parece que desse ponto de vista estamos descansados. Já agora uma coisa que me parece extremamente importante. Aquilo que foi dito sobre as cativações. Bem, não somos nós os herdeiros das cativações, isso os senhores é que sabem, os senhores é que são os herdeiros do Centeno. Quem é que alguém fez melhores cativações do que o... aliás, eu até dei-lhe aqui uma imagem, a posição do antigo Ministro Mário Centeno era como aqueles corvos que são apresentados aos turistas na China e que mandam pescar, só que depois põe-lhe uma coisa para eles não engolirem. É verdade! O corvo vai pescar, vem todo satisfeito com o peixe no bico, só que depois tem um garrote que não o deixa engolir. Era a mesma coisa, era assim que fazia o Ministro Mário Centeno. Vocês têm 100, agora a gente cativa já 50. Portanto, especialistas nas cativações são o Partido Socialista, mas eu estou disponível para ler de forma aprofundada a análise que fez e para verificar as críticas. Há uma coisa que desde já não deixo passar. Não está do nosso lado a Taxa das Esplanadas, nem o Partido Socialista fez nenhuma proposta. Vamos lá ver, o que foi decidido foi o seguinte:

nós com a associação, uma associação, aliás uma associação, eu espero que não tenha nenhuma ligação, digamos, convosco, porque de facto, se eu quisesse não ter resolvido o problema faria o que a associação ou aquela lista de interessados fez. Quer dizer, foi para a comunicação social, colocou lá o problema e depois é que o colocou à câmara. Eu podia ter feito a mesma coisa. É verdade, mas foi assim. Mas, o que é que a gente combinou na presença deles, da HARESP e da Associação Comercial? O que decidimos foi que, estávamos à espera dos apports que ficaram em nos trazer? Nós já temos da parte da Câmara tudo pronto, estamos à espera desses apports que se por acaso não vierem é mesma nossa versão que vai, mas só para dizer que aguardámos, estivemos com tempo à espera dos apports das esplanadas. Agora, há uma coisa que nós queremos pôr noção. Eu gosto mesmo muito de esplanadas, mas também elas não podem... não pode ser como a minhocultura, não podem ser em todo o lado, e ocupar porque depois temos o problema também de ver porque elas ocupam lugares de estacionamento e têm que ter alguma estética. Felizmente a grande maioria delas têm essa preocupação, há algumas que não têm e, portanto, a Câmara tem toda a legitimidade para dizer como é que quer ocupar o espaço público, e há uma coisa que não quer, parece-me que isso é evidente, podia ser até um sonho das pessoas que têm esplanadas, mas que a câmara não se deixa levar nisso, que é que aquilo não seja um prolongamento do edifício, do estabelecimento, como muitas vezes as pessoas querem. Põem a esplanada continuam e aquilo é um prolongamento. Eu queria-vos dizer que estive, aliás, disse-o ontem a outro propósito, mas na Polónia há esplanadas de empresas que não têm nada a ver com o sítio onde as colocam, nem é preciso lá um estabelecimento, vêm com as suas carrinhas fazem a esplanada e levantam-na ao fim do dia, isto para dizer o seguinte: nós queremos esplanadas, esplanadas com estética e naturalmente onde sejam necessárias, não mais que isso. E, portanto, nós estamos, como sempre estivemos disponíveis para colaborar com as pessoas que têm esplanadas. -----

Agora, aquilo que foi dito aqui, apenas fazer uma referência mais uma vez à jovem do Bloco de Esquerda. Muito sinceramente, eu sei que tenho idade para lhe dar estes conselhos, já não é como Presidente da Câmara, é apenas como cidadão. Vale a pena também de vez em quando trazer aqui algumas coisas... o que disse foi: estas Contas evidenciam a incapacidade. A incapacidade de quê? Incapacidade de não fazer? Ó Senhora Vereadora ... -----

A Senhora Deputada Ana Carolina Damas Gomes intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Senhora Deputada, pois, eu enganei-me nitidamente quando lhe chamei Vereadora. Vereadora é coisa que nunca conseguirá ser aqui em Viseu, isso de facto ... é força do hábito. -----

Mas, tem que optar por outro caminho. Às tantas, está sempre contra e depois dá o resultado que nós conhecemos, ninguém vos leva a sério. -----

Portanto, as Contas são aquilo que são e, portanto, nós seguiremos este nosso caminho com credibilidade, é isso que nos interessa fazer. Portanto, eu queria dizer que não estou nada preocupado, antes pelo contrário, fico muito descansado sobre a forma como o trabalho técnico, é essencialmente técnico que está a ser feito. Nós podíamos interferir, eu não faço as Contas, eu projeto e elaboro o Orçamento e é isso que me compete fazer, as Contas depois são o resultado disso. Se eu me enganar antes, tem implicações aí, se fizer as coisas corretas, como pretendemos fazer, há-de ter outras implicações. É apenas isto Senhor Presidente. É tudo. Obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Iremos então proceder à votação do PUNTO DOIS (2) e TRÊS (3). -----
PUNTO DOIS (2) VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS

FINANCEIROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *foi aprovado com um (1) voto contra e dez (10) abstenções.* (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 193/194).-----

Iriamos então proceder à votação do PONTO TRÊS (3) VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU, REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *foi aprovado com nove (9) abstenções.* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 195/196).-----

Atendendo ao adiantado da hora não entramos nos outros pontos, iremos suspender os trabalhos e recomeçávamos às duas e meia.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Íamos reiniciar então os nossos trabalhos. Pedíamos a todos que ocupassem os seus lugares.-----

Então íamos ao PONTO QUATRO (4) e PONTO CINCO (5) e fazíamos também a mesma proposta de serem discutidos em conjunto e votados separadamente. Alguém tem alguma questão a colocar? PONTO QUATRO (4) e PONTO CINCO (5). Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara sobre o PONTO QUATRO (4) e PONTO CINCO (5).-----

----- VINTE E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente.-----

Propõe-se na presente revisão orçamental a incorporação de saldo de gerência que aprovado na prestação de contas da gerência do ano 2022, no valor de €20.809.047,00.-----

Em termos globais isto implica do lado da receita, proceder a um reforço de €21.784.247,00. - Contudo, também se procedeu à anulação da mesma no valor de €22.816.000,00. Daqui resulta numa diminuição global do orçamento em exatamente 1 milhão de euros-----

É o reforço efetuado à previsão da receita com a presente revisão orçamental (portanto, trata-se de uma alteração orçamental modificativa) foi cerca de 20,8 milhões de euros provenientes do saldo de gerência do ano de 2022, e ainda, de €975.200, que dizem respeito à previsão de Fundos Comunitários (€828.920,00) e Transferências do Estado (€146.280,00). Esta previsão de Fundos Comunitários e Transferência de Capital do Estado referem-se à requalificação da Escola Azeredo Perdigão e da Escola EB 2/3 de Vil de Soito, a candidatar no aviso nº (penso que dispensam isto) do CENTRO. Em contrapartida deste aumento da receita, procedeu-se à anulação no capítulo das outras receitas correntes e no capítulo das outras receitas de capital, dos valores de 2,8 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, uma vez que estes montantes foram considerados aquando da elaboração do orçamento para o corrente ano, como previsão do saldo de gerência do ano de 2022, o qual não se concretizou na totalidade.-----

No lado da despesa, a presente revisão (mais uma vez digo que se trata de uma alteração orçamental modificativa) que vem reduzir o valor total do orçamento da despesa em cerca de 1 milhão de euros.-----

A despesa corrente sofreu um decréscimo de 2 milhões, sobretudo em despesas com aquisição de bens e serviços. Por outro lado, foi efetuado o reforço na aquisição de bens de capital, no valor de €975.200,00, relativo aos investimentos nas escolas atrás identificadas. Eu referia apenas que é sempre com gosto que diminuimos despesa corrente e aumentamos os investimentos de capital.-----

E, Portanto Senhor Presidente, o decréscimo e reforço da despesa foi refletido na totalidade nas Grandes Opções do Plano.-----

Mas, como pediu e como sugeriu que tratássemos os dois pontos em conjunto, dizer-se que é uma alteração orçamental modificativa na revisão do Orçamento, falo dos SMAS.-----

Trata-se da correção dos valores plurianuais de várias empreitadas. É absolutamente só isso. --- Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados é aquilo que se me oferece dizer em relação a este pedido de alteração modificativa. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos proceder à votação. -----

PONTO QUATRO (4) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) N.º 1. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra.* (**Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 197/198**). -----

PONTO CINCO (5) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO n.º 2. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com uma (1) abstenção.* (**Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 199/200**). -----

PONTO SEIS (6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023 - 1.ª ALTERAÇÃO. Tem a palavra o Senhor residente da Câmara. -----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Muito rapidamente. Decorre naturalmente das alterações alteração à legislação, e, portanto, aquilo que se pede é a alteração do Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados para incluir um Técnico especializado na Área do Ambiente, e também no setor das ETARs um técnico para ETAR na Área da Mecânica. São dois pedidos de alteração ao Mapa de Pessoal que decorrem exatamente da legislação entretanto aprovada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto. Não havendo nenhum pedido do uso da palavra, iríamos proceder à votação. -----

PONTO SEIS (6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023 - 1.ª ALTERAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade.* (**Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 201/202**). -----

PONTOS SETE (7) e OITO (8) do mesmo modo fazia a proposta de haver uma discussão conjunta e uma votação separada. -----

PONTO SETE (7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - LUSTOSA - FREGUESIA DE RIBAFEITA. -----

PONTO OITO (8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - PINDELO - FREGUESIA DE SILGUEIROS. -----

Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? -----

Sobre a proposta ... discussão conjunta e votação separada. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. A apresentação desta proposta, trata-se da delimitação de ARU's e eu apenas gostaria de enfatizar um aspeto. É a primeira vez, a primeira vez agora, já fez aqui numa das sessões anteriores que se delimitam ARU's nas freguesias e com um critério e, portanto, eu só queria enfatizar isso. Não tinha havido até agora ARU's a não ser na área urbana, neste momento já fizemos ARU's em duas freguesias, numa União de Freguesias e

numa Freguesia em zonas digamos, mais periféricas com este critério: fazemos uma num extremo outra noutro, desta vez cabe exatamente a Ribafeita e a Silgueiros, são duas delimitações, que penso que saberão os benefícios que a definição de ARU, e ARU Rural neste momento traz para as populações com uma série de benefícios. Portanto, é isto que está em causa. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Ribafeita. -----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RIBAFEITA CUSTÓDIO DE FIGUEIREDO FERREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Um cumprimento à Mesa na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, cara Colega e caros Colegas e Público. ----- Vou ser muito rápido, era só para agradecer ao município na pessoa do Senhor Presidente. Levar a ARU a Ribafeita, nomeadamente a Lustosa é como levar o Rossio a Ribafeita, às aldeias, portanto, é mais uma ferramenta para estancar no fundo a desertificação das nossas freguesias mais rurais o que neste momento é muito importante, portanto, este é mais um segmento que fica, obviamente que vai reforçar isso, vai trazer mais investimento à freguesia, vai fixar mais pessoas. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta de Ribafeita Custódio Ferreira. -----

Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste ponto. Não havendo nenhum pedido dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara caso assim o entendesse. -----

Não! Então iríamos proceder à votação. -----

PONTO SETE (7) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - LUSTOSA - FREGUESIA DE RIBAFEITA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade.* (**Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 203/204**). -----

PONTO OITO (8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - PINDELO - FREGUESIA DE SILGUEIROS. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade.* (**Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 205/206**). -----

PONTO NOVE (9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - CRIAÇÃO DA 1.ª FASE DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LORDOSA (AAEL) - VISEU . -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Trata-se de propor duas propostas diferenciadas sobre a contratação de empréstimo para proceder digamos, ao financiamento na Área de Acolhimento Empresarial de Lordosa (AAEL). É a primeira contratação do empréstimo, e depois uma outra proposta seguida que tem a ver com a provação dos compromissos plurianuais. ----- Possivelmente irão perguntar-me sobre isto, mas vou adiantar uma explicação que tem a ver com o conceito que temos de contratação de empréstimo a médio prazo. Como sabem, não fui o autor desta decisão, mas gostaria de a sustentar e de a sublinhar. Fá-lo-ia da mesma forma já que se trata, e é da visão que temos, contrair empréstimos sobretudo numa câmara que tem capacidade de endividamento. Eu gostaria de o frisar aqui, ao contrário do que às vezes se possa pensar, nós temos um limite de endividamento que ultrapassa os cento e tal milhões de euros, só que, como é sabido, tem limites anuais. Portanto, eu abusarei nunca da capacidade de endividamento, tenho muito respeito por isso, mas não hesitarei um momento em usá-la desde que se justifique para investimentos supra gerações, isto é, não faz nenhum sentido que se estivermos a fazer um investimento que dure para várias gerações, digamos, este encargo não seja repartido por elas, e,

portanto, esta é a perspetiva inicial, e é o caso. Alguém definiu esta Área Empresarial de Lordosa, penso que o Senhor Presidente da Junta de Lordosa e os vizinhos estarão satisfeitos com a situação e, portanto, o que se trata é de financiar essa área de localização empresarial desta forma, portanto, com duas propostas. A primeira aprovação e a segunda aprovação também dos compromissos que são plurianuais e que têm um período, salvo erro, de 15 anos, é exatamente isso, de 15 anos para ser cumprido. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? -----

Não havendo nenhum pedido do uso da palavra íamos proceder à votação. -----

PONTO NOVE (9) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - CRIAÇÃO DA 1.ª FASE DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LORDOSA (AAEL) - VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 207/208).* -----

PONTO DEZ (10) é somente para conhecimento. -----

PONTO DEZ (10) ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICIPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E O FINANCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES PARA O ANO DE 2022 - CONHECIMENTO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Apenas para fazer um esclarecimento, isto é, um assunto e compromisso que está assumido e por isso ele veio aqui não para votação, mas para conhecimento, mas eu gostaria de dar mais alguns elementos adicionais e um deles é a dificuldade destas Autoridades de Transportes fora das Áreas Metropolitanas, é de facto um problema, e nós vamos ter esse encargo a prazo, num prazo relativamente curto. Eu lembro a este propósito só duas coisas: quando foi do PART do Programa de Apoio aos Transportes, a distribuição foi esta, e podem depois cotejar aquilo que vos digo, dos não sei quantos milhões de euros, 96% foi para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e os 4% restantes foram distribuídos pelo país. É este conceito que temos de país e de coesão. Depois também, quando foi aprovado 40 milhões para a compra de carros elétricos nomeadamente para os taxistas, foram só aprovados para as Áreas Metropolitanas, portanto, é nesta realidade que vivemos, portanto, não se espantem que estas Autoridades de Transportes sejam um peso muito grande para as autarquias. Dar-vos apenas também uma novidade ou pelo menos um desejo que quero concretizar. Talvez o expoente máximo desta delegação na CIM tenha sido uma coisa que é o Transporte a Pedido. Nós somos Autoridade Independente, a CIM é uma Autoridade de Transportes, o Concelho de Viseu também reivindicou ser Autoridade de Transportes e é. O que significa que nós temos uma parte que é englobada na CIM e outra parte que é autónoma, somos nós que a gerimos. Mas o que é que eu quero dizer com isto? Eu quero ver se o Transporte a Pedido é também aplicável no nosso concelho, por uma razão, o Transporte a Pedido tem sido um êxito na CIM. Possivelmente não saberão de que se trata, mas é uma coisa assim: as aldeias que não forem servidas por transportes públicos, têm o direito, qualquer cidadão, a chamar um táxi e paga ao bilhete referente ao transporte público, o que significa que é uma grande ajuda, e o exemplo se calhar mais evidente, ou que me contaram, talvez o concelho que utiliza mais esta figura é o Concelho de Oliveira de Frades, e que, há uma

série de senhoras já de idade avançada que aproveitam, e bem, este Transporte a Pedido para virem lanchar à Vila. Pagam o corresponde ao bilhete da camioneta e alugam o táxi respetivo e a diferença é paga naturalmente pela CIM se houver diferença a suportar. Portanto, só vos queria transmitir que se por acaso ele tiver suporte legal para ser aplicado nas aldeias em que não temos transporte público, nós vamos também requisitá-lo para nós, isto é, daremos possibilidade às pessoas das nossas aldeias que não têm cobertura de transportes regulares para poderem, se calhar o ideal é incentivá-los a que o façam em grupo, mas se não fizerem, se tiverem que vir ao médico, alugam o táxi e nós pagamos, nós, a Entidade há-de pagar a diferença entre o preço do bilhete do transporte normal e o táxi. Portanto, era apenas esta novidade Senhor Presidente e não mais nenhuma informação adicional. -----

(Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 209/210). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. -----
Iremos ter o PONTO ONZE (11) ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL. -----

Agradecia que fizessem as propostas. -----

Tem a palavra o Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS): Boa tarde. Mais uma vez reitero os cumprimentos. -----

Senhor Presidente, neste ponto, enfim, o Partido Socialista por ora a nossa ideia não seria apresentar formalmente uma lista, mas sim, enfim, desafiar aqui o partido maioritário para uma certa cooperação, se quiserem, institucional e o PSD poder indicar o Membro efetivo e o Partido Socialista indicava um Senhor Presidente de Junta ou uma Senhora Presidente de Junta, no caso podemos dizer assim, como suplente. Achamos que seria, enfim, um sinal positivo também de são convívio democrático tão por estes dias em moda, e, portanto, seria assim naturalmente que se o PSD não aceitar ou enfim, inviabilizar esta proposta, não nos restará mais do que nos abstermos nessa votação. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Foi apresentada a seguinte proposta à Mesa: -----

Efetivo – Rui Pedro Oliveira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Abraveses.

Suplente – Diamantino Amaral dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Viseu. ----

Por isso, iremos proceder à votação, e ficará Lista A. -----

Iremos proceder então à chamada para a votação. -----

José Manuel Henriques Mota de Faria; -----

João Paulo Loureiro Rebelo; -----

Pedro Filipe dos Santos Alves - (não está); -----

Celina Lourenço Martins Ferreira; -----

José Pedro Esteves Gomes; -----

Gonçalo Amândio Ginestal Machado Monteiro Albuquerque; -----

Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana - (não está); -----

José Alberto da Costa Ferreira; -----

André Filipe Marques da Cunha; -----

João Alberto Chaves Caiado Rodrigues; -----

Paula Cristina dos Santos Dias; -----

Isabel Cristina Bento Fernandes; -----

Jorge Adolfo de Meneses Marques; -----

Bruno Videira de Albuquerque Fernandes; -----

Alberto Afonso Pereira da Silva Costa; -----

Maria Francisca Damião Loureiro; -----



Maria de Fátima Fernandes Lopes; -----
Hélder Filipe dos Santos Viana; -----
Ana Carolina Damas Gomes; -----
António Jorge Gomes Rodrigues; -----
Rui Pedro Oliveira de Almeida; -----
João da Silva Duarte; -----
Manuel Jorge Nunes; -----
Rui Manuel dos Santos Ferreira; -----
José Fernandes; -----
Carlos Alberto dos Santos Lima; -----
António Manuel Almeida Silva Rego; -----
Joaquim Polónio Lopes; -----
Fernando Manuel Leitão de Almeida; -----
José António Marques Seabra Figueiredo; -----
José da Silva Pereira; -----
José Manuel Lopes Pereira; -----
Pedro Alexandre Dias Carragoso; -----
Maurício Marques Dias; -----
José Manuel de Almeida Fernandes; -----
António Soares Correia; -----
Márcia Sofia Gomes de Lima; -----
Custódio de Figueiredo Ferreira; -----
Adelino Silvério Ferreira Esteves; -----
Carlos Alberto Ferreira Almeida; -----
José Ernesto Barreiros Coelho; -----
Fernando José Cardoso Rodrigues; -----
Aurélio Pereira Lourenço; -----
Rui Filipe Marques Ferreira Felícia Mendes; -----
Diamantino Amaral dos Santos; -----
Cristina Paula da Cunha Pereira Gomes. -----
Algum dos Senhores Deputados presentes não foi chamado? Foram todos Chamados. -----
Estão presentes quarenta e quatro (44) Deputados neste momento. -----
O resultado da votação foi: -----
Trinta e dois (32) votos a favor da Lista A; -----
onze (11) brancos; -----
um (1) voto que foi considerado nulo. -----
Por isso são quarenta e quatro (44). -----
(Anexo 11 – Resultado da Eleição, página 211). -----
Antes de terminarmos a nossa Sessão temos uma intervenção para o Período do Público
pedida pelo Cidadão Luís Filipe Rama da Costa Pinheiro. -----
Tem a palavra. -----
----- **TRINTA E CINCO – O EXCELENTÍSSIMO SENHOR LUÍS FILIPE RAMA DA
COSTA PINHEIRO:** Muito obrigado. -----
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa; -----
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores; -----
Excelentíssimo Membros da Assembleia Municipal; -----
Excelentíssimo Senhores Presidentes de Junta; -----
Excelentíssimo Público; -----
Comunicação Social; -----

O meu nome é Luís Filipe Pinheiro, sou residente na Avenida Gulbenkian, há 45 anos e sou aposentado da profissão de Médico desde 2020. -----

Venho dirigir-me a esta Assembleia como um ato de cidadania, para denunciar uma situação que se configura como de grave prejuízo e injustiça para com os munícipes de Viseu, residentes em áreas de estacionamento pago (designadas por ZEDL), em prédios sem garagem própria, e assim aprovadas pelos serviços competentes nessa altura. -----

Consultado o Regulamento nº 75/2022 publicado em DR, 2ª série em 21 de janeiro de 2022, se no início a reação é de surpresa, rapidamente se transforma em perplexidade e indignação pela forma iníqua do seu articulado, e pressupostos que a estes conduziram. ---

Vejam os: -----

No seu artigo 17, reconhece-se que os residentes sem garagem no seu prédio de habitação poderão ter direito a estacionar na sua área de residência. Contudo, (e pasme-se!!!) no seu ponto 5 refere-se que só pode estacionar das 8-10h, das 12-14h e a partir das 19h! Isto é: mesmo que não precise pontualmente de se deslocar de carro, deverá obrigatoriamente circular com ele várias vezes por dia para cumprir esta regra, sob pena de sanções! Se é uma péssima medida para quem trabalha (posto que é obrigado a utilizar o automóvel, mesmo que dele não necessite), imagine-se para um reformado que não tem necessariamente de se deslocar para trabalhar e é obrigado a retirar o veículo. Mas, isto se pagar 10 euros por ano! -----

No seu ponto 3 é referido que, cito "só serão atribuídas autorizações até ao limite de 15% dos lugares disponíveis"!!! Qual foi critério para a sua atribuição? O documento não cita. Como foi estudada esta necessidade? Também é omissivo. -----

Naturalmente que nem me refiro ao absurdo impacto ambiental desta medida nos tempos que correm, por demasiado óbvio. Ter que andar com o carro, sem dele necessitar. -----

No entanto, e curiosamente este documento refere no seu preâmbulo (pág. 441), -----

"Estas medidas vão contribuir para uma significativa redução da utilização do automóvel com o objetivo de atrair os particulares para uma maior utilização de outros modos de transporte, designadamente dos transportes coletivos" citei. -----

Contudo, e não havendo alternativa ao estacionamento de 24 horas na rua, para residentes, este documento consagra no seu artigo 31º alínea c) esta possibilidade, mas apenas em parques de estacionamento na zona de residência, a troco de 20 euros por mês, isto é, 240 euros por ano. conforme o ponto 2 do mesmo artigo. -----

No entanto, e mais uma vez, no seu preâmbulo (pág. 441) -----

Cito: *"No que respeita à ponderação de custos e benefícios do presente Regulamento e em particular das medidas projetadas, acentua-se, desde logo, a natureza social das mais-valias propostas, na exata medida em que tem por finalidade última ir ao encontro dos interesses dos Munícipes e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida familiar."* -----

Não, não vai ao encontro, mas sim, vai de encontro! -----

Mas muito mais grave que tudo isto, é a falta de rigor científico na colheita e apresentação dos dados de outros municípios, procurando justificar, por comparação, a metodologia aqui apresentada. -----

Lê-se no ponto 5 (pág. 438), -----

"Os valores propostos são consistentes, ou mesmo inferiores, aos das taxas fixadas por autarquias de cidades com uma população comparável à de Viseu."-----

Não se compreende como foram selecionadas três cidades do litoral (Faro, Portimão e Aveiro) em zonas com forte pendur turístico sazonal... -----

Nas cidades referidas no documento como modelos de comparação, e consultados os respetivos regulamentos e outra documentação, apresenta-se, o que em relação ao estacionamento para residentes diz respeito, o seguinte: -----

Aveiro - Sem limite de horário desde que haja vagas na respetiva zona. -----

Leiria - Sem limites de tempo. -----
Faro - Sem limites de tempo. -----
Vila Real - Sem limites de horários. -----
Portimão - Sem limite de tempo. -----
Vila Nova de Famalicão- Não há referência a qualquer horário. -----
Estas foram as cidades com que supostamente foi comparada a Cidade de Viseu. -----
Outras cidades pesquisadas e algumas eventualmente mais “comparáveis” com Viseu, e comparáveis entre aspas: -----
Braga - Sem referência a horários, mas com pagamento de taxa mensal; -----
Espinho - Sem limite de tempo - Taxa de 15 € por ano; -----
Castelo Branco - Sem estacionamento pago à superfície; -----
Évora - Sem referência a horários de utilização; -----
Guarda - Sem limitação temporal; -----
S. João da Madeira - Sem limitação temporal; -----
Vila Nova de Gaia - Sem referência a limitação temporal; -----
E, pasme-se: -----
Lisboa - Sem limite de tempo na área de residência. 1º carro é gratuito, 2º carro paga 54€, e o 3º carro 132€. -----
Pelas razões aludidas, e no exercício da minha condição de cidadão, venho solicitar respeitosamente a esta Assembleia que promova a revogação deste regulamento, no que respeita aos direitos de estacionamento dos munícipes residentes, colocando-os em igualdade de circunstâncias com os de outros municípios, apelando também à proteção do ambiente urbano contra o qual atenta este documento. Assim, proponho: -----
1. Que o estacionamento para residentes sem garagem própria no prédio seja gratuito para um veículo na sua zona de residência. -----
2. Que, à semelhança de outros municípios, não haja imposições de horários. -----
Muito obrigado pela vossa atenção. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Só para transmitir, a intervenção vai ficar em Ata, e será enviada para todos os Deputados e também para o Executivo Camarário. Obrigado pela colaboração. -----
Não havendo mais nenhum assunto, terminámos a nossa Sessão agradecendo a colaboração de todos. -----
E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 26 de abril de dois mil e vinte e três quando eram dezasseis horas e quinze minutos. -----
E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 28 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 26 DE ABRIL DE 2023

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

A sessão de Assembleia Municipal de abril, como habitualmente, tem a apreciação e votação das contas do exercício do ano transato.

Não querendo alongar a minha apreciação sobre as mesmas, até porque o faremos em ponto próprio, é importante, no entanto, destacar alguns aspetos das mesmas.

Desde logo, a verificação do equilíbrio orçamental refletida na poupança corrente. A receita corrente bruta foi superior à soma das despesas correntes com as amortizações médias de empréstimos de Médio e Longo Prazo, no montante aproximado de 14,1 milhões de euros.

| |
|---------|
| ANEXO 1 |
|---------|



É com a poupança corrente que se pode criar as condições para a realização de investimentos de capital.

Daí a designação de “regra do equilíbrio orçamental” para a avaliação deste indicador.

Destacar, ainda, o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA) foi incrementado em 27,3%, tendo atingido os 12,1 milhões de euros, mais 2,6 milhões de euros do que no ano anterior.

É esse indicador que permite que o Resultado Líquido do Período se cifre em cerca de 2,4 milhões de euros, o que em termos comparativos com o ano anterior se refletiu num crescimento de 336,8%.

A análise mais crítica e exaustiva dos restantes indicadores será feita, como disse, no ponto agendado para o efeito, mas não poderia deixar de referir os principais indicadores nesta minha informação.

E, faço-o, para reiterar o rigor que queremos sempre colocar na gestão que fazemos e a necessidade de continuarmos a ser criteriosos na aplicação dos dinheiros da comunidade no desenvolvimento do nosso Concelho.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

| |
|---------|
| ANEXO 1 |
|---------|



Retomo um tema que tenho trazido a esta Assembleia, dando conhecimento do avanço do mesmo e dos passos já tomados.

Há cerca de um ano, referi que uma das prioridades da Região é, reconhecidamente, o abastecimento de água à Região e a necessidade que temos de objetivar e concretizar um projeto agregador.

Hoje, posso dizer que, neste período, ao contrário do que tínhamos feito nos últimos anos, demos passos firmes nesse sentido.

Recebemos, há poucos dias, a proposta de adesão ao sistema de abastecimento de água “em alta” das Águas do Douro e Paiva.

Uma solução que tem a concordância dos Municípios da Região e que será apresentada para 9 Municípios. A saber, Viseu, Vouzela, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vale de Cambra.

Uma solução que prevê um investimento de cerca de 100 milhões de euros, da responsabilidade das Águas do Douro e Paiva.

Reitero o que já me ouviram dizer. Estamos perante a solução mais barata, temporalmente mais rápida e com mais garantias de estabilidade e sustentabilidade para a Região.



Para vos poder dar uma ideia da racionalidade da solução agora apresentada, a proposta apresentada tem valores de aquisição de água em alta consideravelmente mais barata que o estudo que tinha sido feito para a criação de uma empresa plurimunicipal.

É uma solução de integração numa empresa de capitais públicos sob a alçada das Águas de Portugal.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

A verdade é que não podíamos continuar a desperdiçar tempo e a correr o risco de ter mais situações como as de 2017.

Reforço o que já me ouviram dizer, também por mais que uma vez. Estamos perante a solução mais barata de abastecimento de água em alta à região.

Mas, mesmo que não estivéssemos, o que não poderíamos deixar de ter é a quantidade de água necessária para suprir os períodos de seca. Os Municípios não compreenderiam que por questões económicas ou economicistas as suas carências hídricas não fossem supridas.

Mesmo perante este cenário favorável, para redundância do sistema, é necessário continuar a exigir do Estado a concretização das suas tarefas



ANEXO 1



e competências. A Construção da Nova Barragem é uma das competências a que o Estado tem que dar seguimento.

Reforçaremos isso mesmo junto do senhor Ministro do Ambiente, com quem foi assumido esse compromisso político.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Aproveito ainda, esta minha informação escrita para referir o orgulho que tenho nos mais de 850 alunos que foram distinguidos na Cerimónia de Reconhecimento Municipal por Mérito Educativo.

Foram reconhecidos mais de 850 alunos, estudantes de 17 instituições escolares do concelho de Viseu. Alunos dos cinco Agrupamentos de Escolas (Grão Vasco, Viseu Norte, Viso, Infante D. Henrique e Mundão), os Colégios da Imaculada Conceição e Via-Sacra, o Jardim-Escola João de Deus, as Escolas Secundárias Alves Martins, de Emídio Navarro e Viriato, das Escolas Profissionais Mariana Seixas, Projeto Plural e Profitecla, assim como a Universidade Católica, o Instituto Piaget e o Instituto Politécnico de Viseu.

| |
|---------|
| ANEXO 1 |
|---------|



Foram distinguidos, por ciclo, 280 alunos do 4º ano, 69 do 6º ano, 90 do 9º ano, 282 do 12º ano, 45 do ensino profissional e 84 do ensino superior.

É de destaque, o trabalho realizado em rede pela comunidade educativa viseense, desde os professores, os diretores ou presidentes das instituições, os auxiliares de educação e, claro, os próprios alunos e os respetivos encarregados de educação.

Destaco, ainda, a rede de infraestruturas educativas, que fomos construindo ao longo dos anos e, que servem de suporte a todo este trabalho da comunidade educativa.

A cerimónia em si, celebra o empenho, a capacidade de cooperação, a dedicação e o esforço dos alunos reconhecidos, e comprova o trabalho e devoção daqueles que se dedicam a formar as gerações futuras e elevam o nível e qualidade da Educação no nosso concelho.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Destaco, ainda, a 16ª edição do Programa Atividade Sénior.

| |
|---------|
| ANEXO 1 |
|---------|



Para conseguir dar uma ideia da importância deste programa municipal, referir que no ano passado estiveram inscritos 2180 participantes divididos em 115 grupos de atividade distribuídos pelas nossas freguesias.

Destes, 35 grupos foram integrados em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas.

Foram envolvidos 60 Promotores Locais e 8 Parceiros Estratégicos: ARS Centro/ACES Dão Lafões; ESEV; Associação Beira Amiga; Universidade Católica de Viseu; ESAV; ESSV; Instituto Piaget de Viseu e as Obras Sociais (através do Centro Apoio Alzheimer Viseu).

Evidencia-se as cerca de 320 aulas por semana, incluindo as atividades complementares de Boccia, Dança, Atletismo, Yoga, Pilates e Futebol a Caminhar (Walking Football), totalizando cerca de 10314 horas/atividades, incluindo 10260 aulas de exercício físico, 38h de atividades pontuais e 16h de ações de sensibilização.

Num investimento direto de cerca de 120 mil euros aplicados em protocolos de colaboração aos Promotores Locais a comunidade Viseense pode contribuir para a promoção para um envelhecimento saudável e ativo. Um investimento direto numa atividade que usufrui, ainda, da rede de equipamentos desportivos de que o Município se apetrechou e que estão ao serviço de todos.



O investimento na educação e no envelhecimento ativo é determinante no contributo para que continuemos a destacar Viseu como “Melhor Cidade para se Viver”.

Aproveito ainda, para referir que, conforme tinha referido na última Assembleia, reuni com os serviços municipais e com a equipa de consultadoria do PDM, para dar a indicação expressa de que iniciem no mais curto prazo possível uma Revisão ao nosso Plano Diretor Municipal.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 42 folhas em anexo, as matérias tipificadas no n.º1 e n.º4 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 18/ABRIL/2023

| | € | | € |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|
| Saldo Inicial (orçamental) | 20 809 047,12 | Despesa Corrente | 16 633 088,96 |
| Receita Corrente | 12 879 435,39 | Despesa de Capital | 6 874 278,43 |
| Receita de Capital | 1 636 771,39 | Total das Despesas | 23 507 367,39 |
| Total das Receitas | 14 516 206,78 | Saldo Actual (orçamental) | 11 817 886,51 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 18 de ABRIL de 2023

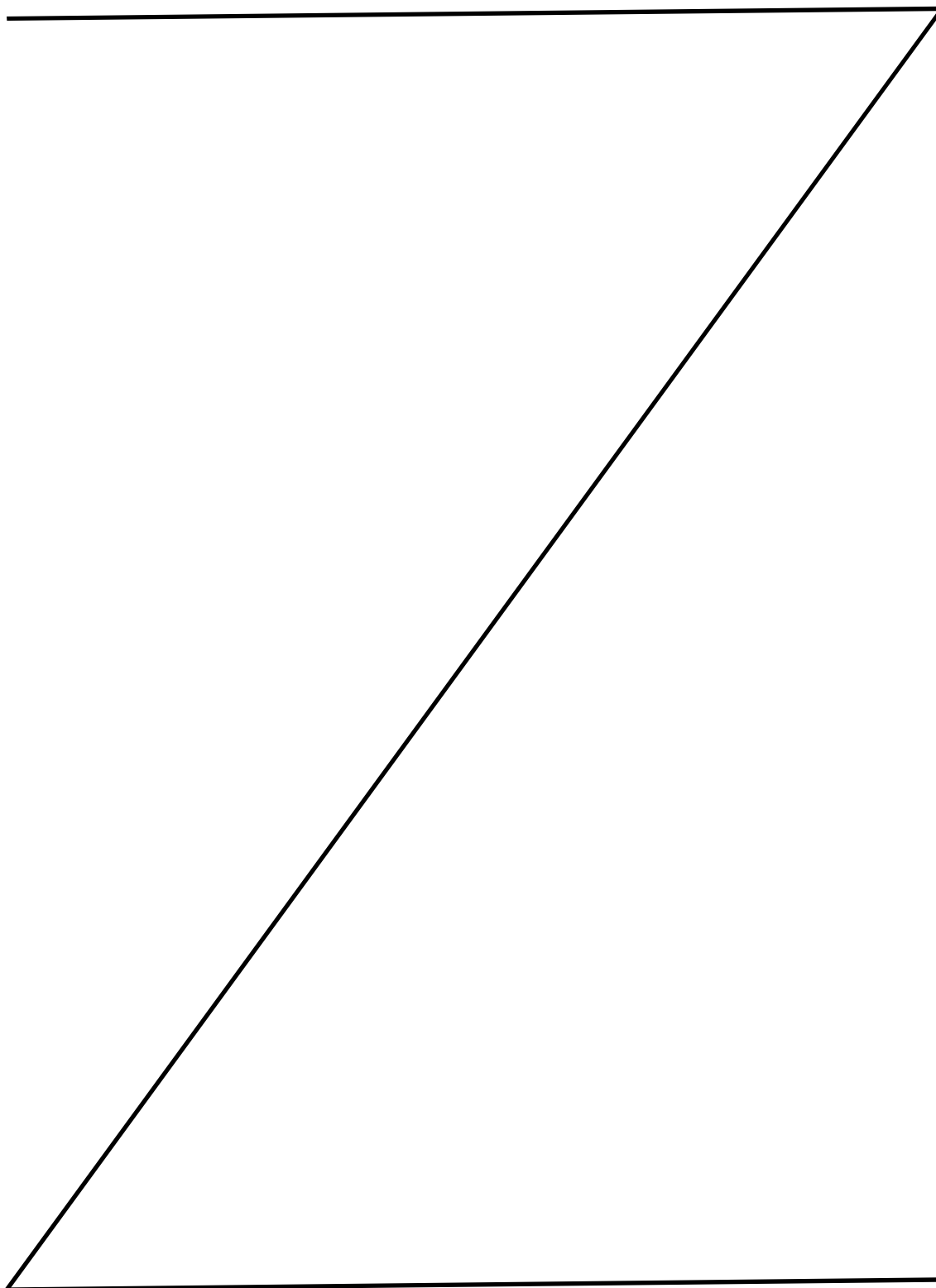
| | € |
|-----------------------------|---------------------|
| Fornecedores | 2 860 917,10 |
| Outros devedores e credores | 169 642,91 |
| Total | 3 030 560,01 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 18 de ABRIL de 2023

| | € |
|------------------------------------|----------------------|
| Empréstimos/Financiamentos obtidos | 10 577 978,35 |
| Estado e outros entes públicos | -134 667,86 |
| Total | 10 443 310,49 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu





Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023

REGISTO DAS VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----------------|-------------------------------------|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 3 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 PPD/PSD | | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 PPD/PSD | | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 PPD/PSD | | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | X | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Alberto da Costa Ferrelra | | X | | | |
| 8 PPD/PSD | | João Alberto Chaves Calado Rodrigues | | X | | | |
| 9 PPD/PSD | | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 PPD/PSD | | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 PPD/PSD | | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 PPD/PSD | | Maria Francisca Damilão Loureiro | | X | | | |
| 13 PPD/PSD | | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 PPD/PSD | | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 PPD/PSD | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 PPD/PSD | BARREIROS CENÔES UF | João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF | Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferrelra | | X | | | |
| 19 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 20 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 PPD/PSD | CAVERNÃES | António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 PPD/PSD | CÔTA | Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 PPD/PSD | FAÍL VILA CHÃ SÁ | José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 PPD/PSD | FRAGOSELA | José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 PPD/PSD | ORGENS | Maurício Marques Dias | | X | | | |
| 27 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 PPD/PSD | RANHADOS | António Soares Correia | | X | | | |
| 29 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |
| 32 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou aprovar por 35 votos a favor, 11 votos contra e 10 (dez) abstenções.

Viseu, 26/04/2023

[Handwritten signatures]



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023

REGISTO DAS VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----------------|----------------|-------------------------|--|-------|--------|-----------|---------|
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DESOUTO | Aurélino Pereira Lourenço | | X | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | |
| 35 | PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | | X | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | | X | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | | X | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Gínelal M. M. Albuquerque | | | X | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | | X | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | | X | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | | X | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | | X | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | | X | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coudinho de Abreu | X | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | | X | |
| 48 | PS | MUNDO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | | X | |
| | | | Resultado | 6 | 35 | 1 | 10 |
| | | | | | | | 0 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos | RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU, REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>abstiveram 3 votos a favor e 9 (nove) abstenções</i> Viseu, 26/04/2023 | | | | | |
|---|--|-------------------------------------|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| | GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 | PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 3 | PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | X | | | |
| 7 | PPD/PSD | | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | | João Alberto Chaves Calado Rodrigues | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | | Maria Francisca Damião Loureiro | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF | João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF | Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES | António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÔTA | Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAL. VILA CHÃ SÁ | José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA | José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS | Maurício Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS | António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023
VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos | RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS FINANCEIROS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU, REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2022 nos termos e para os efeitos do disposto na alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>aprovar por 37 votos a favor e 9 (nove) abstenções</i> Viseu, 26/04/2023 | | | | | |
|---|--|--------------------------|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| | GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | | | X | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | | | X | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | | | X | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | | | X | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | | | X | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | | | X | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | | | X | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | | | X | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | | | X | |
| Resultado | | | | 6 | 37 | 0 | 9 | 0 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta Inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos | GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2023 - REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) N.º 1 | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou | | | | |
|---|--|--|---|-------|--------|-----------|---------|
| | nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto - Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação | | <p><i>aprovou por 43 votos a favor e 1 (um) voto contra</i></p> <p>Viseu, 26/04/2023</p> | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Caiado Rodrigues | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damião Loureiro | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÓTA Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FÁL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS Mauricio Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
|-----------------|----------------|--------------------------|--|-------|--------|-----------|---------|---|
| | | | | | | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>apoiar por 43 votos a favor e 1 (um) voto contra</i> Viseu, 26/04/2023 <i>[Signature]</i> |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felicia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | X | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | X | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | X | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | X | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | X | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | X | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | X | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | X | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | REPESSES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | | X | | |
| | | | Resultado | 6 | 43 | 1 | 0 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>abandonar por 43 votos a favor e 1 (uma) abstenção</i> Viseu, 26/04/2023 <i>[Signature]</i> | | | | | |
|---|-----------|---|-------|-------|--------|-----------|---------|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Caiado Rodrigues | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damião Loureiro | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARRIDOS CEPÕES UF João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÔTA Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAL. VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS Maurício Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>aproximadamente 43 votos a favor e 11 votos a abstenção</i> Viseu, 26/04/2023 <i>[Signature]</i> | | | | | |
|---|----------------|--|----------|-----------|----------|-----------|----------|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DE SOUTO | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | WISEU | | X | | | |
| 36 | PS | | | X | | | |
| 37 | PS | | | X | | | |
| 38 | PS | | | X | | | |
| 39 | PS | | X | | | | |
| 40 | PS | | | X | | | |
| 41 | PS | | | X | | | |
| 42 | PS | | | X | | | |
| 43 | PS | | | X | | | |
| 44 | PS | | | X | | | |
| 45 | PS | | | X | | | |
| 46 | PS | | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | | X | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | | X | | | |
| 51 | Chega | | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | | | | X | |
| Resultado | | | 6 | 43 | 0 | 1 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos | | MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023 - 1.ª ALTERAÇÃO | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>aprovar por unanimidade</i> Viseu, 26/04/2023 <i>[Signature]</i> | | | | |
|---|-----------|---|--|--|-------|--------|-----------|---------|
| | | nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro | | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | | | | | | |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Caiado Rodrigues | | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damião Loureiro | | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF | João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF | Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES | António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÔTA | Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAIL VILA CHÃ SÁ | José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA | José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS | Maurício Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS | António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos | | MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023 - 1.ª ALTERAÇÃO | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — Viseu, 26/04/2023 | | | | |
|---|----------------|---|--|---|-------|--------|-----------|---------|
| nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro | | | | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | | | | | | |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SOPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | X | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | X | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | X | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | X | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | X | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | X | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | X | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | X | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | X | | | |
| Resultado | | | | 6 | 44 | 0 | 0 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos | DELIMITAÇÃO DA ARU - LUSTOSA - FREGUESIA DE RIBAFEITA | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - | | | | |
|---|--|---|--|-------|--------|-----------|---------|
| | nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação | | Viseu, 26/04/2023 | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Calado Rodrigues | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damão Loureiro | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÓTA Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAIL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS Mauricio Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
|--|----------------|-------------------------|--|----------|-----------|-----------|----------|--|
| | | | | | | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> - Viseu, 26/04/2023 |
| Votação da Proposta Inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos DELIMITAÇÃO DA ARU - LUSTOSA - FREGUESIA DE RIBAFEITA nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação | | | | | | | | |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SOPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | X | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | X | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | X | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | X | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | X | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | X | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | X | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | X | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | NEPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | X | | | |
| | | | Resultado | 6 | 44 | 0 | 0 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos | DELIMITAÇÃO DA ARU - PINDELO - FREGUESIA DE SILGUEIROS | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou | | | | |
|---|---|--|---|-------|--------|-----------|---------|
| | nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação | | <p style="text-align: center;"><i>aprovada por unanimidade</i></p> <p style="text-align: center;">Viseu, 26/04/2023</p> | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Caiado Rodrigues | | X | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damião Loureiro | | X | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte | | X | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE José Fernandes | | X | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÔTA Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAÍL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA José da Silva Pereira | | X | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS Maurício Marques Dias | | X | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS António Soares Correia | | X | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

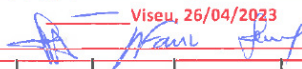
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
|--|----------------|--------------------------|--|----------|-----------|-----------|----------|---|
| | | | | | | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 26/04/2023 |
| Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos DELIMITAÇÃO DA ARU - PINDELO - FREGUESIA DE SILGUEIROS nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação | | | | | | | | |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | X | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | X | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | X | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | X | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | X | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | X | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | X | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | X | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abru | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | Chega | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Bloco Esquerda | | Ana Carolina Damas Gomes | | X | | | |
| | | | Resultado | 6 | 44 | 0 | 0 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou | | | | | | | |
|---|---|-----------|---|-------|-------|--------|-----------|---------|
| | GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| PEDIDO DE EMPRÉSTIMO LINHA BEI PT 2020 - AUTARQUIAS - CRIAÇÃO DA 1.ª FASE DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE LORDOSA (AAEL) - VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º | aprovar por unanimidade - Viseu, 26/04/2023  | | | | | | | |
| | 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | X | | | |
| | 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| | 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| | 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| | 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| | 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| | 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | X | | | |
| | 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Calado Rodrigues | | X | | | |
| | 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | X | | | |
| | 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| | 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | X | | | |
| | 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damilão Loureiro | | X | | | |
| | 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | X | | | |
| | 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | X | | | |
| | 15 | PPD/PSD | ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| | 16 | PPD/PSD | BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte | | X | | | |
| | 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes | | X | | | |
| | 18 | PPD/PSD | BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| | 19 | PPD/PSD | CALDE José Fernandes | | X | | | |
| | 20 | PPD/PSD | CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| | 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego | | X | | | |
| | 22 | PPD/PSD | CÔTA Joaquim Polónio Lopes | | X | | | |
| | 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| | 24 | PPD/PSD | FAL VILA CHÃ SÁ José António Marques Seabra Figueiredo | | X | | | |
| | 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA José da Silva Pereira | | X | | | |
| | 26 | PPD/PSD | ORGENS Maurício Marques Dias | | X | | | |
| | 27 | PPD/PSD | POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes | | X | | | |
| | 28 | PPD/PSD | RANHADOS António Soares Correia | | X | | | |
| | 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira | | X | | | |
| | 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida | | X | | | |
| | 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho | | X | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> — <u>Viseu, 26/04/2023</u> <i>[Assinaturas]</i> | | | | | | |
|---|-----------|--|--|-------|--------|-----------|---------|---|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 33 | PPD/PSD | SOBRIANO E VIL. DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | X | | | |
| 35 | PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | X | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | X | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | X | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginestal M. M. Albuquerque | | X | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | X | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | X | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | X | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | X | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | X | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | X | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | X | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | X | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | X | | | |
| 51 | BE | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Chega | | Ana Carolina Damas Gomes | | X | | | |
| | | | Resultado | 6 | 44 | 0 | 0 | 2 |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>sendo conhecido</i> | | | | |
|---|-----------|--|--|-------|--------|-----------|---------|
| | | | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAPOES E OS MUNICIPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E O FINANCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES PARA O ANO DE 2022 - CONHECIMENTO nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas k) e p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro Viseu, 26/04/2023 <i>[Assinaturas]</i> | | | | | | | |
| 1 | PPD/PSD | José Manuel Henriques Mota de Faria | | | | | |
| 2 | PPD/PSD | Pedro Filipe dos Santos Alves | | | | | X |
| 3 | PPD/PSD | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | | | | |
| 4 | PPD/PSD | Ana Cristina Costa Figueiredo Correia Duarte | X | | | | |
| 5 | PPD/PSD | Ana Paula Reis Madeira | X | | | | |
| 6 | PPD/PSD | Ana Paula Figueiredo Simões Gomes Santana | | | | | X |
| 7 | PPD/PSD | José Alberto da Costa Ferreira | | | | | |
| 8 | PPD/PSD | João Alberto Chaves Caiado Rodrigues | | | | | |
| 9 | PPD/PSD | Isabel Cristina Bento Fernandes | | | | | |
| 10 | PPD/PSD | Paulo Alexandre Dias Cardoso | X | | | | |
| 11 | PPD/PSD | Bruno Videira de Albuquerque Fernandes | | | | | |
| 12 | PPD/PSD | Maria Francisca Damilão Loureiro | | | | | |
| 13 | PPD/PSD | Hélder Filipe dos Santos Viana | | | | | |
| 14 | PPD/PSD | António Jorge Gomes Rodrigues | | | | | |
| 15 | PPD/PSD | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | | | |
| 16 | PPD/PSD | BARRIROS CEPÕES UF | João da Silva Duarte | | | | |
| 17 | PPD/PSD | BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF | Manuel Jorge Nunes | | | | |
| 18 | PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | | | |
| 19 | PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | | | |
| 20 | PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | | | |
| 21 | PPD/PSD | CAVERNÃES | António Manuel Almeida Silva Rego | | | | |
| 22 | PPD/PSD | CÔTA | Joaquim Polónio Lopes | | | | |
| 23 | PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | | | |
| 24 | PPD/PSD | FAL VILA CHÃ SÁ | José António Marques Seabra Figueiredo | | | | |
| 25 | PPD/PSD | FRAGOSELA | José da Silva Pereira | | | | |
| 26 | PPD/PSD | ORGENS | Maurício Marques Dias | | | | |
| 27 | PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel Almeida Fernandes | | | | |
| 28 | PPD/PSD | RANHADOS | António Soares Correia | | | | |
| 29 | PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio de Figueiredo Ferreira | | | | |
| 30 | PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira Almeida | | | | |
| 31 | PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | José Ernesto Barreiros Coelho | | | | |



Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023 VOTAÇÕES

| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
|--|-----------|--------------------------|--|-----------|----------|-----------|----------|--|
| | | | | | | | | |
| Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E O FINANCIAMENTO PARA O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS ENQUANTO AUTORIDADE DE TRANSPORTES PARA O ANO DE 2022 - CONHECIMENTO nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas k) e p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de abril de 2023, que deliberou <i>Dado conhecimento</i> Viseu, 26/04/2023 | | | | | |
| 32 | PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | | | | |
| 33 | PPD/PSD | SCIPRIANO E VIL DE SOUTO | Aurélio Pereira Lourenço | | | | | |
| 34 | PPD/PSD | SILGUEIROS | Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes | | | | | |
| 35 | PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | | | | |
| 36 | PS | | João Paulo Loureiro Rebelo | | | | | |
| 37 | PS | | Celina Lourenço Martins Ferreira | | | | | |
| 38 | PS | | José Pedro Esteves Gomes | | | | | |
| 39 | PS | | Gonçalo Martins Portugal dos Santos Oliveira | X | | | | |
| 40 | PS | | Gonçalo Amândio Ginesta M. M. Albuquerque | | | | | |
| 41 | PS | | André Filipe Marques da Cunha | | | | | |
| 42 | PS | | Paula Cristina Santos Dias | | | | | |
| 43 | PS | | Jorge Adolfo de Meneses Marques | | | | | |
| 44 | PS | | Alberto Afonso Pereira da Silva Costa | | | | | |
| 45 | PS | | Maria de Fátima Fernandes Lopes | | | | | |
| 46 | PS | | Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abru | X | | | | |
| 47 | PS | LORDOSA | José Manuel Lopes Pereira | | | | | |
| 48 | PS | MUNDÃO | Pedro Alexandre Dias Carragoso | | | | | |
| 49 | PS | REPESES S. SALVADOR | Márcia Sofia Gomes de Lima | | | | | |
| 50 | PS | RIO DE LOBA | Adelino Silvério Ferreira Esteves | | | | | |
| 51 | BE | | Amélia Maria da Silva Soares | X | | | | |
| 52 | Chega | | Ana Carolina Damas Gomes | | | | | |
| Resultado | | | 6 | 44 | 0 | 0 | 2 | |

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Assembleia Municipal de Viseu

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu - 26 de abril de 2023

ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA (EFETIVO E SUPLENTE) PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua atual redação

RESULTADO DA VOTAÇÃO

| | |
|----------|-----------|
| VOTANTES | 214 |
| LISTA A | 32 |
| BRANCOS | 11 (onze) |
| NULOS | 1 (um) |

| ELEITO EFETIVO | ELEITO SUPLENTE |
|-------------------------------|-------------------------------|
| Rui Pedro Oliveira do Almeida | Diamantino Almeida dos Santos |

Wain
Cristina Paula Gouveia
João Pedro Beirão Fernandes

Presente em Sessão de 26/04/2023
A Assembleia Municipal deliberou
Viseu 26/04/2023

